



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES DO ADOECIMENTO MENTAL DOS
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso

MARIANA/MG

2021

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES DO ADOECIMENTO MENTAL DOS
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Me e D.ra Alessandra Ribeiro de Souza.

MARIANA/MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237e Santos, Simone Aparecida Dos .
Um estudo sobre os determinantes do adoecimento mental dos
estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto. [manuscrito] / Simone
Aparecida Dos Santos. - 2021.
122 f.

Orientadora: Profa. Ma. Alessandra Ribeiro de Souza.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Universidade Federal de Ouro Preto . 2. Estudantes - Saúde e
higiene. 3. Saúde mental. 4. Universidades e faculdades. I. Souza,
Alessandra Ribeiro de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 159.92

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICESA/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Simone Aparecida dos Santos

UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES DO ADOECIMENTO MENTAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

Aprovada em 03 de setembro de 2021

Membros da banca

Mestre - Alessandra Ribeiro de Souza - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Especialista - Camélia Vaz Penna - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestre - Lucinéa Souza Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutora - Viviane Queirós - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Alessandra Ribeiro de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/09/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro de Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/09/2021, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0217801** e o código CRC **2E09F45F**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.009314/2021-06

SEI nº 0217801

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados.

Aos meus pais e irmãs, que sempre me incentivaram a concretizar esse sonho.

A minha querida amiga Húbia, que sempre esteve ao meu lado em qualquer circunstância, pela amizade e cuidado.

Aos meus amigos Fernanda Karoline, Ana Luiza, Jackson e Brenda Viana, que a UFOP me deu de presente, pela amizade incondicional e apoio em todos os momentos.

A professora Cristiane Tomás pela orientação, amizade e paciência.

A minha Orientadora Alessandra Ribeiro, por ter desempenhado tal função com dedicação, amizade e por todos os ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho em todo o processo de formação profissional ao longo do curso.

A todos da Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), pelo carinho e por tudo que me proporcionaram aprender durante essa trajetória.

***Dedico a todos aqueles que lutam por uma
universidade pública e inclusiva.***

RESUMO

O presente trabalho propõe conhecer e problematizar os determinantes do adoecimento mental dos estudantes de graduação da modalidade presencial da Universidade Federal de Ouro Preto, frente aos desafios e dilemas enfrentados num contexto de extrema exploração do trabalho, mercantilização e precarização da educação superior. Buscamos analisar a relação entre as transformações do mundo do trabalho ocorridas a partir da década de 70, traçando um paralelo dessas transformações do mundo do trabalho à mercantilização e precarização da educação, levantando questões sobre como esses fatos podem influenciar na saúde mental dos estudantes da UFOP. Os resultados obtidos com o estudo comprovam que o adoecimento mental está presente e em escala alarmante. Portanto, é de extrema importância que a UFOP amplie as discussões sobre o adoecimento mental e que estimule iniciativas de prevenção e cuidado.

Palavras-chave: Adoecimento mental; estudantes; Universidade.

ABSTRACT

The present study proposes to know and problematize the determinants of mental illness of undergraduate students in the classroom of the federal university of Ouro Preto. Facing the challenges and dilemmas faced in a context of extreme exploitation of labor, commercialization and precariousness of higher education, we seek to analyze the relationship between the transformations of the world of work that occurred since the 70s, drawing a parallel between these transformations the commodification and precariousness of education, raising questions about how these facts can influence the mental health of UFOP students the results obtained from the study that total illness is present and on an alarming scale is therefore extremely important for UFOP to broaden discussions on mental illness and encourage prevention an care initiatives.

Keywords: Mental illness; Students; University.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior

BIDA – Bolsa de Incentivo e Desenvolvimento Acadêmico

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

EAD – Ensino a Distância

FONOPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LGBTQIA+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero, Queer, Intersexual, Agênero e + refere-se a inclusão de outras gêneros e sexualidades.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

NACE – Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana de Saúde

PIDIC – Programa de Incentivo a Diversidade e Convivência

PLO – Projeto de Lei Orçamentária

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PRACE – Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de estudantes residindo com familiares (pai/mãe, irmãos)	67
Gráfico 2 - Renda per capita familiar	68
Gráfico 3 - Programas de Inclusão Social	70
Gráfico 4 - Assistência Estudantil da UFOP	72
Gráfico 5 - Mudanças na saúde após o ingresso na UFOP	73
Gráfico 6 - A Universidade pode contribuir com o adoecimento mental dos estudantes?	73
Gráfico 7 - Interferência na vida pessoal devido as atividades acadêmicas	75
Gráfico 8 - Consumo de álcool e outras drogas durante a pandemia	76
Gráfico 9 - Mudanças na saúde após a pandemia	78
Gráfico 10 - Mudanças na saúde e expectativas em relação a UFOP.....	80
Gráfico 11 - Estudantes que já fizeram ou fazem acompanhamento psicológico	82
Gráfico 12 - Estudantes que fizeram acompanhamento psicológico pela UFOP.....	83
Gráfico 13 - Represália por parte de familiares, amigos ou desconhecidos por identidade de gênero ou orientação sexual	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES	15
1.1 O trabalho como categoria ontológica do ser social: seu significado no processo de humanização do Homem	15
1.2 As metamorfoses no mundo do trabalho e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores	19
2 MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	40
2.1 A mercantilização e precarização da educação superior no Brasil	40
2.2 O adoecimento mental dentro das universidades	51
3 UMA ANÁLISE SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DA UFOP	54
3.1 Programas, projetos de extensão e ações da assistência estudantil no cuidado com a saúde mental dos estudantes da UFOP	55
3.2 Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação, adoecimento mental e seus determinantes	61
3.2.1 Os determinantes do adoecimento mental na perspectiva dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Assistência Estudantil da UFOP.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre os determinantes do adoecimento mental dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto com o objetivo de conhecer e problematizá-los.

O interesse em tratar essa temática surgiu através do contato da autora como bolsista do projeto Bolsa de Incentivo e Desenvolvimento Acadêmico – BIDA, e também como estagiária do curso de Serviço Social, atuante na Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE, no campus de Ouro Preto/MG. E a partir da convivência e observação do cotidiano, foi possível perceber de forma empírica, que muitos estudantes relacionam a dificuldade de permanência e conclusão da graduação com o adoecimento mental, além da constante busca por atendimento psicológico dentro dos programas de saúde mental oferecidos pela Universidade. Então, estima-se que, possivelmente, há um número ainda maior de estudantes que possam apresentar adoecimento mental.

Pretendemos nesta pesquisa, basearmos no método materialista histórico dialético de Marx, que propõe em sua aplicação, dedicar ao objeto buscando que a análise seja para além da aparência, alcançando a essência do objeto de pesquisa. Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas já existentes sobre o tema. Em nossa busca por referências teóricas, utilizamos livros de temas relacionados, TCC's e artigos científicos. Sendo uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e qualitativa.

As metodologias utilizadas basearam-se nas pesquisas bibliográficas e na aplicação de questionários aos estudantes de graduação - modalidade presencial e aos Assistentes Sociais e Psicólogos atuantes na Assistência Estudantil da UFOP. Os questionários foram aplicados via plataforma *Google Forms* e divulgadas através dos e-mails, com o objetivo de identificar as demandas mais urgentes apresentadas pelos estudantes em relação aos programas de assistência estudantil e apontar as dificuldades e desafios desses profissionais frente às demandas apresentadas pelos estudantes, principalmente em tempos de pandemia. O período da coleta dos dados ocorreu em julho e agosto de 2021.

No primeiro capítulo buscamos discutir o trabalho e a saúde mental dos trabalhadores, partindo do trabalho como categoria ontológica fundante do ser social e seu significado no processo de humanização do homem e as metamorfoses no mundo do trabalho e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores. Tendo como principais referências: Marx, Netto;Braz, Antunes;Engels, Druck, Iamamoto; Carvalho, Mészáros, Harvey, Forti;Brites, Galeano, Freire, Ventura, Ribeiro, Martins, Duriguetto, Alves, Diniz, Campos, Lênin, Bisneto, Martinelli e Marini.

No segundo capítulo, abordamos a mercantilização e precarização da educação e seus impactos na saúde mental dos estudantes de educação superior, tendo como referências os autores: Ventura, Ribeiro, Pacheco, Ferrarez, Cislighi;Silva, Neves;Fernandes, Carvalho, Sobrinho, Pereira, Benatti;Mustafa, Silva;Silva, Pinto;Cerqueira, Lima, Borges;Aquino, Franco;Druck;Seligmann-Silva, Saraiva;Quixadá e Padovani;Neufeld;Maltoni;Barbosa;Souza;Cavalcanti;Lameu.

No terceiro capítulo, fizemos uma análise sobre a saúde mental dos estudantes da UFOP a partir dos dados coletados tendo como referência os autores: Ribeiro, Ventura, Malvezzi, Dornelles, Mota;Silva;Costa;Aguiar;Marques;Monaquezi, Borges;Aquino, Gomes, Idoeta, Grinbergas;Grohmam,Gameiro,Custódio,Martins, Alfano;Tastch;Capetti, Parreira;Goulart;Haas;Silva;Monteiro,Spanholz;Costa;Polak.

A importância desta pesquisa inclui a necessidade de estimular debates sobre o adoecimento dos estudantes e de promover iniciativas que reforcem a permanência na universidade.

1 TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES

Neste capítulo faremos um resgate sobre a dinâmica do capitalismo, suas implicações sobre o trabalho, e de que forma tende a alienar o ser humano e também ocasionar o adoecimento mental, uma vez que as formas de exploração advindas do capitalismo produz e reproduz cada vez mais o estágio de pobreza e incidem também na saúde mental do trabalhador. Neste sentido, buscaremos abordar as causas e origens do adoecimento mental de forma mais analítica, compreendendo a natureza do sistema em que emergem.

1.1 O trabalho como categoria ontológica do ser social: seu significado no processo de humanização do Homem

A origem do trabalho está presente quando o homem interage com a natureza procurando satisfazer suas necessidades básicas, ele domina a natureza e a transforma através do trabalho. No momento em que o ser humano muda a natureza e se transforma, ou seja, quando tem a capacidade de gerar e criar riquezas, promove a existência de outras pessoas na sociedade, sendo o trabalho, considerado o fundador da existência social. Nesse sentido, o trabalho é uma categoria fundamental para compreender as atividades econômicas e é o elemento central que constitui a base material da vida e de toda a mudança histórica.

O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e as suas organizações. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza e na medida em que realiza materialmente, trata-se de uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática, transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos - numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico); o ser social (NETTO; BRAZ, 2006, p. 34).

A sociedade humana tem sua existência devido a existência da natureza, pois é dela que o Homem tira as condições de vida e inclui todas suas objetivações, que Marx chama de Práxis, esta envolve objetivações materiais e ideais da ciência, filosofia, da arte, da área espiritual, cultural, afetivo, e afloram das relações sociais

estabelecidas na coexistência humana. O trabalho é teologicamente projetado na mente do trabalhador antes mesmo de ser desenvolvido na prática, e é realizado sempre de forma coletiva, em razão dos sujeitos não viverem isolados. No processo de transformação da natureza, compartilham conhecimentos e experiências, sendo a comunicação o principal instrumento.

A coletividade é fundamental para a existência das relações sociais. “O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita um salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem.” (ANTUNES, 2008, p. 136).

Marx caracteriza o trabalho como uma atividade exercida exclusivamente pelo homem, o que lhe imprime uma diferenciação dos outros seres. A capacidade teleológica é o que diferencia o homem dos outros animais que realizam apenas interações biológicas.

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (MARX, 2011, p. 211).

Na sociedade capitalista, com a divisão social do trabalho e a propriedade privada, o trabalho foi mercantilizado e a força de trabalho se tornou uma mercadoria assim como as demais. A mercadoria é o produto do trabalho, e não é somente um produto útil, é o centro da sociabilidade capitalista, que atende necessidades não de forma direta, mas mediada pelo mercado, o seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). (MARX, 2004, p. 80).

A mercadoria é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual. A sua utilidade faz dela um valor de uso. Um objeto com valor de uso, só é uma mercadoria quando é destinado socialmente ao processo da troca, ou seja, é

produzido para ser trocado (vendido). Deste modo uma mercadoria é composta pelo valor-de-uso (trabalho concreto) e o valor-de-troca (trabalho abstrato). O valor de uma mercadoria é definido pela quantidade de trabalho humano que foi gasto para sua produção, ou seja, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. É nesse processo que o valor-de-troca se realiza. Por exemplo: para que um chapéu seja produzido como coisa útil para um indivíduo se proteger do sol, precisa de uma quantidade de trabalho necessária para esse fim (NETTO;BRAZ, 2011).

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria (MARX, 2011, p. 58).

Pode-se dizer que o Homem tem seu cotidiano marcado pelo uso de diversas mercadorias. Então, comprar, vender, trocar e apropriar tornaram-se comportamentos rotineiros na vida social. A lógica do mercado está aumentando e em todo esse processo, o homem passa a ser valorizado pela posse material e busca o acúmulo de mercadorias.

O produtor só se confronta com o carácter social do seu trabalho, no mercado: sua interdependência em face de outros produtores lhe aparece no momento da compra-venda das mercadorias; em poucas palavras: as relações sociais dos produtores aparecem como se fossem relações entre coisas. A mercadoria passa a ser então, a portadora e a expressão das relações entre os homens (NETTO;BRAZ, 2011, p.92).

O dinheiro funciona como um equivalente do valor da troca, ou seja, é também uma mercadoria que facilita a troca. “O dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o preço.” (NETTO;BRAZ, 2011, p. 99).

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria (MARX, 2011, p. 58).

A produção de mercadorias com tempo reduzido de uso impõe a obrigatoriedade do consumo, sendo uma lógica ditatorial que devasta e aprisiona. Um modo de vida que reproduz os seres humanos como verdadeiros consumidores de bens e serviços, onde o trabalhador explorado também consome as mercadorias por ele produzidas.

Diz-me quanto consumes e te direi quanto vales. Esta civilização não deixa dormir as flores, nem as galinhas, nem as pessoas. Nas estufas, as flores são submetidas a luz contínua, para que cresçam mais depressa. Nas fábricas de ovos, as galinhas também estão proibidas de ter a noite. E as pessoas estão condenadas à insônia, pela ansiedade de comprar e pela angústia de pagar (GALEANO, 2010).

No estudo da mercadoria como elemento fundamental das relações comerciais e sociais capitalistas, Marx faz uma abordagem sobre o fenômeno denominado como fetichismo. Isso ocorre quando no processo de produção, o trabalhador assalariado não se reconhece na mercadoria que produziu, o que expressa o caráter misterioso deste objeto externo. A mercadoria assume a função de mediadora nas conexões entre os sujeitos; as relações sociais passam a ser vistas como relações entre coisas.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre produtos do seu próprio trabalho. [...]Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1998, p. 94).

Para Ribeiro (2018, p. 20), “essa relação é também responsável por além de materializar a vida, ocultar as condições de exploração do trabalhador, ou seja, de torná-lo alienado”. Dessa forma, “o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro.” (IAMAMOTO, 2010, p. 125).

Marx (2004) mencionou quatro formas de alienação, a primeira: “relação dos trabalhadores com o produto do trabalho”, a segunda: a relação do trabalhador com o “ato da produção”, e a terceira: o estranhamento do próprio homem, “como ser

genérico”. Depois, a alienação do homem entre os homens. Esse último trata-se da individualização da vida, do distanciamento das pessoas entre si, onde elas se veem como inimigas.

Dessa forma, diante de todo o exposto, percebe-se como as condições de trabalho afetam a sociabilidade, alienando o trabalhador e o expondo a doenças características desse sistema.

1.2 As metamorfoses no mundo do trabalho e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores

O surgimento do capitalismo se deu devido às grandes transformações que ocorreram na sociedade com o início da globalização. Para compreender sua dinâmica, devemos primeiro analisar historicamente a sua origem, conhecer os antecedentes que marcaram o surgimento do feudalismo e conseqüentemente, o capitalismo, com sua lógica de acumular, concentrar, centralizar, realizar e reproduzir o capital. Dessa forma, gera condições para sua expansão, concentrando seus meios de produção e desenvolvendo tecnologia.

O feudalismo foi caracterizado pelas relações servis de produção, imerso a crise decorrente do aumento das transações monetárias, gerando a desestruturação da estrutura feudal. De acordo com Forti; Brites (2013, p. 34):

O feudalismo tinha a terra como fonte fundamental de sobrevivência e se baseava numa rígida estratificação social. O princípio do privilégio pelo nascimento é que assegurava a lógica do estamento e a conservação da terra - um bem 'fora de comercialização' - garantia aos nobres e ao alto clero prestígio e controle social, um enorme domínio econômico, político, jurídico e ideológico sobre a população em geral. Fundamentalmente, havia três estamentos sociais: (três 'estados' nos termos da época): 1º: clero; 2º: a nobreza; 3º: a plebe. Os dois primeiros segmentos eram parasitários e detentores do poder, e o último congregava os produtores e responsáveis pela economia.

A organização dos feudos consistia na divisão de parte da propriedade do senhor feudal com os servos em troca de seu trabalho e pagamento de tributos. Seu único objetivo é a geração de riqueza e o lucro. A medida que as trocas monetárias

foram se desenvolvendo, as pequenas cidades, os burgos, formados a partir da aglomeração de pessoas que conseguiram se livrar dos senhores feudais, através da compra de sua liberdade ou fuga, acumulando capital através do comércio de produtos artesanais, e até mesmo pela exploração da força de trabalho alheia, estabelecendo uma nova forma de sociabilidade. Os moradores dos burgos eram chamados de burgueses. Com a comercialização da terra e ascensão do chamado trabalho livre, a burguesia se tornou uma força econômica e política, assim como a classe social dominante.

Segundo Forti;Brites (2013, p. 36):

[...]a burguesia surge no cenário sociopolítico como classe revolucionária que luta contra os privilégios que tanto incomodavam os populares que mantinham a economia e pagavam impostos naquela época. Daí porque ter aglutinado um enorme contingente populacional em torno de seu projeto. Um projeto que, em função dos interesses burgueses, proclamava valores contrários aos privilégios dos nobres (e parasitários) e, com isso, simultaneamente, interessava às camadas populares, contando com sua aprovação e força social para a luta.

Cabe apontar que a burguesia ganhou hegemonia a partir da Revolução Francesa¹, onde os burgueses lutavam por mais direitos e expressão nas decisões políticas do governo em busca de direitos básicos consistentes com os interesses de liberdade para a constituição da economia. Esses direitos são relacionados a liberdade de ir e vir, assegurando as necessidades de expressão e de troca de iniciativa econômica, ou seja, limitando a possibilidade de intervenção do Estado, e centrando-se no direito de propriedade. A partir do século 18, a burguesia tornou-se a classe dominante e o capitalismo se tornou o modo de produção existente (FORTI;BRITES, 2013). Dessa forma, podemos dizer que o capitalismo surge do conflito entre as forças produtivas e as relações feudais.

A separação entre os camponeses e a terra, entre o produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar o seu habitual corolário, divisão social do trabalho". Com o desenvolvimento das atividades mercantis, houve a necessidade de produção e consumo de

¹ A Revolução Francesa significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza. Os povos tinham expectativas de mais autonomia e que seus direitos sociais fossem respeitados. Além da melhora na vida urbana e rural dos trabalhadores. Porém, a burguesia conduziu o processo de forma a garantir seu domínio social.

mercadorias, possibilitando o declínio da ordem feudal (MARTINELLI, 2007, p.31).

Como já dito anteriormente, com a divisão social do trabalho na sociedade, o capitalismo se tornou um sistema de produção de mercadorias. Sendo assim, o pequeno produtor foi perdendo sua característica e identidade, sendo substituídas por outras formas de trocas. O trabalhador já não enxerga o resultado concreto do seu trabalho, assim, a exploração se torna cada vez mais dominante.

A criação de uma nova mão de obra assalariada, destituída de meios de produção, e o intenso desenvolvimento do capitalismo fizeram determinar a trajetória dos trabalhadores oposta à da burguesia, porque à medida que era alijado dos meios de produção, começando pela terra, seus afazeres artesanais, o trabalhador é compelido a se submeter a um trabalho assalariado, sendo esse indispensável à sua própria sobrevivência e de sua família.

Sobre essa questão, afirma Martinelli (2007, p.32):

De camponês a 'tecelão agrícola', daí para tecelão e em seguida para trabalhador assalariado, esta classe empobrecida de camponeses, pequenos produtores e artesãos assalariados não teve como escapar das malhas da oligarquia burguesa, despontando já na segunda metade do século XVI como trabalhadores assalariados, portanto como proletários, no sentido etimológico do termo.

Com o intenso processo de industrialização, os camponeses foram cada vez mais expulsos das terras e tendo que se submeter à subordinação dos donos do capital. Fato bem exemplificado com a lei do Assentamento de 1953, que impediam os camponeses de mudarem de aldeia sem a permissão do senhor feudal. O domínio de suas vidas era tanto que poderiam ser cedidos pra suprir necessidades de mão de obra num momento de escassez, por exemplo.

É neste contexto que surge na sociedade o que Marx nos apresenta como sendo as classes sociais fundamentais, a burguesia e o proletariado. Essas classes são marcadas pela posição que o indivíduo ocupa nas relações de produção. São essas classes que definem o processo de produção e os conflitos entre capital e trabalho. Segundo Ventura (2018, p. 12):

para que se fosse possível desenvolver o modo de produção capitalista foi necessário a existência de homens que dispusessem de sua força de trabalho e homens com meios para comprá-las. Essa diferenciação entre eles é o produto do processo de acumulação primitiva que teve início no final do século XV na Inglaterra.

São essas classes que definem o processo de produção e os conflitos entre capital e trabalho, tendo como base a divisão do trabalho. O capital é um complexo formado por um conjunto de engrenagens que potencializam o seu desenvolvimento, "[...]é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação" (HARVEY, 2002, p. 07). Sendo assim, as relações sociais se desenvolvem através do Trabalho:

[...]é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social.[...]Entretanto, o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade (NETTO;BRAZ, 2011, p. 41).

É importante ressaltar que as atividades humanas são efetivadas na medida em que o homem se relaciona com outros homens, estabelecendo as relações sociais, isto é, a sociabilidade, e é este o processo que constitui o ser social. Porém, à medida que foi se desenvolvendo, o trabalho rompeu o padrão natural de atividades que o satisfizesse, e passou a ser um mecanismo de exploração das forças produtivas. Quanto maior for a exploração da força de trabalho, maior a expansão do capitalismo, pois a continuidade desse sistema capitalista depende de tal processo. A acumulação faz com que o trabalhador exista substancialmente para incorporar valor através da exploração de seu trabalho e não para satisfazer suas próprias necessidades. Cabe apontar que desde sua implementação, o processo de produção passou por várias fases e mudanças para manter o seu padrão de acumulação.

A Lei Geral da Acumulação Capitalista segue-se pela necessidade de acumular, concentrar e centralizar, realizar e reproduzir, levando-o a aperfeiçoar as condições gerais de sua expansão, concentrar seus meios de produção e desenvolver tecnologia, ou seja, socializar a produção. Sendo então, o trabalho incorporado ao valor, que tem relação íntima com o fetichismo da mercadoria. É dessa forma que *taxa*

de mais-valia acaba por representar o resultado da exploração burguesa sobre o proletário e a ratificação da alienação do trabalho. Então, "[...] o lucro é a forma motriz do MPC, como o MPC só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é interminável." (NETTO; BRAZ, 2011, p. 107).

Com o desenvolvimento do capitalismo e suas transformações, o trabalhador se vê cada vez mais alienado no processo de produção, e da mesma forma vem sendo cada vez mais explorado, ganhando um salário que não corresponde ao que ele produz e através do qual ele não consegue sequer sobreviver. "O trabalhador perde o trabalho, o saber, e conseqüentemente submete-se ao poder pernicioso do capitalismo." (MARX, 2011, p. 211).

O capitalismo se dá por meio de suas contradições, e crises com intensidade variáveis são tendências e principais manifestações no antagonismo da dinâmica capitalista. É nas crises cíclicas que permitem encontrar formas que auxiliam a continuidade dominante. As crises se manifestam através da contradição existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais capitalistas de produção (MARX, 2011).

O início dos anos de 1970 ficou marcado como uma reviravolta no histórico de crises do capitalismo, com o fim do padrão de acumulação fordista/taylorista e a crise do Estado de bem-estar social (*WelfareState*)², foi inaugurado uma fase de crise estrutural, e ocorreram algumas mudanças na economia. Em respostas preparadas pelo capital para a sua crise estrutural, ele inicia o uso do mecanismo da economia marcando uma nova fase do capitalismo, o capitalismo contemporâneo, focalizando em um processo de restauração do capital, que tem como base o neoliberalismo, a financeirização e a reestruturação produtiva decorrentes das transformações do mercado de trabalho;

considerando que o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua "cultura jovem" e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para

² *WelfareState*: Estado de bem-estar social que promove o assistencialismo e intervencionismo. Além da criação de políticas sociais que assegurem saúde, educação e moradia.

sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal “solução final” é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

Segundo Ventura (2018, p.14), "no capitalismo as crises aparecem devido a produções de bens acima do que é consumido pelo mercado". A partir dos avanços e incrementos tecnológicos o capital se reorganiza e passa a efetivar a reestruturação produtiva, que tem como objetivo acelerar o processo de produção e diminuir os erros, com isso, um trabalhador passa a desenvolver a função de dezenas de trabalhadores.

A acumulação flexível[...]se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2002, p. 140).

Os avanços tecnológicos e científicos, impulsionadores do desenvolvimento das forças produtivas, reforçam a estrutura flexível e em contrapartida, reduzem o capital variável (trabalho-vivo) gerando implicações no mundo do trabalho. Sendo assim, crescem a exploração da mão-de-obra, os subempregos, enfraquecendo o poder sindical, que é crucial na imposição de contratações mais flexíveis.

O capitalismo contemporâneo, ainda sob o modelo de acumulação flexível, imerso na *reificação*³, acompanhado pelas aceleradas inovações tecnológicas, exige cada vez mais a oferta do trabalhador polivalente, por formações técnicas especializadas e habilidades de criar soluções e resolver problemas, porém, essas imposições dissolvem ainda mais a classe trabalhadora, pois ocasionam uma divisão entre aqueles que possuem um conhecimento intelectualizado e os que não têm nenhuma qualificação e em consequência disso, vivenciam o desemprego estrutural,

³ Segundo Marx (2004), a reificação das pessoas se constitui pelo fato de as mesmas se objetivarem nas mercadorias produzidas por elas, mas em uma relação dada entre coisas. Em outras palavras, quando o ser humano perde a capacidade de se subjetivar em seu trabalho, a sua objetivação ocorre de maneira alienada.

além da lógica da sobrevivência competitiva sob a precarização e superexploração da força de trabalho pressionados pela ameaça do desemprego.

Essas condições, segundo Freire (2010, p. 45), “implicam na integridade física, mental e social” do trabalhador assalariado. Trata-se do processo de adoecimento da classe trabalhadora.

O desemprego e os níveis de desocupação são problemáticas que também são intensificadas pela introdução de novas tecnologias nos processos de produção que proporcionam de forma crescente um aumento devastador na produção de bens e conseqüentemente diminui a necessidade de mão de obra (VENTURA, 2018, p. 17).

É perceptível que mesmo havendo mudanças em sua dinâmica econômica e estrutural, esse modo de produção sempre conserva suas contradições. A cada nova fase de seu desenvolvimento, seus meios de exploração e capacitação da vitalidade dos indivíduos se agravam. Por esses motivos que a classe trabalhadora se encontra fragmentada e complexificada, fazendo com que fique imersa à superexploração (remuneração abaixo do valor da sua força de trabalho).

O desemprego e a instabilidade no campo de trabalho causados pelas terceirizações e privatizações fragilizam a vida dos trabalhadores que encontram dificuldades em se organizar como classe para enfrentar as “agressões” do neoliberalismo e reivindicar seus direitos e melhorias nas condições de vida. O modo de produção capitalista é incapaz de absorver todos nos campos de trabalho, demonstrando a partir do Estado neoliberal uma de suas perversas faces na redução de direitos e no reforço do individualismo que devido à necessidade de não só garantir a própria subsistência, mas também seu poder de consumo, se submetem à condição de intensificação da precarização das condições de trabalho, resultando em uma vil competitividade pela possibilidade de submeter à superexploração da própria força de trabalho (RIBEIRO, 2018, p. 19).

Marini (1973) traz em sua obra “Dialética da dependência”, uma interpretação do capitalismo a partir da construção teórica do que Marx chama de Lei Geral da Acumulação Capitalista para a compreensão do tema da superexploração do trabalho. Para o autor, a superexploração seria uma consequência de como o capitalismo se estrutura nas periferias e na América Latina através de transferências de valor;

fundadas em última instância no monopólio tecnológico, ainda que não só nele: das economias locais para a economia mundial, e da pequena e média burguesia para os segmentos monopólicos internos, constituídos pela burguesia nacional que se associa por meio da dependência tecnológica,

comercial e financeira, e pelo próprio capital estrangeiro. Tais transferências seriam mais dinâmicas que a própria geração local de mais-valor, reproduziriam economias mundiais e internas cada vez mais assimétricas, e teriam como consequência a apropriação de parte do valor da força de trabalho pelo capital, como forma de compensação (MARTINS, 2017).

Esta apropriação se daria com a queda do valor da força de trabalho, o que resultaria numa redução salarial e o aumento da jornada de trabalho, bem como nas atividades, fazendo com que a qualificação da mão-de-obra se intensifique e gere a exploração, pois o trabalhador passa a receber bem inferior ao que corresponde o valor da sua força de trabalho.

O Neoliberalismo impõe um novo projeto ideológico, político e econômico, sustentado pela superexploração da mão-de-obra assalariada, na desregulamentação da economia e no corte das ações coesivas do Estado, principalmente no campo social “como a saúde, a segurança, a assistência social, a cultura e, especialmente, a educação. A manutenção e reprodução do capitalismo exige a manutenção e reprodução de sua ideologia, ou seja, da ideologia hegemônica, orientada pela classe dominante.” (RIBEIRO, 2018, p. 23). De acordo com Netto;Braz:

[...]a ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerando atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função de liberdade de mercado). (NETTO; BRAZ, 2011, p. 236).

Para Lênin (1976, p.143), essa ‘liberdade de mercado’ ilusória gerada pela expansão dos monopólios, “[...]provocou a fusão entre capital industrial e bancário”, causa de concentração e centralização bancária, já que o sistema bancário mantém sua função de converter o capital inativo em ativo, isto é, em capital que rende lucro ao reunir todo tipo de movimento monetário a serviço da classe capitalista, inclusive os de pequenos proprietários e das camadas de trabalhadores. Conseqüentemente, o capital bancário concentrado e centralizado passa a subordinar as operações comerciais e industriais de toda a sociedade (IAMAMOTO, 2010).

Assim, o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na

fusão de bancos com a indústria. A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos. Desdobra-se na monopolização da renda da terra pelo monopólio bancário e industrial, espalhando-se o domínio dessa oligarquia financeira para todas as dimensões da vida social, independente dos regimes políticos. Impulsiona-se, assim, “a produção capitalista de mercadorias, aumentando os circuitos de troca nos mercados interno e externo, tornando inevitável o desenvolvimento desigual, aos saltos, das distintas empresas e ramos da produção, da indústria e de diferentes países.” (LÊNIN, 1976, p. 431). Conclui-se que esse aumento nos lucros mediante a exportação de capital estrangeiro não eleva o nível de vidas das massas populares.

O Processo de financeirização do capital, ou mundialização do capital financeiro, representou uma forte estratégia para o desenvolvimento capitalista, já que ao impulsionar a lógica de que dinheiro tem que gerar dinheiro por si só. Reverte-se numa forma de obter lucro sem passar pela esfera da produção, expulsando de forma crescente o Capital Variável⁴ do sistema produtivo, isso por outro lado traz graves consequências, gerando ainda mais precarização e aumentando os índices de desemprego.

Duriguetto (2010) afirma que, o neoliberalismo amplia as formas de exploração, de enriquecimento e acumulação, de um lado, e de empobrecimento, por outro. E explica que são fundamentos do sistema capitalista, que possui um projeto neoliberal vinculado à acumulação flexível, impondo uma intensa desregulamentação das relações de trabalho e a privatização de complexos industriais, bens e serviços públicos, retirando progressivamente o controle estatal sobre essas dimensões. Na prática a desregulamentação não se restringe às relações de trabalho, atinge toda a sociedade mundial, com o fenômeno da globalização.

⁴ Capital Variável: é um conceito utilizado por Karl Marx em O capital. Corresponde à fração do capital que é despendida na compra da força de trabalho e é responsável pela reprodução ampliada do capital.

Essa mudança no sistema produtivo, com o novo padrão de acumulação flexível que substituiu o sistema de produção em larga escala com uma crescente flexibilização que ocasionou uma desregulamentação das formas clássicas de contratação da força de trabalho, levando à terceirização, sendo uma das formas de reorganização do capital. É importante esclarecer, que o Estado enquanto um local privilegiado de defesa dos interesses do capital, não desaparece, o que ocorre é a diminuição das suas ações interventivas, especialmente no que diz respeito aos direitos sociais conquistados.

Para Antunes;Druck (2015), a precarização estrutural do trabalho tem colocado em cena um conjunto de modalidades que reafirmam a lógica destrutiva do capital, no que diz respeito à força humana que trabalha, na qual a terceirização é um dos elementos determinantes. Sendo assim, a terceirização não é um fenômeno novo no processo histórico capitalista, porém, com a acumulação flexível assume centralidade nas estratégias empresariais, no estabelecimento dos contratos de compra/venda da força de trabalho. Uma modalidade que sintetiza as novas formas de gestão da produção e do trabalho e da precariedade salarial (ALVES, 2010).

[...] a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. E se constitui num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, pois é uma prática de gestão/organização/controle que discrimina, ao mesmo tempo que é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação das identidades coletivas dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização humana do trabalhador, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 31).

Dentro da nova ofensiva do capital, a terceirização foi disseminada em indústrias, comércios, prestações de serviços (setor privado); e atingiu também o setor público, inclusive a administração pública. A terceirização coloca em evidência diferenças nas condições de trabalho e salário entre os trabalhadores, diferenças nos treinamentos, nos direitos trabalhistas, nas jornadas de trabalho, nas negociações com o patronato, entre outros. Essas determinações diferenciadas não se efetivam apenas por parte da empresa, os próprios trabalhadores intensificam uma separação entre os contratados diretamente e os terceirizados.

O Estado desenvolve um papel de suma importância nos processos de privatização do patrimônio público. Abre espaço para à iniciativa privada e investe pesado na parceria público e privado. Além de desregular as relações de trabalho, por meio da retirada de direitos trabalhistas e da retração das políticas sociais. O Estado liberal reprime e nega a luta trabalhista nas suas diferentes manifestações populares e as respostas às reivindicações são mínimas. As estratégias adotadas tentam desqualificar as organizações representativas da classe trabalhadora, além da tentativa de “culpabilizar” os produtores diretos da riqueza social pela crise enfrentada.

Essa mudança no sistema produtivo, associada à substituição do sistema de produção em massa por um novo modelo de acumulação flexível, trouxe uma flexibilidade cada vez maior. A terceirização é uma forma de reorganização em que uma empresa transfere suas atividades para outra empresa com o objetivo de reduzir custos e aumentar significativamente os lucros. No entanto, a terceirização gera a precarização do trabalho, pois os trabalhadores terceirizados não têm o mesmo vínculo com os que trabalham diretamente na empresa, nem têm os mesmos benefícios, já que o trabalhador terceirizado não possui o mesmo vínculo, nem os mesmos benefícios que tem aqueles trabalhadores diretos da empresa. Nesse sentido, Diniz (1996) destaca alguns dos efeitos negativos da terceirização nos direitos trabalhistas:

1) responsável pela criação de empregos precários e eventuais; 2) pode ser causa de desemprego e subemprego; 3) é causa de redução salarial, pois algumas empresas visam com a terceirização pagar menos do que pagariam aos especialistas se fossem seus empregados [se assim não fosse qual a razão de ‘terceirizar’?]; 4) ocorre uma piora sensível nas condições de saúde e segurança no trabalho dos empregados prestadores de serviços, com eliminação de benefícios sociais diretos e indiretos; 5) traz insegurança no emprego, já que ocorre uma ampliação da rotatividade de mão-de-obra; 6) permite degradação do ambiente de trabalho e das condições de segurança e higiene, já que as subcontratadas geralmente não têm a estrutura das empresas contratantes; 7) gera o paradoxo de existir dois patrões a comandar o processo, ou, em certos casos, de inexistir patrão definido; 8) desintegra a identidade de classe dos trabalhadores; 9) dificulta a filiação, organização e militância sindical; 10) com a terceirização é patente a tendência de individualização das relações profissionais; 11) ocorre em maior número a instalação ou deslocamento de empresas para regiões de fraca industrialização, de ‘incipiente organização sindical’; 12) a terceirização pode ser considerada um instrumento para combater o movimento sindical e as conquistas dos trabalhadores (DINIZ, 1996, p. 25).

Além da precarização do trabalho, a terceirização gera uma grande instabilidade para os trabalhadores, aumentando a informalidade, um dos maiores problemas atualmente enfrentados no país, gerando uma série de trabalhadores sem registro formal e direitos garantidos em lei. De toda forma, esse processo tem acelerando as desigualdades sociais e tornando ainda mais visível o que chamamos de “expressões da questão social”, pois o poder e os meios de produção estão concentrados nas mãos da burguesia, que representa uma pequena parcela da sociedade.

Um estudo da subseção do Dieese do Sindieletrô Minas Gerais, realizado em 2010, com base em dados da Fundação Coge, revelou que entre 2006 e 2008 [no Brasil] morreram 239 trabalhadores por acidente de trabalho, dos quais 193 (ou 80,7%) eram trabalhadores terceirizados. A taxa de mortalidade média entre os trabalhadores diretos no mesmo período foi de 15,06, ao passo que entre trabalhadores terceirizados foi de 55,53 (DIEESE, 2011 apud ANTUNES, 2015, p. 422).

Esses dados revelam que empresas terceirizam os seus serviços para transferirem os riscos existentes para o trabalhador, desprovido-o de direitos e acesso à segurança no trabalho em nome da justificativa de redução dos gastos. Assim, transferem para as empresas terceiras os custos com o trabalho e a responsabilidade do cumprimento das legislações trabalhistas. No caso brasileiro observa-se que a terceirização nas últimas décadas tem sido proliferada como uma epidemia sem controle, crescendo em todas as direções do setor público e privado. Em comparação com os trabalhadores diretamente contratados pela empresa, as estimativas das condições de trabalho dos terceirizados confirmam que a terceirização ainda é fonte de condições de trabalho instáveis, além da remuneração dos terceirizados ter uma diferença enorme em relação aos trabalhadores contratados.

Em relação a jornada de trabalho contratada, esse grupo de trabalhadores realiza uma jornada de 3 horas a mais semanalmente, sem considerar horas extras ou banco de horas realizadas, que não são objeto de levantamento do MTE (Ministério do Trabalho e emprego) – outra informação das estatísticas oficiais brasileiras. Se a jornada dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados fosse igual à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas 882.959 vagas de trabalho a mais. Isto, sem considerar hora extra, banco de horas e o ritmo de trabalho que, como relatado pelos dirigentes sindicais, são maiores e mais intensos entres os terceiros. [...] Enquanto a permanência no trabalho é de 5,8 anos para trabalhadores diretos, em média, para os terceiros é de 2,7 anos. Esse fato decorre da alta rotatividade dos terceirizados – 64,4% contra 33% dos diretamente contratados (CUT, 2014, p. 15).

Esses dados indicam que há uma intensa instabilidade que impacta diretamente na vida do trabalhador terceirizado, que vive entre as fases de trabalho e desemprego, não havendo condições de planejar nada a longo prazo, estudar ou ter tempo livre para o lazer. A terceirização é um elemento constitutivo que ganha uma centralidade irremediável na precarização laboral em todos os ramos da economia, facilitando o descumprimento dos direitos trabalhistas, previdenciários e intensificando a exploração dos trabalhadores, que é uma prática crescente no mercado de trabalho brasileiro.

Os acidentes e as mortes no trabalho são a outra terrível faceta da terceirização no país, talvez a mais nefasta. São inúmeros os acidentes e mortes entre os trabalhadores terceirizados computados todos os anos. A conclusão é óbvia para trabalhadores, especialistas e profissionais do trabalho: os trabalhadores terceirizados estão mais sujeitos a acidentes e mortes no local de trabalho do que os trabalhadores contratados diretamente. As empresas não investem em medidas preventivas, mesmo que as atividades apresentem situações de maior vulnerabilidade aos trabalhadores (CUT, 2014, p. 23).

A lógica capitalista se baseia em gerar lucros frente a ascensão da tecnologia e de nenhum modo objetiva um avanço social, aliena o trabalhador que não tem tempo livre para exercer nenhuma função que não seja vender a sua força de trabalho. Logo, essa dinâmica "vai acarretar na exclusão de grande parte dos trabalhadores do processo de produção, a partir da necessidade que se instaura de uma força de trabalho mais capacitada e instruída em relação a novas tecnologias." (VENTURA, 2018, p. 18).

A terceirização representa de forma significativa o grande número de mortes por acidentes no trabalho e seus efeitos destrutivos ganham invisibilidade frente a lógica capitalista, sendo que é, de fato, um problema social e de saúde pública. Tais condições tornam visíveis aquilo que o liberalismo denominou de "Questão Social". Então, podemos compreender que seu surgimento está diretamente vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas intensificadas no capitalismo.

Iamamoto;Carvalho (1983, p.77), nos apresenta uma ótima definição de Questão Social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Diante desse contexto histórico, chegamos à compreensão do modo de produção capitalista e suas contradições e desigualdades sociais geradas para a sociedade. As expressões da questão social são inelimináveis na sociedade capitalista. “Pensar numa solução da questão social mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem acumulação de capital.” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 149). Essas contradições favorecem o aumento das expressões da questão social, levando a classe trabalhadora às malhas do pauperismo, ao desemprego, violência, doenças, ao consumo de drogas, a exploração de forma geral, à destruição do meio ambiente e do metabolismo homem/natureza.

A produção capitalista não é apenas produção e reprodução de mercadorias e mais-valia, ela é produção e reprodução das relações sociais. Assim, a reprodução ampliada do capital reproduz, ao mesmo tempo e também, de forma ampliada os antagonismos de classe, uma vez que cristalizam as questões do processo de produção. Diante das colocações, fica evidente que a dinâmica capitalista rege em um lado o aumento da riqueza social, e em outro proporcionalmente o aumento da miséria e exploração: lei geral da acumulação capitalista, que compreende um movimento único - produção de riqueza que implica o crescimento contínuo de miséria.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo

oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1985, p. 209).

Sendo assim, quanto maior a exploração da força de trabalho, maior a acumulação. A continuidade do sistema capitalista depende de tal processo. A acumulação faz com que o trabalhador exista substancialmente para incorporar valor através da exploração de seu trabalho e não para satisfazer suas próprias necessidades por meio da riqueza. O resultado disso é a coisificação das relações entre os indivíduos, a desumanização do homem pelo sistema do capital, reduzindo-o a um simples cofre para a acumulação de riquezas.

Quanto mais riqueza produz, mais pobre o trabalhador se torna. Constitui-se, enquanto mercadoria, mais miserável do que qualquer outra, mais barata e mais desvalorizada. No capital temos uma completa inversão de valores; à medida que o mundo das coisas passa a ser super valorizado, a humanidade sofre uma completa degradação. Quanto mais objetos o trabalhador produz, menos dispõe de condições para possuí-los e tanto mais fica imbuído nos mecanismos de dominação do capital, aliena-se em si mesmo, deixando de se pertencer (CAMPOS, 2016, p. 805).

As diversas expressões que remetem às formas de exclusão social são específicas desse modo de produção, visto que, apresentam variadas e constantes formas de discriminação contra a camada excluída da sociedade, como a população negra; a violência contra as mulheres e homossexuais, além de várias facetas de sua dinâmica. Por consequência, a pobreza e as desigualdades sociais são estruturas exploradoras de poder.

As várias formas de exclusão social têm uma capacidade patogênica na subjetividade dos indivíduos. E, atualmente, os excluídos vêm de diversos segmentos sociais, não só dos tradicionalmente pobres. No atual momento de crise social, há um aumento da expressão de várias formas de mal-estar e sofrimento mentais, além do aumento da violência cotidiana (BISNETO, 2011, p. 184).

Conforme Ventura (2018, p. 18) "é a exclusão social fruto da distribuição desigual, que nesse contexto se apresenta como outro elemento que tende a atingir patologicamente os sujeitos". Fica evidente que essa exclusão pode atingir as camadas pobres e médias, levando em conta que os direitos não são efetivados, onde o acesso a saúde é bem precário e o Estado garante o mínimo de recursos destinados

às políticas que atendem essas classes menos favorecidas, resultando num acúmulo de várias doenças patológicas para os trabalhadores, principalmente relacionadas ao psíquico. Seria um erro, porém, atribuir essa forma de exploração como um meio de ascensão trabalhista, sendo esta ótica capitalista, de maior exclusão e desigualdade social.

O capitalismo vem acompanhado de doenças específicas de sua época, características das aglomerações nas cidades e do trabalho fabril, à população pobre, ao sofrimento urbano e obviamente está relacionado ao seu desenvolvimento. O adoecimento mental é uma manifestação das expressões da questão social, sendo um problema de saúde preocupante que vem atingindo a sociedade.

A classe trabalhadora tornou-se ainda mais vulnerável a situações estressoras. A exigência da polivalência, a pressão pelo aumento da produtividade, associada à contenção salarial, à instabilidade no trabalho, jornadas prolongadas e o medo do desemprego implicam em sofrimento no trabalho e na falta deste, acarretando doenças tanto físicas, como psíquicas, que afetam a subjetividade do trabalhador, podendo levar ao desencadeamento de adoecimento mental, o que tem sido um fenômeno facilmente observável no cotidiano dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAMPOS, 2016, p. 799).

Toda pressão sofrida dentro do ambiente de trabalho pode gerar impactos negativos na saúde, gerando um grande desgaste psicológico e influenciando no aparecimento de doenças psicológicas, como exemplo, a depressão, que cada vez mais tem se apresentado nos espaços de trabalho. Outra manifestação desse desgaste é o suicídio, representado em dados de um estudo realizado pela OPAS/OMS no ano de 2012, em que mais de 800.000 pessoas morrem por suicídio todos os anos e que cerca de 75%, corresponde a pessoas de países de baixa renda.

Aos desempregados, ainda, são comuns sentimentos de vergonha, autodesvalorização, insegurança e tristeza pelas perdas de emprego, além de revolta e injustiça. Isso contribui para a irradiação de uma sensação generalizada de instabilidade, desenvolvida inclusive pelos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Uma consequência imediata do desemprego é o isolamento social, podendo ocasionar quadros psicopatológicos, sendo o alcoolismo e a depressão os mais referidos na literatura. Diretamente relacionado com a problemática do sofrimento psíquico no trabalho está o tema do suicídio. Observou-se que [...]durante crises econômicas, ocorre considerável aumento dos índices de suicídio e das taxas de transtornos mentais, além do crescimento de problemas psicossomáticos,[...] choques econômicos podem piorar a saúde mental e levar ao suicídio, principalmente devido ao desemprego (o suicídio é 2,5 vezes mais comum em desempregados) e ao endividamento (VIAPIANA;GOMES;ALBUQUERQUE, 2018, p. 183).

Segundo a Central Única de Trabalhadores - CUT (2018), em todo o mundo, uma pessoa comete suicídio a cada três segundos. De acordo com a Associação Psiquiátrica da América Latina, no Brasil, a cada 45 minutos uma pessoa comete suicídio. O suicídio é também a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Embora se acredite que o caso seja subnotificado, o Brasil ocupa a 8ª posição em números absolutos e a 113ª na média mundial. Os dados apresentados pelo Ministério da Saúde, de 2007 a 2016, representam que 106.374 pessoas morreram por suicídio.

Esses dados demonstram um contexto adoecedor que se reproduz através da miséria dos indivíduos. Assim, preocupa o fato de que um bom estado físico e mental dependa de ambientes de trabalho que integrem essa possibilidade, e num contexto de extrema precariedade e opressão, só tende a agravar as desigualdades e o adoecimento, que "se dá a partir de uma concepção de classe, onde se entende que a classe trabalhadora explorada é extremamente suscetível a tais opressões." (VENTURA, 2018, p. 23).

Os transtornos mentais são agravos de saúde altamente prevalentes na sociedade atual. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), transtornos mentais como depressão, abuso de álcool, transtorno bipolar e esquizofrenia se encontram entre as 20 principais causas de incapacidade. A OMS estima que atualmente a depressão afeta cerca de 350 milhões de pessoas, sendo que a taxa de prevalência na maioria dos países varia entre 8% e 12%. É a principal causa de incapacitação dos indivíduos no mundo quando se considera o total de anos perdidos (8,3% dos anos para homens e 13,4% para mulheres) e a terceira principal causa da carga global de doenças em 2004 (VIAPIANA;GOMES;ALBUQUERQUE, 2018, p. 176).

O valor supersticioso da produção supera todos os limites das organizações e espaços de sociabilidade. Durante essa jornada, todo o corpo de trabalhadores submetidos a essa lógica de manipulação e alienação, acabarão sofrendo danos físicos, danos de ordem psicológica e espiritual, que se manifesta como sintomas psicossomáticos. Nesse caso, o trabalho, deixou de ser fonte de realização do Homem e passou a causar graves prejuízos à saúde dos trabalhadores. Portanto, verifica-se que o adoecimento físico e mental surgem em respostas ao desenvolvimento do processo de acumulação flexível, fazendo com que os trabalhadores manifestem várias queixas como estresse, ansiedade, angústia, insônia, medo, agressividade,

desânimo, depressão, isolamento social, associando esses sintomas às condições precárias de trabalho (ALVES, 2014).

Em relação ao desgaste psíquico, como consequência das novas formas de gestão do trabalho, ocorre o aumento das sobrecargas psíquicas, tais como: a pressão por intermédio de metas, ou mesmo dos próprios colegas de trabalho; a 'internalização' das regras da empresa por parte dos trabalhadores; a exigência de alta produtividade e a atenção permanente dela decorrente; a concentração exigida pelo aumento do número de máquinas a serem operadas ou supervisionadas; e os altos ritmos de trabalho, nos quais se eliminam quaisquer períodos de suposta 'improdutividade' (momentos de descanso). Paralelamente, acentuam-se as subcargas psíquicas, com a restrição do desenvolvimento das capacidades psíquicas em função do aprofundamento da alienação, tal como se observa na subordinação dos indivíduos à tecnologia cada vez mais automatizada, na manutenção do trabalho parcelar, ainda que no formato multitarefas, e na ausência de interferência dos trabalhadores sobre o planejamento do trabalho (VIAPIANA;GOMES;ALBUQUERQUE, 2018, p. 182).

Conforme verificado por Alves (2011, p. 152-153) "as novas práticas sociometabólicas da sociedade neoliberal, tendem a constituir 'subjatividades precárias' ou 'subjatividade em desefetivação' atingidas pelo estresse", ficando evidente que o estresse atinge a população de forma gradativa;

[...]o estresse é uma das maiores ameaças à saúde humana no século XXI. [...]Pode-se dizer que o estresse é a doença universal da sociedade toyotizada. É uma síndrome que atinge corpo e mente e que expressa o caráter totalitário e totalizante das novas implicações objetivas (subjativas) da produção do capital. O estresse é sintoma epidemiológico do sociometabolismo da barbárie e das novas condições da produção do valor. É decorrente do espírito do toyotismo que exige, no contexto de um novo patamar de racionalização do trabalho, a "captura" da subjatividade do trabalhador, capaz de operar os novos dispositivos técnico-organizacionais da produção de mercadorias (ALVES, 2011, p. 152-153).

Observa-se que as formas de trabalho oferecidas aos trabalhadores são adaptadas ao processo do capitalismo, o que gera um grande desgaste físico e mental, refletindo diretamente na saúde e perpassando as relações sociais.

De acordo com Campos (2016, p. 808-809):

[...]cabe destacar que o adoecimento mental do trabalhador pode se manifestar de diversas formas que não são consideradas enquanto quadro psicopatológico definido, mas que ainda assim merecem ser fruto de estudo e atenção especial por parte de pesquisadores e trabalhadores do campo da saúde mental do trabalho[...]O fator trabalho e suas configurações contemporâneas não são os únicos responsáveis pelo adoecimento mental

do trabalhador, uma vez que este é multifatorial. No entanto, [...]é notável que todos esses fatores supracitados incidem diretamente no desencadeamento dos transtornos mentais que afetam os trabalhadores na contemporaneidade. Fatores esses ligados à sociabilidade capitalista de precarização, subordinação e alienação impostas à classe trabalhadora.

Obviamente, este contexto põe a prova a capacidade do indivíduo de acompanhar as mutações desse sistema, que transforma o trabalho numa fonte de sofrimento. É importante entender que a crise estrutural do capital contribuiu para o aumento da taxa de adoecimento, principalmente nos dias atuais com o surgimento da pandemia do COVID-19⁵, uma vez que o impacto sobre o meio ambiente é intensificado e da mesma forma, reduz os mecanismos de proteção social e do trabalho.

Neste momento em que precisamos conviver em quarentena e isolamento social, vivenciamos uma fase de incertezas que podem gerar ou agravar doenças psicológicas, pois desde a ocorrência da pandemia no mundo, tem aumentado ainda mais o recorte de classe, considerando que grande parte da população não tem condições de realizar o isolamento pelo fato de terem condições de vida, saúde e trabalho muito precárias. Então, enquanto uma pequena parcela da população pode ficar em casa seguindo os protocolos de segurança para contenção do vírus, grande parte tem que sair para trabalhar e acabam ficando vulneráveis, além de terem pouco acesso ao sistema de saúde, o que aumenta a desigualdade e exclusão social e potencializando o número de vítimas por contaminação.

Em suas observações, Santos (2010, p. 703) diz que “o adoecimento surge como desdobramento das situações agudas de competitividade, burocratização e violação de direitos” acrescentado pela sobrecarga, pressão para o cumprimento de metas e pelo medo da exclusão do mercado de trabalho. De acordo com a Pesquisa

⁵A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Nacional de Saúde – 2019), “10,2% (16,3 milhões) das pessoas com mais de 18 anos sofrem de depressão”. Quando o levantamento anterior foi realizado, em 2013, eram “7,6% (11,2 milhões) — um adicional de 5,1 milhões de casos no período.” (PNS, 2019). Segundo a Organização Pan Americana de Saúde e a Organização Mundial da Saúde:

A saúde mental é uma das áreas mais negligenciadas da saúde pública. Quase 1 bilhão de pessoas vivem com transtorno mental, 3 milhões de pessoas morrem todos os anos devido ao uso nocivo do álcool e uma pessoa morre a cada 40 segundos por suicídio. E agora, bilhões de pessoas em todo o mundo foram afetadas pela pandemia de COVID-19, que está causando um impacto adicional na saúde mental das pessoas (OPAS/OMS Brasil, 2020).

De modo geral, a principal consequência desses dados é a necessidade de ampliar a demanda por serviços de atendimento às pessoas em sofrimento mental. No entanto, as pesquisas atuais sobre os motivos do aumento do adoecimento mental têm tido pouca relevância, a gravidade da doença tem tido pouco impacto, o que torna a relação entre adoecimento mental e as condições de vida e trabalho, um tema importante a ser tratado.

Conforme exemplificam Viapiana;Gomes;Albuquerque (2018):

para compreensão de formas particulares de sofrimento e adoecimento, como o sofrimento psíquico, é fundamental a compreensão da produção social das dimensões biológica e psíquica humanas. Isto é, os processos pelos quais as relações sociais, a história, a cultura subsumem – incluem e subordinam – o biológico. [...] a produção de doenças ocorre no plano coletivo, e, portanto, não se pode desvincular o estudo do processo saúde-doença do contexto social em que está inserido. Para tanto, é necessário analisar os processos estruturais de cada sociedade, decorrentes de determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Esse complexo delimita um modo de produção específico, abrangendo determinadas classes sociais e suas frações. Nas distintas formações sociais concretas, essas classes e frações poderão apresentar novos arranjos próprios, além de segmentações em grupos e coletividades com características particulares (VIAPIANA;GOMES;ALBUQUERQUE, 2018, p. 177)

Os processos estruturais do capitalismo são fortemente marcados pela degradação do trabalho e adoecimento/sofrimento. Por isso, é possível perceber uma vasta demanda de trabalhadores acometidos por doenças psicológicas em consequência das condições de trabalho precarizadas, ou ainda pela falta de

emprego. Logo, é indiscutível o fato de que essa é a tendência no mundo do trabalho historicamente e na atualidade. Todo esse contexto nos leva a refletir que é preciso, porém, ir mais além, partindo do entendimento de que a saúde mental vai além da ausência de doenças psicológicas. O que importa, portanto, é a entendermos como um estado completo de bem-estar físico, psicológico e social que permite aos indivíduos exercerem suas habilidades, lidando com as pressões do dia a dia.

Nesse sentido, são fundamentais as iniciativas voltadas à melhoria das condições de trabalho, redução da intensificação, dos ritmos, da precarização e da violência no trabalho, por exemplo. Como o principal processo geral motivador das várias organizações e estruturas produtivas na sociedade é a acumulação capitalista, o processo saúde-doença na sociedade reflete inevitavelmente a contradição capital-trabalho. Transformar os processos de trabalho – e, por consequência, a sociedade – em espaços mais saudáveis e realizadores para seus executores envolve necessariamente a contraposição à lógica do capital. Trata-se, em síntese, de colocar a vida e a saúde acima do lucro (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 184)

Conforme buscamos inferir ao longo deste subcapítulo, essa dinâmica produz um efeito direto sobre a saúde física e mental dos trabalhadores, em suas formas de objetivação e subjetivação do trabalho, e nos múltiplos espaços em que se insere.

2 MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo será referenciado o processo de reestruturação do capital e as diversas “propostas integradoras” frente a redemocratização do Estado e da educação, de forma que tornou o ensino fetichizado (alvo de lucro empresarial) e precarizado. Diante do exposto, traremos os rebatimentos dessa ordem econômica sobre a educação superior e o processo de adoecimento dentro das universidades.

2.1 A mercantilização e precarização da educação superior no Brasil

Conforme mencionado anteriormente, a partir da década de 70 ocorre a intensificação da reestruturação produtiva no Brasil. As mudanças no processo

produtivo ocorreram primeiramente nas empresas, e depois começaram a introduzir novas para a ascensão do capitalismo.

A educação, por exemplo, passou e passa por um processo de mercantilização. O Estado deveria investir em uma educação de qualidade para todos os brasileiros como forma de proporcionar igualdade de acesso ao mercado de trabalho, mas (desde a ditadura militar) os governos fortaleceram o repasse de verbas públicas para IES privadas como forma de garantia de acesso ao ensino superior (FERRAREZ, 2016, p.82).

A política de educação e outras políticas sociais da década 90 tornaram-se alvos do processo de contrarreforma. Particularmente digna de menção é a contrarreforma das universidades brasileiras, com o objetivo de adaptá-las ao modo de produção capitalista sob a orientação de organismos internacionais. Assim, são vários os efeitos negativos na educação, especialmente na formação profissional do ensino superior, como as mudanças curriculares e a exploração do trabalho docente. Essa política vem sendo constantemente atacada, e o repasse de verbas está cada vez menos suficiente para que o ensino superior público se sustente.

É oportuno lembrar que as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional, por meio do mercado de capitais, que se tornaram factíveis para um grupo ainda restrito de IES mercantis, fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial, a partir dos anos de 1970, de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros etc.) e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização” (CARVALHO, 2013, p. 761).

Segundo as observações de Ferrarez (2016, p.81), a política de educação superior no Brasil é regida por uma série de decretos e medidas provisórias que contribuem para consolidar a contrarreforma do ensino público e expandir o ensino privado. O discurso da “democratização do acesso” tem progredido porque traz a ideia de inclusão dos trabalhadores nas universidades, a partir da lógica produtiva da reforma curricular, em que os diplomas seriam o “grande diferencial”.

No Brasil, o fenômeno de mercantilização acentua-se no final da década de 1990, no bojo do processo de globalização e de disseminação das tecnologias de informação, e manifesta-se[...] por meio da oferta direta de cursos (presenciais e a distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e softwares), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor (CARVALHO, 2013, p.766).

O maior impacto nesse contexto incide sobre as universidades públicas, a partir da implantação do Programa de Reestruturação e expansão das Universidades Federais - REUNI e a expansão do ensino a distância, onde seu arcabouço legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996).

Conforme afirma Pacheco (2014, p. 02):

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do Decreto nº 6.096/2007 é uma política implantada pelo Governo Federal e seu objetivo precípua é a ampliação das vagas nas instituições de ensino superior federais. A justificativa é a meta de oferta de vagas no ensino superior contida no item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação do decênio 2001-2010 (BRASIL/CÂMARA, 2011), que estabelecia um aumento de 30% para a faixa etária de 18 a 24 anos (Lei 10.172/2001) até o final do período do plano.

Nas palavras de Ventura (2018, p. 27) este decreto que levou à criação do REUNI, opôs-se à autonomia das universidades de várias maneiras, como por exemplo:

[...]sua aprovação de forma antidemocrática, com dura repressão contra estudantes e trabalhadores da área que manifestavam contra a implementação dessa expansão das universidades, a proibição de projetos próprios de expansão e a parca participação dos atores sociais em sua elaboração que defendiam a muito uma educação pública e gratuita (VENTURA, 2018, p.27).

O REUNI propunha:

I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de Educação Superior; III- revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV- articulação da graduação com a pós-graduação e da Educação Superior com a Educação Básica (CISLAGHI; SILVA, 2012, p.497).

A LDB/1996 criou “[...]um novo tipo de curso: os chamados cursos sequenciais por campo de saber, mais simplificados que os cursos de graduação.” (NEVES; FERNANDES, 2002 p. 23). Sobre o ensino a distância, “[...]até meados da década de

1990 os cursos à distância eram profissionalizantes ou de complementação de estudos (por correspondência e telecursos).” (LIMA, 2012, p. 145). Tudo isso é uma forma de beneficiar a iniciativa privada e minimizar os currículos. Diante disto, podemos perceber que a reforma reversa do ensino superior afeta diretamente o processo de formação profissional.

Sobre a implementação do REUNI em âmbito nacional, de acordo com o censo realizado pelo MEC, houve de fato a expansão do ensino superior proposta pelo programa. Em 2011 já haviam sido criadas “14 novas universidades e mais de 100 novos campi. Logo ampliou-se o número de vagas e de novos cursos de graduação. O Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) somado ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) também possibilitaram o acesso às universidades, uma vez que a prova pode ser realizada em grande parte dos municípios de todo país e o SISU permite concorrer pelas vagas de todas as universidades públicas, disponíveis na plataforma, evitando grandes deslocamentos como ocorria para a realização do vestibular. Em contrapartida, de acordo com o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2017, 87,9% das Instituições de educação superior pertencem à esfera privada. O relatório do censo de 2016 afirma que “no Brasil, em cursos presenciais, há 2,5 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública”. Em relação às matrículas, em 2016 a modalidade presencial teve queda de 0,08% enquanto o ensino a distância (EAD) teve expansão de 7,2% (RIBEIRO, 2018, p. 28).

Ribeiro (2018) traz em seus estudos que a Universidade Federal de Ouro Preto registrava o número de “11.987 alunos em graduação, sendo destes 854 na modalidade a distância”. Atualmente a UFOP tem 12.739 alunos⁶, sendo 934 da modalidade a distância. Podemos perceber que houve um aumento de estudantes matriculados tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância, o que reflete claramente essa expansão.

Com o advento da internet essa metodologia de ensino muda, e o país passa a presenciar novas configurações de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), em seu art. 80, determina o apoio do Poder Público para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino, além da legislação citada observamos, também, os Decretos n. 2.494/1998 e n. 2.561/1998, que objetivaram regulamentar este artigo da LDB/1996 (FERRAREZ, 2016, p. 86).

⁶ Ufop em Números: <https://ufop.br/ufop-em-numeros>

Com a finalidade de mercantilizar a educação, as instituições (EAD) adotam "estratégias de marketing agressivas direcionadas ao acesso imediato ao mercado de trabalho, mediante o uso da imagem de artistas e/ou modelos como exemplos de pessoas bem-sucedidas" além da "divulgação de promoções nos valores das mensalidades, em clara competição predatória com o intuito de baratear para obter ganho em escala." (CARVALHO, 2013, p.768). Então, independente da qualidade do serviço, o que seduz é o preço ofertado. A modalidade EAD "[...] compõe tal lógica e permite, por meio da massificação do ensino, o atendimento tanto dos interesses do mercado, de lucratividade, quanto dos interesses governamentais de ampliar as estatísticas educacionais sem o devido aporte de recursos." (CFESS; CRESS, 2014, p. 33).

A manifestação mais significativa do fenômeno de mercantilização pode ser observada por meio das aquisições realizadas por fundos *private equity* e pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores (IPOs) a partir de 2007. Os primeiros são fundos de investimento em participações de empresas de capital aberto ou fechado, com envolvimento posterior da entidade gestora/investidora nos foros de gestão da entidade investida. Entre 2006 e o primeiro trimestre de 2010 foram realizadas cinco grandes operações. O banco Pátria realizou a aquisição por meio de um fundo de investimento em participações de 68% da Anhanguera Educacional; a GP Investimentos adquiriu 20% da Estácio Participações (2008); o *Cartesian Capital Group* comprou a Faculdade Maurício de Nassau (2008); o *Advent* adquiriu 50% da Kroton Educacional (2009); Capital Intl efetuou a compra, no início de 2010, do IBMEC Educacional (NOVACULTURA, 2021).

É neste contexto que o ensino à distância (EAD) se configura como uma via lucrativa para a expansão capitalista e a formação destes intelectuais necessários à ordem do capital, com um esvaziamento do pensamento crítico no processo de formação, "[...]assume a função de profissionalizar e atender as demandas do mercado de trabalho formando trabalhadores alienados e não pensadores, o objetivo é construir conhecimento a partir de uma lógica de mercado." (VENTURA, 2018, p. 24).

Ressalto que as críticas que se referem ao EAD não se direcionam aos alunos da mesma e sim a oferta da educação de forma ainda mais precarizada, pois sabemos que o modelo de educação a distância priva o aluno de projetos de pesquisa, extensão, palestras e todo o debate que envolve os alunos no ambiente acadêmico (VENTURA, 2018, p. 26-27).

Pode-se dizer que as EAD's se amplificaram de acordo com o avanço da tecnologia, integrando o ensino às exigências do mercado, que passa a "funcionar como um mecanismo de capacitação da força de trabalho para o capital." (VENTURA, 2018, p. 27).

[...] o capital tem gerenciado os investimentos na área educacional e as grandes mudanças no interior da mesma, não são de ordens pedagógicas, produção de novos conhecimentos, investimentos em formação docente, pesquisa e extensão; mas, contrariando os princípios que norteiam a concepção de educação emancipatória, crítica e reflexiva, tais instituições empreendem uma verdadeira luta na "captação" de novos alunos, considerando-os meras mercadorias e passíveis de exploração e subordinação (BENATTI; MUSTAFA, 2016, p. 151).

Nas palavras de Ventura (2018, p. 30), "[...]os processos de globalização beneficiaram em muitos avanços, sejam na área da saúde como nas áreas de produção, mas também foram responsáveis pela agudização da miséria e da desigualdade[...]". O impacto sobre a educação também é um de seus pilares, que faz com que as universidades se adequem a fim de produzir conhecimento apenas para o desenvolvimento da produção de riquezas e continuar mantendo a lógica do mercado.

Embora a educação superior seja considerada como fundamental para o desenvolvimento sustentável dos países, seu financiamento tem sido cada vez mais negligenciado pelos poderes públicos. Em quase todos os países houve uma queda considerável nos investimentos públicos da educação superior, o que beneficiou, além de outros fatores, um grande avanço das iniciativas privadas (SOBRINHO, 2005, p. 168).

Conforme suas observações, Ventura (2018) explica que a mercantilização da educação expressa a dualidade da política de expansão da educação, o primeiro momento dessa dualidade corresponde "uma possibilidade de acesso a rede de ensino a variadas camadas sociais", e o segundo considerará o pouco investimento que as universidades públicas recebem, trazendo consequências para os estudantes, como, por exemplo, o ingresso num ensino precarizado (VENTURA, 2018, p. 28).

Essa expansão corresponde a um número maior na oferta de vagas nas universidades, que foi possível através da política de ações afirmativas⁷, desempenhadas para "corrigir" as desigualdades raciais totalmente presentes na sociedade, e em todo esse processo, ocorre o aumento da necessidade de políticas que auxiliem a permanência até a formação destes estudantes, pois o pouco investimento dado às universidades, fazem com que tenham dificuldade em permanecerem nas instituições. As desigualdades ainda persistem, e é bem notório nos dias atuais, principalmente nas redes públicas de ensino, que correspondem à maior parte dos estudantes que apresentam dificuldades socioeconômicas, e agrava ainda mais "quando somada as variáveis de cor e classe." (VENTURA, 2018, p. 29).

É importante, portanto, que as universidades não se distanciem de sua função, por mais que visualizem a falta de recursos. Esta, porém, não é uma tarefa fácil, e que também depende do Estado, que cada vez mais tem se distanciado de seu papel, que é garantir uma educação de qualidade.

É um fato bastante conhecido que a educação pública e seus agentes (docentes e discentes) vem sofrendo ataques constantes, não apenas nos gigantescos cortes de verba, mas nas disputas no que concerne ao caráter de a quem deve servir à educação, ficando evidente o projeto não apenas do governo Bolsonaro, mas do conjunto da classe dominante, de construir uma educação que apenas forme indivíduos capazes de "se inserir no mercado", ou seja, que sejam mais facilmente submetidos a um processo exploratório. Este desmonte vem sendo patrocinado por organizações como o Banco Mundial e a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que chegam a recomendar que os "custos" com a educação sejam reduzidos, inclusive salários de professores. Ademais são responsáveis pela aplicação do PISA (*Programme for International Student Assessment*), avaliação padronizada para avaliar os indicadores educacionais, e como esperado, reproduzir a lógica de formação para o mercado (NOVACULTURA, 2021).

As estratégias de privatização e desintegração da educação muitas vezes não são totalmente expostas, principalmente através da cooperação entre os setores público e privado para trazer "soluções efetivas", de modo que os serviços públicos sejam sempre vistos como serviços que não podem operar por suas próprias

⁷ As ações afirmativas são vagas reservadas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Cada universidade pode oferecer vagas para suas próprias ações afirmativas, como vagas reservadas para pessoas com deficiência e quilombolas.

estruturas, levando a um cenário de intensa "promoção da educação", um exemplo são os cursos EAD de especialização, graduação, pós-graduação, extensão, entre outros que se apoiam numa formação adequada ao mercado.

Para Silva;Silva (2018, p.2062), "é importante abordar a formação profissional como forma de qualificação que atende tanto à lógica do mercado, como a necessidade de sobrevivência por meio do trabalho para suprir as necessidades vitais", levando em conta os impactos gerados pela lógica capitalista. Citam ainda o desfinanciamento das universidades públicas como um desses impactos, que como resultado, contribuiu para o surgimento das instituições privadas de ensino superior no país, sendo considerado um retrocesso da luta por acesso ao ensino superior público, precarizando o processo de formação.

As mudanças no trabalho impactam um novo processo de exigência aos trabalhadores. Cada vez mais, se exige a comprovação do ensino superior para o ingresso nas "poucas" vagas disponibilizadas pelo mercado de trabalho. Essa exigência aliada a uma abertura de ensinamentos das mais variadas modalidades, em especial o ensino à distância, vem cumprir uma exigência de mercado, mas, o que está para além de uma qualificação dos sujeitos no campo do direito e da emancipação (SILVA;SILVA, 2018, p.2063).

Conforme exemplificam as autoras, trata-se inegavelmente de um modelo flexibilizado de ensino que faz com que as pessoas busquem qualificações de conclusão de curto prazo ou mesmo as instituições que oferecem cursos à distância, impossibilitando o trabalhador estudante de formar pensamento crítico e se articular enquanto sujeito de direitos, procurando essas formas de ingresso apenas para se encaixar no mercado de trabalho.

Desde seu início, o governo Bolsonaro tem se mostrado um importante aliado deste processo de verdadeira destruição da educação, com constantes reduções de verbas, para além do congelamento de gastos públicos através da EC 95/2016, tentativas de aprovação do chamado *homeschooling* (liberação para que pais e responsáveis possam optar por educar crianças e jovens em casa, ao invés de em uma escola) como uma das principais metas, diminuição drástica na construção de creches, ataques às universidades públicas, a diminuição do INEP (O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia ligada ao Ministério da Educação), etc. Cabe destacar também o aumento em 600% da presença de militares ocupando cargos no ministério da educação. Em plena pandemia, o corte de verbas de infraestrutura, essencial para garantir o acesso à internet, foi de

60%, o equivalente a 1,6 bilhão de cortes no investimento (NOVACULTURA, 2021).

No Brasil, o corte de gastos públicos é justificado pela dívida pública do Estado. É importante lembrar aqui que o montante destinado ao pagamento da dívida é retirado do fundo público, fundo composto por tarifas e impostos pagos por toda sociedade, majoritariamente sustentado pela classe trabalhadora. A política de educação também sofre com esses cortes, tendo que reduzir os recursos destinados aos estudantes em consequência do recuo dos recursos provenientes do Estado.

O orçamento das universidades nos últimos anos tem preocupado os gestores. Em anos anteriores, o orçamento, em muitos casos, era contingenciado preventivamente, mas era recomposto. Neste ano, o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) já previa um corte médio de 18% para as Ifes. Além disso, iniciamos o ano com 60% dos recursos contingenciados. Mais recentemente, tivemos este contingenciamento revogado, mas também a manutenção de mais de 14% dos créditos ainda bloqueados. Não é possível planejar as ações de ensino, pesquisa e extensão sem orçamento, e as perdas acumuladas mais expressivamente nos últimos anos vêm gerando impactos na manutenção das universidades (PEREIRA, 2021).

Em discussão, “é preciso a mobilização da sociedade em defesa da manutenção da universidade pública”. Uma vez que “a situação financeira das 69 universidades federais brasileiras em 2021 é muito preocupante” (PEREIRA, 2021).

O orçamento total destinado às instituições é o menor desde 2015. Para o orçamento de 2020, foi destinado R\$ 1 bilhão a menos. Na UFOP, em relação ao último ano, houve redução de R\$ 8,9 milhões no orçamento discricionário, usado para custear despesas diárias, como contas de água, luz, segurança, bolsas de pesquisa e assistência estudantil. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que garante a democratização do acesso ao ensino superior para alunos em situação de vulnerabilidade econômica, sofreu um corte de 21% (PEREIRA, 2021).

Em 2021, a UFOP sofreu com a suspensão do pagamento do ‘auxílio-alimentação emergencial’, “programa criado pela Universidade para garantir que os alunos não sofram o impacto de não ter acesso ao Restaurante Universitário durante o período remoto”. Lembrando que o programa (antes chamado de Bolsa Alimentação) já existia antes da pandemia e a UFOP conseguiu mantê-lo durante o ano de 2019 (PEREIRA, 2021).

Inicialmente, é importante destacar que o orçamento das universidades é composto pelos recursos oriundos do Tesouro (Governo Federal) e pelos recursos de receita própria, provenientes das arrecadações com aluguéis, taxas de concurso público, entre outros. No caso da UFOP, os recursos do Tesouro representam mais de 90% da Lei Orçamentária Anual (LOA). A UFOP sofreu um corte de 16% (em relação aos recursos do Tesouro) de 2020 para 2021, o que representa um montante de R\$ 8,9 milhões. Além do corte, o orçamento do ano ainda possui um bloqueio de R\$ 6,7 milhões/14,7% (PEREIRA, 2021).

No momento atual, a educação é a área mais atingida pela Lei Orçamentária 2021, conforme o decreto nº 10.686, assinado e publicado em 23 de abril de 2021. O ministério da Educação teve 2,7 bilhões bloqueados e 2,2 bilhões vetados, o que reflete uma situação crítica. A UFOP também se encontra em um período bastante crítico. Conforme explica Pereira (2021), o valor dos recursos disponibilizados atualmente é um dos menores em anos.

O orçamento atual de custeio e de capital é o menor que tivemos nos últimos anos. O orçamento da UFOP vem decrescendo desde 2015, ano em que tivemos um orçamento de R\$ 79,8 milhões. Se considerarmos os repasses do Tesouro, o nosso orçamento de 2021 é de R\$ 45,9 milhões. Em termos de investimento (recursos destinados a obras e equipamentos), a UFOP, que já teve um orçamento de R\$ 31 milhões em 2011, conta hoje com apenas R\$ 1,4 milhão (PEREIRA, 2021).

Esses cortes impactam diretamente no custeio dos programas de bolsas da Instituição e quanto à assistência estudantil, além das bolsas acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), “o corte de 16% e o bloqueio de mais de 14%” trazem preocupação, visto que são pagas com esse recurso (PEREIRA, 2021).

Muitos dos nossos alunos dependem dos programas de assistência estudantil para a permanência. O programa de assistência estudantil da UFOP é destaque no âmbito das universidades federais brasileiras. O PNAES, por exemplo, sofreu um corte de R\$ 2,3 milhões. Isso representa mais de 21%. Caso não haja o desbloqueio associado à recomposição, o programa será impactado e alunos em vulnerabilidade socioeconômica poderão ser prejudicados. Um dos objetivos do PNAES é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (PEREIRA, 2021).

Esse fator é preocupante, pois esses cortes ameaça a permanência de estudantes em vulnerabilidade social. Com as previsões de cortes, várias instituições estão reduzindo as bolsas ofertadas, o que pode agravar o aumento de repetência e evasão.

Sobre os números relativos à redução no orçamento, Pereira (2021) reitera que:

A nossa luta é pela recomposição orçamentária para, no mínimo, os patamares do orçamento de 2020. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tem mostrado preocupação e realizado debates junto ao Congresso Nacional, visando o desbloqueio de R\$ 2,7 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (13,8%) e a recomposição orçamentária. É preciso mobilização da sociedade em defesa da manutenção da universidade pública (PEREIRA, 2021).

Toda essa trajetória da mercantilização e precarização da educação nos faz compreender que é uma estratégia bem amparada nesses moldes, principalmente nos dias atuais, onde ensino superior está sendo fortemente afetado pela pandemia, sendo forçado a lidar com uma série de paradigmas decorrentes do contexto de pandemia.

Como o enfrentamento da pandemia se dá sob a ótica do capital, alguns setores têm se beneficiado da pandemia, como as grandes indústrias farmacêuticas e de biotecnologia. Desta forma, se colocam também as grandes corporações do setor da educação, aproveitando-se da pandemia para lucrar com a venda de plataformas de ensino virtuais e trabalhando para implementação do ensino a distância em todos os níveis da Educação, num projeto que visa a maximização dos lucros em função da precarização do trabalho docente. Novamente, o recorte de classe fica claro e o abismo social se aprofunda em plena crise humanitária. A pandemia da COVID-19 desnuda ainda mais o capitalismo e aponta para a urgência na mudança dos rumos na sociedade em direção ao socialismo, o que só poderá ocorrer sob as rédeas da classe trabalhadora (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p.40).

Um dos primeiros desafios enfrentados é como continuar o trabalho e estudos durante a pandemia. A decisão foi adequação do modelo de ensino remoto. Lembrando que, Ensino Remoto e Ensino a Distância (EAD) são modalidades diferentes; a primeira é uma medida paliativa, que converte as atividades presenciais para a modalidade online e tem suas próprias estratégias e métodos; a segunda é uma modalidade que já existia antes da pandemia, e uma série de contradições

já existiam, como por exemplo, a rápida expansão liderada por grandes consórcios educacionais, com a intenção de vender cursos de graduação e pós-graduação com o preço barateado, entre outras contradições existentes.

Dentre as primeiras dificuldades enfrentadas pela implementação do Ensino Remoto está a infraestrutura, em outras palavras, o acesso à internet propriamente dito, já que 28% das residências brasileiras não têm acesso à internet, marca que atinge os 50% se considerando a população rural e a classe D. A TIC Domicílios 2019, pesquisa feita pelo Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, apontam também que 42% das casas brasileiras têm computador e 85% dos membros das chamadas classes D e E utilizam internet apenas pelo celular. Outra pesquisa relevante é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que apontou que no ano de 2020, 5,5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem acesso à educação, além de expor um aumento da taxa de evasão: 3,18% (1,38 milhão) dos estudantes entre 6 e 17 anos abandonou os estudos e 4,12 milhões não recebeu atividades escolares durante o período de ensino remoto (NOVACULTURA, 2021).

Em relação a precarização da educação atualmente, inúmeros problemas podem ser relatados, considerando o real despreparo na migração para o ensino remoto, visto que em muitos casos, não são abordadas com profundidade técnicas de ensino através de recursos digitais. Outro problema é a utilização das plataformas de ensino, levando em conta que nem todos tem computadores e ou internet em casa. Embora o governo tenha implementado algumas formas de adaptação ao ensino remoto, as dificuldades ainda se apresentam. A carga horária também aumentou fortemente, já que “em casa”, não há horário pré-definido, exigindo que tanto professores quando alunos acabem trabalhando e estudando em tempo integral, já que os materiais precisam ser preparados com mais cuidado.

A partir desses pressupostos, percebemos que o prejuízo ao desenvolvimento intelectual e social de estudantes são imensuráveis, não só pela educação a distância ou remota, mas também com o congelamento e cortes orçamentários, reformas no ensino, aumento da flexibilidade das leis trabalhistas, expansão da terceirização e a reforma da previdência, sendo afetados diretamente com essas contradições e ficando cada vez mais expostos ao adoecimento. Tudo isso faz parte do mesmo e único processo: descarregar os efeitos da crise capitalista sobre os trabalhadores.

2.2 O adoecimento mental dentro das universidades

Como já havíamos destacado anteriormente, as mudanças no modo de produção que são impostas sobre as condições de trabalho têm grande potencial no desenvolvimento de doenças, como por exemplo, o adoecimento mental, que afeta os trabalhadores de forma dilacerante. Esse quadro também acentua o adoecimento dos estudantes das universidades públicas que são diretamente afetados por essa problemática.

Não é incomum nos depararmos com um alto índice de adoecimento entre os estudantes, e se tratando de adoecimento psíquico, os dados assustam, pois indicam um alto índice de suicídio dentro das universidades. De acordo com a pesquisa divulgada em 2019 pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior no Brasil), pelo menos 83% dos alunos de universidades federais brasileiras já sofreram com problemas emocionais, correspondente a um aumento de 3% em relação ao mesmo estudo realizado em 2016. Uma pesquisa realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) traçou o perfil socioeconômico dos estudantes das IF's em 2003 onde afirmava que:

[...]Entre os diversos resultados encontrados, destacam-se os relacionados ao sofrimento psíquico: 36,9% dos estudantes relataram sofrer alguma dificuldade emocional, sendo que a prevalência é maior entre os primeiros (39,5%) e os últimos anos (36,9%). Já no relatório de 2010 (FONAPRACE, 2011), o percentual de estudantes que se queixou de sofrimento psíquico foi de 47,7%, um aumento relevante. Entre estes, 29% procuraram atendimento psicológico, 9% procuraram atendimento psiquiátrico, 11% usaram ou estão usando medicação psiquiátrica e 10% procuraram atendimento psicopedagógico (PADOVANI; NEUFELD; MALTONI; BARBOSA; SOUZA; CAVALCANTI; LAMEU, 2014).

Os dados acima refletem um índice de adoecimento representados em dois momentos, nos primeiros e nos últimos anos em que estão inseridos na universidade. O primeiro fator corresponde à dificuldade de se adaptar a um novo ambiente, à novas pessoas e culturas. E na fase final do curso, onde as propostas inerentes aos projetos e TCC's trazem frustrações e também as expectativas que envolvem a inserção no mercado de trabalho, que trazem muita insegurança.

Outros dois pontos que se fazem de suma importância é a necessidade de se levar em consideração que muitos estudantes migram de sua cidade de origem para se residir nas cidades em que se situam o campus das Universidades, ocorrendo um possível choque cultural resultante da mudança de costumes e valores. Assim como reconhecer que a grande maioria dos estudantes passam pela transição da fase da adolescência para a adulta dentro do ambiente acadêmico, tendo que lidar com os processos que acompanham a maturidade sexual, afetiva e comportamental (VENTURA, 2018, p.32).

Pode-se dizer que essa estranheza é um processo natural, embora traga algumas frustrações e insegurança para o estudante. Neste contexto, para Ventura (2018), no momento em que estes estudantes rompem os vínculos afetivos, como por exemplo, "os estabelecidos no decorrer da educação primária e ensino médio, a necessidade de restabelecê-los em um novo ambiente e a distância que muitos mantêm dos componentes familiares" são agravantes e todos esses fatores revestem-se de particular importância. (VENTURA, 2018, p. 33).

As dificuldades de adaptação e de aprendizagem resultantes do impacto da mudança da estrutura institucional sofrido pelo aluno recém-ingresso, podem se manifestar através do absenteísmo, drogadização, depressão e suicídio, ansiedade e estresse. Esses são alguns dos inúmeros quadros apresentados cotidianamente pelos alunos em sala de aula, nos corredores e outros espaços universitários, no seu percurso de formação (SARAIVA; QUIXADÁ, 2010. p. 01).

Dessa forma, todas as questões que fazem parte da vivência acadêmica não se limitam somente a adaptação, envolvem hábitos e mudanças que sejam saudáveis, pois envolve a saúde de forma geral. É possível identificar no dia a dia muitos fatores que contribuem para o aumento de doenças, como, problemas financeiros, demandas de tempo, pressões, mudanças nos hábitos alimentares e do sono, entre outros. Silva;Silva (2018, p. 2063), consideram que "o adoecimento e sofrimento dos estudantes devem ser apreendidos com um fenômeno da sociedade moderna", onde a precarização traz consigo o adoecimento, principalmente para a classe pauperizada e de pouca escolaridade que acabam sendo mais facilmente excluídas do mercado de trabalho. Isto explica o esgotamento e adoecimento dos estudantes.

O trabalho é ainda referência para a construção da identidade social, sendo os frutos dele incumbido de proporcionar cultura, lazer, saúde, segurança,

educação, etc. Contudo, em era de precarização é espaço de violências e adoecimentos estabelecendo condições de vulnerabilidade para os sujeitos sociais e dificultando os acessos, ressaltando a classe trabalhadora, pobre e de pouca escolaridade que são mais propícias aos processos de esgotamento, pois almejam sair desta condição, e o estreitamento do mercado de trabalho alimenta esse processo (FRANCO;DRUCK;SLEGMANN-SILVA, 2010, p. 237).

Neste sentido, o trabalho acaba sendo um opressor da classe trabalhadora, gerando sofrimento e vários problemas relacionados à saúde mental. No contexto atual, vem acompanhado da precarização, flexibilização, relação competitiva, acelerada e individualista, trazendo graves consequências para a saúde, já que contribuem para o adoecimento mental, como, por exemplo, a depressão, o abuso de álcool, ansiedade, esgotamento físico e mental, síndrome do pânico, entre outros transtornos mentais.

Saraiva;Quixadá (2010, p. 01) apontam que a Universidade tem um caráter desafiador por ser um espaço que envolve a produção de conhecimento que envolvem aspectos “cognitivos, sociais, físicos e emocionais” que perpassam a trajetória acadêmica. E além dos cortes na educação, os estudantes enfrentam um cenário neoliberal que é marcado pela competitividade, individualismo e meritocracia, e ainda ter que lidar com as mudanças que vão encontrar no universo acadêmico, e muitas vezes não estão preparados para lidar e enfrentar os impactos dessa mudança, “podendo implicar no seu adoecimento e/ou evasão, principalmente se a Universidade não possuir estruturas, tanto físicas quanto profissionais, para promover a saúde e garantir a permanência de seus alunos.” (RIBEIRO, 2018, p.30).

Segundo Silva;Silva (2018), é importante compreender as particularidades de cada indivíduo, levando em conta o conflito de classe em que estão inseridos. Explicam que o adoecimento e sofrimento nos estudantes de graduação trata-se certamente da influência do mercado de trabalho, que a seu modo tem como umas de suas expressões o adoecimento do estudante de graduação.

Isto posto, compreende-se que a escolha por uma profissão está tanto vinculada a necessidade de buscar melhores condições de vida como também a atender as exigências de mercado, idealizando na formação o rompimento da trajetória de pobreza que foram submetidos antes mesmo de

ingressarem na vida acadêmica. Neste sentido, a soma entre formação e trabalho é causadora de pressões sob os sujeitos o que tem ocasionado alguns processos de adoecimento (SILVA;SILVA, 2018, p. 2068).

Através de seus estudos, Silva;Silva (2018), chegaram à compreensão de que o adoecimento e sofrimento dos estudantes é uma realidade que representa um número considerável de evasão e trancamento de disciplinas devido às situações de vulnerabilidade, de crise econômica e social, do distanciamento da família, do processo de adequação na universidade, da pressão tanto do mercado de trabalho quanto da formação profissional, e são fatores que colaboram para o adoecimento e sofrimento do estudante. Dessa forma, consideram necessário que a Universidade dê suporte social aos estudantes até o final da graduação na prevenção do adoecimento para que consigam ter uma boa trajetória até a formação.

3 UMA ANÁLISE SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DA UFOP

Neste capítulo, nos propomos a focalizar o debate na perspectiva da realidade apresentada na Universidade Federal de Ouro Preto em relação ao adoecimento mental. Primeiro faremos a apresentação da Universidade, apresentaremos os programas, projetos e ações voltadas à prevenção do adoecimento mental que são desenvolvidos, depois traremos as percepções do adoecimento mental dos estudantes sob a ótica dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Assistência Estudantil da UFOP.

3.1 Programas, projetos de extensão e ações da assistência estudantil no cuidado com a saúde mental dos estudantes da UFOP

A universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio do Decreto de Lei nº 778, foi criada em 21 de abril de 1969, em Ouro Preto - Minas Gerais. Sua fundação ocorreu pela junção da Escola de Farmácia (1839) e a Escola de Minas (1976). Ao longo de 52 anos, os cursos ofertados foram ampliados, e no ano de 2021 gira em

torno de 14.000 estudantes. Essa expansão se deu em grande parte pela implementação do REUNI, atualmente são ofertados 51 cursos presenciais e 4 a distância, todos de graduação, já na pós-graduação são ofertados 16 cursos de doutorado, 15 especializações a distância e 36 cursos de mestrado. Seu quadro de funcionários é composto por 996 professores (efetivos e substitutos) e 725 técnicos administrativos (UFOP, 2021).

No governo do Luiz Inácio Lula da Silva, uma das primeiras medidas de ampliação ao acesso à educação superior no Brasil se deu através da criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 2001, financiando a realização de cursos superiores em faculdades privadas e também do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que concede bolsas parciais ou integrais para estudantes, também em instituições privadas. Em 2007 no governo Lula, através do Decreto n. 6.096, de 24 de abril, é instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (RIBEIRO, 2018, p.27).

Dessa forma, houve um crescimento acelerado, sendo muito maior na iniciativa privada; o que tornou o ensino superior, apesar da expansão de vagas, excludente;

[...]consubstancia-se a organicidade das políticas para esse nível de ensino ao ratificar os princípios de diversificação das fontes de financiamento e diferenciação do sistema, balizados por um processo de avaliação e de crescentes privatizações da Educação Superior no país (BORGES; AQUINO, 2012, p. 127).

A partir do REUNI, a UFOP fundou em 2008, o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e em 2009 surgiu a 1ª turma de Serviço Social. Como já mencionado anteriormente, é inegável que o REUNI seja controverso, pela sua aprovação de forma antidemocrática e característica de incorporar o ensino aos moldes do capitalismo e contribuir para iniciativas privadas, e embora seja contestável, possibilitou a criação da Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e o Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis, com a finalidade de possibilitar a permanência dos estudantes, visando seu melhor desenvolvimento acadêmico até a sua formação. A assistência estudantil da UFOP foi regulamentada pelo Decreto Lei nº7.234/19 jul. 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, e também pelo regimento interno: Portaria PRACE 035/2016, Resolução CUNI/1380-

2012 alterado pela Resolução CUNI/2139-2018, que “tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Foi um passo extremamente importante para a UFOP enquanto garantia de direitos (UFOP, 2018).

A Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto (Portaria Reitoria Nº 206) institucionaliza a garantia do bem estar social e psicológico dos estudantes, docentes e técnicos, através da criação e aplicação de ações de assistência estudantil, dando atenção à saúde, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento. Na sua estrutura atual, a PRACE atua em três coordenadorias, são elas: Coordenadoria de Assistência Estudantil; Coordenadoria de Restaurantes; Coordenadoria de Saúde. Na Coordenadoria de Assistência Estudantil, existe a PRACE no campus em Ouro Preto, o Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis - NACE Campus Mariana, todos usando como metodologia de trabalho a Avaliação Socioeconômica dos estudantes para acesso às bolsas (UFOP, 2021).

O NACE possui as mesmas responsabilidades da PRACE, porém é destinado ao público estudantil dos campos das cidades de Mariana e João Monlevade/MG.

A Avaliação Socioeconômica é o instrumento utilizado pelas Assistentes Sociais para identificar o perfil socioeconômico do estudante, no âmbito de sua família, a fim de caracterizá-lo como público-alvo dos programas de assistência estudantil da Universidade Federal de Ouro Preto. O objetivo da avaliação é a classificação socioeconômica dos estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (que não tenham bolsa de mestrado ou de doutorado), ambos na modalidade presencial, nas categorias A, B, C, D. A classificação da categoria dos estudantes define como eles vão acessar as bolsas, sendo assim:

Categoria A – 100%: estudantes com alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório; Categoria B – 75%: estudantes com dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório; Categoria C – 50%: estudantes com médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório; Categoria D – 25%: estudantes com baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório (UFOP, 2018).

Os valores das bolsas são: Categoria A: 400,00; categoria B: 300,00; categoria C: 200,00 e categoria D: 100,00. As modalidades das bolsas são:

Bolsa Permanência: Possui natureza social e pedagógica e tem por finalidade conceder aos estudantes suporte financeiro para sua permanência no curso de graduação. É um auxílio financeiro concedido ao estudante, em sua conta corrente, para sua permanência na Universidade. **Bolsa Alimentação:** É um benefício concedido através de depósito mensal de créditos correspondentes à bolsa na carteira de identidade estudantil, excluídos os períodos de férias e recessos acadêmicos: Tem por objetivo proporcionar acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários da UFOP. **Auxílio Moradia:** É necessário ter a avaliação socioeconômica em dia para ter acesso a esse benefício. Atualmente conta com as Repúblicas Federais e a Vila Universitária. A ocupação das vagas se dá por meio de reuniões e disponibilidade das mesmas. Atualmente conta com Apartamentos, Repúblicas Federais e a Vila Universitária. **Bolsa Permanência MEC:** “Consiste na concessão de auxílio financeiro mensal para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quilombolas e indígena.” (UFOP, 2018).

A Bolsa alimentação é ofertada para todos os estudantes, independente da categoria.

A Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) também oferece aos estudantes, as moradias (Conjunto 1 e 2) localizados na cidade de Mariana. Todas as moradias são de critério socioeconômico. Também possui a Bolsa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico (BIDA) regulamentado pela portaria 041/2017, que contempla estudantes de graduação, modalidade presencial, nas categorias A, B, C e D. A bolsa é concedida por critério socioeconômico.

Conta também com o Programa de Incentivo à Diversidade e à Convivência (PIDIC), que é desenvolvido em todos os campi (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade). Regulamentado pela Resolução CUNI 1.967/2018, “destina-se a implementar atividades de Ações Afirmativas no âmbito da UFOP de forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento e ampliação das condições de permanência de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UFOP.” (UFOP, 2021).

É desenvolvido por meio das seguintes atividades acadêmicas: palestra, debate, colóquio, seminário, congresso, conferência, ciclo de estudos, campanha de difusão cultural ou educativa, exposição, fórum, jornada, mesa redonda, mostra, semana de estudos, simpósio, workshop, produção de vídeos e similares (UFOP, 2021).

O Programa de Incentivo a Diversidade e a Convivência tem como objetivos:

A) estimular e apoiar a realização de atividades, que visem promover a igualdade de direitos entre estudantes, na modalidade de graduação presencial o enfrentamento de discriminações como o racismo, sexismo, machismo, homofobia, transfobia, capacitismo. Entre outras, que afetam a sua permanência e seu desenvolvimento em todas as unidades da UFOP. B) contribuir para a promoção da inclusão social através de atividades que visem a igualdade étnico-racial e de gênero, a diversidade sexual, as ações afirmativas e a formação de cidadania. C) combater os efeitos das desigualdades sociais originadas por quaisquer tipos de discriminação. D) incentivar o desenvolvimento de atividades que propiciem uma melhor convivência entre estudantes usuários das Residências Estudantis da Universidade (PRACE, 2021).

O programa possui vários projetos⁸ importantes:

- 5 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência: Mudanças, desafios e reflexões
- ABRACE Em Casa - grupo de acolhimento virtual da UFOP
- Aerodance: Dança para todos em casa (Online)
- Afirmar-se para poder Permanecer e Reexistir na Universidade: vozes insurgentes de mulheres negras brasileiras
- Autocuidado
- Cia da Gente
- Clube de Leitura Diversidade e Convivência
- Conectando Afetos: subjetividade e relações sociais
- Culinária como Acolhimento, Inclusão Social e Convivência
- Discografia Veias Abertas Latino-Americanas: Canções de Resistência!
- Diversidade Transversa Além
- Diversidade, Inclusão e Acolhimento: enfrentando os desafios de receber o(a) calouro(a) cotista na Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto
- Flor de Anahí - Mulheres Lutadoras Sociais
- Forró de Ouro

⁸ Para mais informações, as descrições dos projetos podem ser encontradas pelo site: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/incentivo-diversidade-e-convivencia-pidic>

- Grupo de Acolhimento e Cuidado ao Estudante ICEA - ABRACE/ICEA
- Grupo ManU. Maternidade e Universidade: vivência de apoio e acolhimento para mães universitárias
- Lugar de mulher é na ciência
- Luz e Sombra: o olhar fotográfico como instrumento de análise das vivências durante a pandemia
- Minuto Com Ciência Feminino - um olhar para as cientistas da UFOP
- O que é Capacitismo?
- Pandemia e saúde mental: um debate necessário
- Para sair deste lugar: formação, orientação e acolhimento sobre assédio moral
- Para Todes
- POC: papear, ouvir e conscientizar
- Preparafro Abdias Nascimento: a pós-graduação hoje, aqui e agora
- Roda de Conversa: Memórias de Negros
- Webtv Cachoeira: lócus de criação afirmativa em linguagem audiovisual
- Yoga para todos UFOP

São realizados Workshops Temáticos com os seguintes temas: Gestão e Organização do Tempo, Estratégias de Apresentação em Público, Estratégias de Estudos no Ensino Superior, Pesquisa Científica: como acessar a base do CAPES, Planejamento Financeiro, Emoções na Universidade e Ansiedade (PRACE, 2021).

Possui também o Bem-vindo Calouro, programa que visa a recepção e acolhimento de estudantes ingressantes na UFOP. Em todo início de semestre, é realizado uma apresentação dos programas de Assistência Estudantil oferecidos pela UFOP. Essa apresentação é feita pelos profissionais da PRACE e do NACE pelos profissionais atuantes na orientação estudantil.

A PRACE conta também com o Programa de Acompanhamento Acadêmico (Programa Caminhar):

O Programa Caminhar visa realizar o acompanhamento acadêmico dos estudantes da UFOP, integra a área de orientação estudantil da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e destina-se a oferecer acompanhamento pedagógico, psicológico e social aos estudantes da UFOP que vivenciam dificuldades acadêmicas. O programa contempla estudantes residentes nas Repúblicas Federais de Ouro Preto, com coeficiente semestral inferior a 5.0 (cinco) pontos, mas também é facultado aos demais discentes da UFOP, sendo que a participação no programa de acompanhamento é condição para a ocupação das vagas nas residências estudantis (PRACE, 2021).

A Orientação Estudantil, também tem como objetivo integrar o aluno junto ao espaço da universidade com ações pedagógicas, a fim de facilitar a trajetória e permanência do aluno até o fim de sua graduação. Os programas que auxiliam esse trabalho são: Assistência à saúde: através do centro de saúde, localizado dentro do campus, no bairro Bauxita - Ouro Preto, com o apoio do Grupo de Acolhimento e Cuidado aos Estudantes da UFOP (Abrace em Casa). O objetivo do grupo terapêutico é realizar o acolhimento e o cuidado coletivo dos estudantes da UFOP. A participação acontece por livre demanda dos estudantes ou por indicação de professores, técnicos e alunos. O grupo é coordenado pelos professores Aisllan Assis e Gustavo Meirelles (EMED-UFOP) e conta com a participação dos estudantes de medicina da Universidade (PRACE, 2021).

Atualmente o Abrace em Casa - Grupo de Acolhimento Virtual da UFOP, é uma das formas de mediação da Universidade na prevenção do adoecimento, sendo disponibilizado de forma online para respeitar os protocolos de isolamento social e reduzir os riscos de contágio no momento de pandemia do COVID-19. O atendimento é feito todas as quartas feiras a partir da 17h, durante o período letivo da Universidade. A sessão acontece por vídeo conferência⁹ e não é necessário agendamento, mas a sessão recebe até 12 participantes.

Outro projeto que tem fortalecido as discussões sobre saúde mental é o projeto “Pandemia e saúde mental: um debate necessário”, coordenado pela professora Alessandra Ribeiro (ICSA-UFOP):

⁹ Link da sessão: <https://meet.google.com/ggn-mbph-kiw>

O projeto realiza encontros para viabilizar espaços de reflexão sobre os impactos da pandemia na saúde mental dos discentes. A ação é ligada ao Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC) e pretende também construir estratégias que possam contribuir com a saúde e a permanência dos estudantes na UFOP. São realizados grupos focais com os participantes todas as segundas e terças-feiras (PRACE, 2021).

Os debates sobre saúde mental nas universidades são muito importantes para que os estudantes encontrem um espaço de acolhimento. É necessário compreender que nenhum motivo é causa isolada do adoecimento mental. É, portanto, a mistura de muitas situações que podem tornar o tempo na universidade um momento complicado. Então é importante que a saúde mental na universidade não seja deixada em segundo plano, e que a universidade reconheça as particularidades de seus estudantes e trabalhe para garantir que esse tempo na universidade seja de forma saudável.

3.2 Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação, adoecimento mental e seus determinantes

Tendo como hipótese que as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 70 levaram ao aumento do desemprego, da instabilidade e insegurança no trabalho e da criação de novas formas de exploração do trabalhador, consideramos também como esses desdobramentos têm estruturado a política de educação e impactado sobremaneira no adoecimento mental dos estudantes da UFOP. Para fundamentar nossa pesquisa e chegarmos aos resultados, fizemos um estudo bibliográfico através de pesquisas e bibliografias já existentes sobre o tema, artigos, publicações de autores(as) que estudam a saúde mental e o adoecimento estudantil no contexto do capitalismo, utilizando-se do método materialista histórico e dialético de Karl Marx, tendo também como referência as obras de Yamamoto, Carvalho, Netto, Braz, Antunes, entre outros - para uma melhor percepção e entendimento do tema proposto.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário virtual, disponibilizado em um link através do formulário *web* criado no *Google Forms*, juntamente do Termo de

Consentimento livre e esclarecido (TCLE)¹⁰. Foi encaminhado através do e-mail institucional aos estudantes de graduação dos campus do Morro do Cruzeiro (Ouro Preto/MG), do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas - ICESA (Mariana/MG), Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS (Mariana/MG), o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas - ICEA (João Monlevade/MG) e aos profissionais (Assistentes Sociais e Psicólogos) atuantes na Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis-PRACE (Ouro Preto/MG) e do Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis-NACE (Mariana e João Monlevade/MG).

A pesquisa contou com a participação de 52 estudantes de 24 cursos: Administração (2), Arquitetura e Urbanismo (3), Artes Cênicas (2), Ciência e Tecnologia de Alimentos (2), Ciências Biológicas (3), Direito (2), Engenharia Civil (1), Engenharia de Computação (3), Engenharia de Controle e Automação (1), Engenharia Urbana (1), Farmácia (1), Filosofia (1), História (4), Jornalismo (2), Letras (4), Medicina (2), Museologia (1), Música (3), Nutrição (3), Pedagogia (1), Serviço Social (8), Sistemas de Informação (1) e Turismo (1).

Para coleta dos dados utilizamos questões abertas e fechadas, buscando obter informações mais abrangentes a fim de possibilitar a compreensão e problematização do objeto estudado. Os questionários foram respondidos durante os meses de julho e agosto de 2021. A nossa proposta era direcionar o questionário ao maior número de estudantes possível, considerando que atualmente, são 11.804 estudantes de graduação (modalidade presencial) matriculados na UFOP, distribuídos em 39 cursos.

Atualmente, 13 profissionais - Assistentes Sociais e Psicólogos, atendem nos campos de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Obtivemos 5 respostas desses profissionais (2 Assistentes Sociais e 3 Psicólogos). Os questionários foram as ferramentas metodológicas que nortearam a pesquisa, sendo que sua elaboração visou discutir questões relativas ao adoecimento mental destes estudantes, e também

¹⁰ O **Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)** é o documento que explica, em linguagem clara e objetiva, todos os procedimentos, vantagens e desvantagens ao participar de uma pesquisa. Assim, o participante pode se manifestar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

descrever a percepção dos estudantes e profissionais quanto ao adoecimento mental dentro da universidade. Nos auxiliou também a traçar perfis que indiquem um índice de adoecimento significativo e seus indicativos.

Partindo do estudo da reestruturação produtiva na sociedade capitalista discutida no capítulo 1, Marx nos apresenta que, em toda e qualquer sociedade para que seja garantida sua continuidade, é necessário que, na produção, crie condições e elementos que garanta sua sequência, a sua reprodução. Compreende-se produção como ponto de partida de toda a vida social no modo de produção capitalista. Como dito anteriormente, para Marx, a mercadoria é o produto do trabalho, e não é somente um produto útil, é o centro da sociabilidade capitalista, que atende necessidades não de forma direta, mas mediada pelo mercado, fazendo com que a sociedade se torne desigual e pauperizada, por via da acumulação de mais valor que é extraída do proletariado, originando uma contradição entre capital e trabalho.

Na atualidade, podemos perceber expressões e comportamentos que remetem as mais variadas formas de exclusão, como o preconceito contra negros, mulheres e homossexuais, além da violência que vivenciam. Sabe-se que, a discriminação contra os excluídos da sociedade, a pobreza, as desigualdades sociais e muitas doenças específicas desse contexto, são o resultado do que Marx chama de **exploração dos trabalhadores na sociedade capitalista**.

Podemos observar que as mudanças que ocorreram na sociedade com a ascensão do capitalismo, mudou extremamente a vida das pessoas, separando a sociedade, nos quais os indivíduos são divididos entre 'os que tem e os que não tem'. Essas mudanças vão ampliando seu poder hegemônico e alterando a forma de enxergar o mundo. Portanto, o avanço da tecnologia permite avanços na sociedade, mas da mesma forma que liberta o homem, também o escraviza. O capitalismo também traz consigo mudanças em todas as instâncias, refletindo principalmente na saúde psicológica.

Os dados obtidos através do questionário possibilitaram observar muitos pontos importantes a serem discutidos. Em relação ao perfil dos participantes,

identificamos que 71,2% são do sexo feminino e 26,9% do sexo masculino. A faixa etária dos participantes representa 36,5% de estudantes de 21 a 25 anos. Cabe ressaltar que existem muitos estudos acerca do maior número de mulheres na educação superior. Os dados divulgados pelo OCDE 2019 (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), indicam que as mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade que os homens de se formarem no ensino superior, mas menos chances de conseguir emprego.

A conclusão é de que a empregabilidade de mulheres brasileiras de 25 a 34 anos com ensino superior é de 82% e cai para 63% entre mulheres com ensino técnico e para 45% entre mulheres sem essa capacitação. Entre homens brasileiros, esses índices são todos mais altos: a taxa de empregabilidade dos que têm ensino superior é de 89%; de 76% dos que têm ensino técnico e 76% dos que não tem nenhuma formação superior (IDOETA, 2019).

Acredita-se que os homens sem ensino superior têm taxas de empregos e rendas mais altas do que as mulheres sem ensino superior. Dessa forma, sua motivação para trabalhar em vez de cursarem o ensino superior pode ser relativamente maior (IDOETA, 2019).

As mulheres estão significativamente hiper-representadas nos campos de educação e ciências sociais, jornalismo e informação. Já os homens são hiper-representados em campos como tecnologias da informação e da comunicação, engenharia e construção[...]No Brasil, 25% das graduandas brasileiras escolhe estudar educação, enquanto 19% dos graduandos homens escolhe engenharia, produção e construção. Ou seja, uma possível explicação para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho - seja no Brasil ou em outros países em situação semelhante - é a escolha de cursos superiores, que pode levar a carreiras com empregabilidade e renda diferentes (IDOETA, 2019).

Esses dados podem explicar o maior número de mulheres no ensino superior, embora há mais motivos por trás das diferenças de emprego entre homens e mulheres. Os dados revelam também como o preconceito com as mulheres ainda continua presente na esfera do mercado de trabalho.

Verificamos que 15,4% dos participantes são do curso de Serviço Social e 7,7% do curso de História, sendo os cursos que obtemos mais respostas, como na pesquisa apresentada pelo IBGE, representa em maior grau o campo de ciências sociais. Outro ponto importante a considerar é que não tivemos nenhuma resposta dos cursos (Ciência da

Computação, Ciências Econômicas, Educação Física, Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção (JM), Engenharia de Produção (OP), Engenharia Elétrica, Engenharia Geológica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Estatística, Física, Matemática, Química e Química Industrial) que segundo o IBGE são hiper-representados pelos homens. Podendo existir mais motivos por trás desses dados.

Em relação à identificação de cor/etnia, 38,5% se declararam brancos, já a segunda maior porcentagem corresponde a 32,7% que se declararam pardos e 25% se declararam pretos. Esses dados entram em consonância com a pesquisa realizada pelo FONOPRACE em 2010 discutida no capítulo II, onde ao traçarem o perfil dos estudantes identificaram que a maior parte é composto por mulheres, com faixa etária até 24 anos e em sua maioria autodeclarados brancos.

Embora o número de estudantes brancos seja maioria nessa pesquisa, não podemos generalizar, pois devemos considerar que o número de participantes não corresponde ao total de estudantes de graduação atualmente matriculados na UFOP. Ao longo desses anos a trajetória da educação mudou muito em relação a cor/etnia. Dados do IBGE apontam que o número de estudantes negros nas universidades passou pela primeira vez, o de brancos. Segundo a pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” feita pelo IBGE com base na Pnad Contínua¹¹. Em 2018, o Brasil tinha mais de 1,14 milhão de estudantes autodeclarados pretos e pardos, enquanto os brancos ocupavam cerca de 1,05 milhão de vagas em instituições de ensino superior federais, estaduais e/ou municipais (ALFANO;TATSCH;CAPETTI, 2019).

Isso equivale, respectivamente, a 50,3% e 48,2% dos mais de 2,19 milhões de brasileiros.[...]o avanço dessa parcela da população é resultado, parcialmente, do sistema de cotas, que desde 2012, reserva vagas a candidatos de determinados grupos populacionais. A partir de 2016, segundo regras estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) na Lei Federal de Cotas, ao menos 50% das vagas disponíveis no Sistema de Seleção

¹¹ Pnad Contínua: visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País. Acesse em: <<http://imb.gov.br>>.

Unificada (Sisu), são reservadas para atender critérios de renda ou raça. Se analisados em conjunto com os resultados do antigo questionário da Pnad, os dados mostram uma tendência crescente de ocupação de vagas por essa parcela da população de brasileiros matriculados na rede pública (ALFANO;TATSCH;CAPETTI, 2019).

Como demonstram os dados, temos uma trajetória de melhora somando com as políticas de acesso ao ensino superior, mas ainda não há oportunidades iguais. De acordo com o IBGE, apesar de representarem agora mais da metade dos estudantes do ensino superior público, a população de cor preta ou parda permanece sub-representada já que são 55,8% da população brasileira (ALFANO;TATSCH;CAPETTI, 2019).

Apesar dos avanços, o Brasil é um país extremamente segregado. Temos uma grande população composta por negros e pardos. A Constituição de 1988 propôs um Estado democrático pluralista, multicultural, sem discriminação racial e de gênero. Entretanto, não é isso que se observa, e em virtude dessa realidade que o Estado propôs políticas sociais afirmativas que pudessem atender a essa população. Por ações afirmativas pode-se afirmar que estas são voltadas para o apoio e promoção de determinados grupos socialmente fragilizados (GOMES, 2001).

A alternativa tem sido as políticas sociais compensatórias, sem dúvidas necessárias nessa circunstância, por meio das quais se procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico. Elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia. São apenas débito a fundo perdido, preço a pagar pela sustentação de uma economia cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população. Não há aí esperanças, ao menos a curto prazo, ao menos no prazo da urgência que se impõe. Há apenas a migalha que mitiga, não as privações das vítimas e sim os riscos próprios da continuidade de um sistema econômico organizado a partir das contradições agudas (MARTINS, 2009, p. 14).

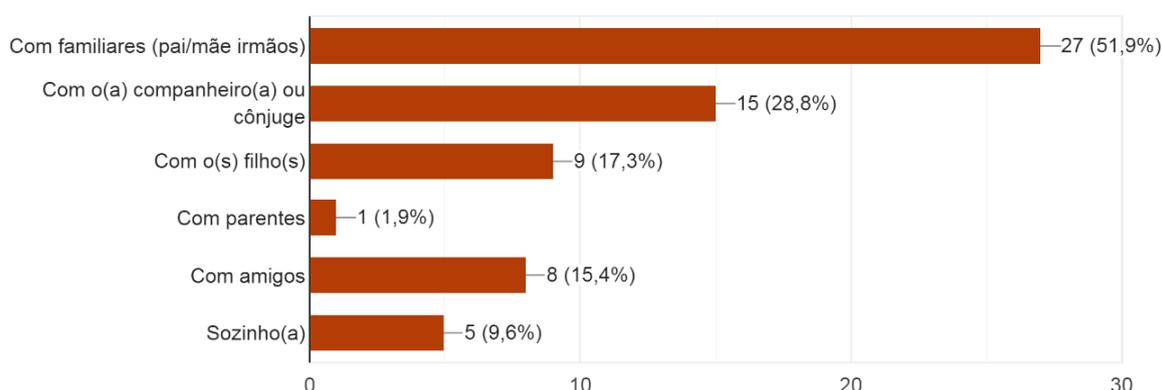
Segundo Martins (2009), essas políticas tem uma característica de transitoriedade e temporalidade, visto que elas podem ser extintas no momento em que se observe avanços na sociedade em relação a essas questões. Mas que para

que o Brasil supere a visão distorcida e preconceituosa, depende do amadurecimento de toda a população.

Podemos dizer que as ações afirmativas são um conjunto de políticas que compreendem, na prática, que as pessoas não são tratadas igualmente e, conseqüentemente, não possuem as mesmas oportunidades, o que impede o acesso destas a locais de produção de conhecimento e em outras esferas.

Em relação a cidade que os participantes da pesquisa residem atualmente, percebemos uma diversidade de cidades em vários estados, mas 38,5% desses estudantes estão residindo em Ouro Preto-MG e 17,3% residindo em Mariana/MG. É importante destacar que esses dados refletem o contexto de pandemia, onde grande parte dos estudantes estão atualmente nas cidades que residiam quando as aulas eram na modalidade presencial. Estima-se que antes da pandemia, o número de estudantes residindo nessas duas cidades era bem maior que atualmente. O gráfico 1 indica que 51,9% dos estudantes estão residindo com familiares, o que era menos frequente fora da pandemia.

GRÁFICO 1: Número de estudantes residindo com familiares (pai/mãe, irmãos).



Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao tipo de moradia, 42,3% dos estudantes residem em moradia própria e quitada e 34,6% em moradia alugada. Esses dados revelam a que:

[...]a crise prolongada reduziu a parcela de famílias com casa própria. Mais famílias passaram a viver em imóveis alugados ou de favor. Esse grupo passou de “17,7 milhões de lares em 2016 para 19,3 milhões em 2019, alta de 9% ou mais 800 mil famílias vivendo em imóveis cedidos e outras 800 mil de aluguel (IBGE apud 2019, O GLOBO).

Cabe destacar que essa tendência habitacional já era evidente antes da pandemia, o que ocorre é que pode ser agravada diante da recessão na qual estamos. A habitação possui um duplo caráter por ser “simultaneamente um bem de consumo e um bem de investimento. Além de ser uma necessidade básica, a habitação corresponde ao principal ativo no portfólio das famílias em todo o mundo.” (MORAIS;CRUZ, 2011, p.101).

Os estudos empíricos mostram que a escolha das condições de ocupação da moradia depende do estágio das famílias ao longo do ciclo de vida, da renda, da riqueza, da disponibilidade de crédito, da política tributária do governo e das expectativas inflacionárias, entre outros aspectos. Um mercado de trabalho mais flexível, informal e disperso tenderá a aumentar a demanda por moradia de aluguel vis-à-vis a casa própria. Alguns pesquisadores mostraram que a baixa capacidade de pagamento e endividamento dos pobres diminui suas escolhas no mercado habitacional e restringe seu acesso aos mercados de aluguel e de propriedade formais, levando ao aumento dos assentamentos informais, como cortiços, invasões, favelas e loteamentos clandestinos (MORAIS;CRUZ, 2011, p. 102).

Dessa forma, é importante voltarmos a mencionar sobre como a reestruturação produtiva impacta na vida dos indivíduos, passando a efetivar as formas de trabalho e impulsionar a exploração que “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Caracteriza-se através “do surgimento dos setores financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (HARVEY, 2002, p. 140).

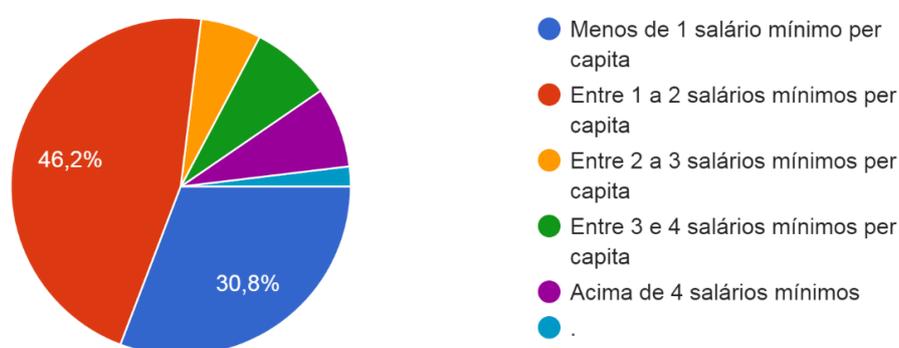
Em relação à ocupação no mercado de trabalho, 29 participantes responderam ter um trabalho fixo remunerado ou exercer alguma atividade remunerada para gerar renda complementar. Essa realidade está totalmente ancorada na jornada dupla que

muitos estudantes enfrentam, ou seja, o reflexo do processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho.

se dá em função do rebaixamento no padrão de vida das famílias e aumento da demanda por qualificação. Ora, aqueles estudantes de maior condição financeira procuram na universidade as bolsas de iniciação científica ou simplesmente fazem seus cursos dedicando-se integralmente aos estudos sem precisarem preocupar-se com sua manutenção na universidade, ao contrário daqueles que oriundos de famílias com poucos recursos, que são obrigados a aceitar qualquer trabalho, para que possam sobreviver durante o período universitário, apegando-se a “oportunidade” como se fossem únicas (CARNEIRO;BEHR, 2014, p. 2).

O gráfico 2, mostra que a renda per capita familiar desses estudantes correspondem a 46,2% (1 a 2 salários mínimos), e 30,8% (menos de 1 salário mínimo). Com relação ao valor da renda, 41,3% dos estudantes consideram a renda suficiente apenas para arcar com as despesas, e 26,1% consideram a renda insuficiente para arcar com as despesas.

Gráfico 2: Renda *per capita* familiar



Fonte: Elaboração própria

Esses dados e todo contexto histórico aponta que a desigualdade de renda no Brasil é considerada como um ‘evento natural’, mas sabemos que não é. Embora o Brasil seja um país extremamente rico em recursos, essa riqueza é mal distribuída.

A pobreza está a olhos vistos e não dá para desconsiderá-la. Constatamos famílias sobrevivendo com renda familiar *per capita* abaixo da linha da pobreza e com mais um agravante, famílias distantes da própria linha da pobreza, as quais são consideradas indigentes. Isso significa que uma boa parte da população brasileira vive com renda inferior à linha da pobreza.

Segundo dados do IBGE (2010), 16 milhões de brasileiros vivem em situação de extrema pobreza (ou com até 70,00 por mês), sendo que 4,2 milhões são brancos e 11,5 milhões são negros ou pardos (MALVEZZI, 2015, p. 105).

Um órgão do Ministério do Planejamento e Gestão Social, o IPEA (Instituto de Planejamento em Economia Aplicada), elaborou um documento de monitoramento das condições de vida no Brasil, denominado Radar Social, que pode ser encontrado no site do ministério. Os dados contidos na publicação revelam o conhecido fato do Brasil ser um país extremamente contraditório e com distribuição de renda desigual. Segundo o IPEA (2010), a relação entre pobreza e renda mostra que pobreza absoluta significa que a renda *per capita* familiar não ultrapassa a metade do salário mínimo mensal, e introduz o conceito de pobreza extrema, sendo rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto do salário mínimo mensal.

Em relação à pesquisa sobre grupos socialmente excluídos, observamos uma situação muito preocupante:

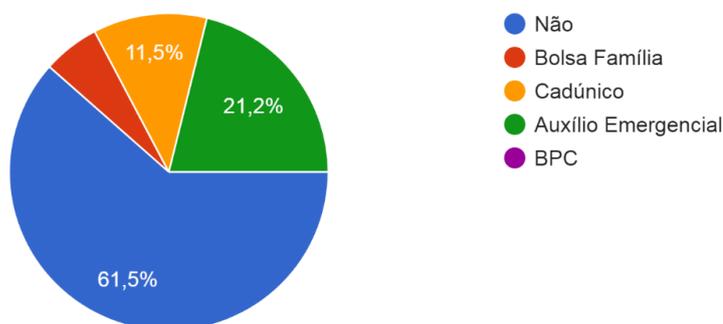
Do patamar de pobres e indigentes que tentam sobreviver, 44,1% é composta pela população negra em relação a 20,5% de brancos, 61% são mulheres que estão em ocupação precária em relação a 54% de homens nas mesmas condições, neste caso as mulheres negras representam 41%. Em relação ao desemprego a mulher negra apresenta uma desvantagem, com 13,6% em relação a 10% das mulheres brancas agudiza brutalmente em relação à mulher jovem e negra alcançando patamares de 25% esta diferença (DORNELLES, 2007, p. 2).

Para Malvezzi (2015, p. 106), parece aceitável “deduzir que a pobreza no Brasil tem uma cara: é mulher, jovem, negra e urbana”. Esses dados demonstram que a luta pela sobrevivência sempre foi a principal ocupação e preocupação da maioria da população. Sendo obrigada a compensar a pressão do declínio do poder de compra, têm poucas opções e cria um mecanismo de aumento de renda. Se por um lado evita que caia abaixo da linha de pobreza, por outro prejudica o potencial de produção, agravando as desigualdades.

É no enfrentamento dessas desigualdades que os programas de inclusão social foram sendo criados. A proteção social das famílias é legitimada pela Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, no estatuto da

Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, entre outros. Assim, a Política de Assistência Social reconhece as fortes pressões do processo de exclusão sociocultural sobre as famílias, “[...] com a tradução da família na condição de sujeito de direitos.” (PNAS, 2005, p.41). Portanto, a Política de Assistência Social atua na mediação frente a exclusão existente. O gráfico 3, mostra que 61,5% dos participantes não estão inseridos em programas de inclusão social. Porém 21,2% estão recebendo o Auxílio Emergencial¹², o Cadastro único¹³ corresponde a 11,5% e 5,8% recebem o Bolsa Família¹⁴.

Gráfico 3: Programas de Inclusão Social.



Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, o governo federal anunciou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.061/2021, sendo um novo programa de transferência de renda em

¹² Auxílio Emergencial: O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

¹³ Cadastro Único: O programa da Secretaria Nacional do Cadastro Único – SECAD, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Entre os benefícios que exigem o cad único estão programa bolsa família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, isenção de taxa em concursos públicos, entre outros (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

¹⁴ Bolsa família: O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

substituição ao bolsa família, intitulado como 'Auxílio Brasil'. Frente a essa medida, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) alerta sobre a falta de diálogo e transparência do governo e manifesta alguns problemas, como destaque:

O Auxílio Brasil se apresenta como um programa de governo e não como política de Estado, reforçando uma possível natureza clientelista e eleitoreira de um programa de transferência de renda; [...]a elaboração e apresentação do Auxílio Brasil não passou por nenhum debate com os sujeitos que constroem cotidianamente a Política de assistência social, que operam e gerem os programas de transferência de renda nos municípios, reforçando a falta de diálogo e o caráter autoritário do governo[...] (CFESS, 2021).

Devido a forma como o Auxílio Brasil foi apresentado, com uma implantação totalmente incerta, gera insegurança aos beneficiários do Bolsa Família, já que não está claro se serão inclusos no novo programa. “Além disso, não parece atender a imensa fila de pessoas que aguardam para receber o Bolsa Família.” (CFESS, 2021).

Destaca-se a importância dos programas de inclusão social no combate a segregação social, pois proporcionam a democratização para quem não tem acesso a esses serviços e/ou espaços. E como temos visto, mesmo havendo os programas de inclusão, muitas pessoas ainda se encontram em situações críticas e em filas de espera desses programas. Como dito anteriormente, além da preocupação frente as expectativas no âmbito da universidade, os estudantes já enfrentam o problema com a baixa renda em seus grupos familiares. Neste sentido, a universidade em primeira instância, passa a ser vista como uma oportunidade de melhoria na condição de vida, na expectativa de buscar um emprego melhor e um salário adequado às necessidades. E é essa realidade que faz com que muitos estudantes recorram aos programas de assistência estudantil não só como um auxílio de permanência até a conclusão dos estudos, mas como meio de subsistência.

O problema com o desemprego e a baixa renda antecede a vivência acadêmica e se mistura a ela trazendo conflitos. Esse contexto está bem exemplificado pelos dados obtidos, em que 61,2% dos participantes disseram que decidiram entrar na universidade à procura de estabilidade financeira; já 69,2% decidiram ingressar em busca de um bom emprego, enquanto 36,5% decidiram entrar por justificarem que o mercado de trabalho exige uma formação superior.

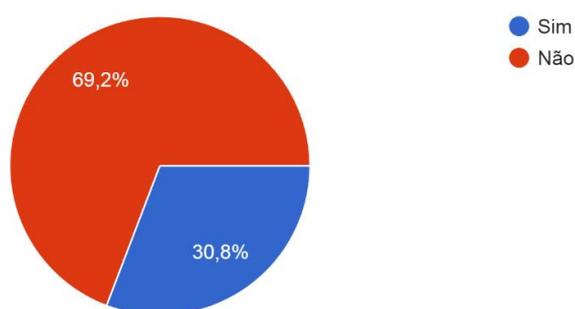
Em relação aos estudantes inseridos nos programas de assistência estudantil da UFOP, identificamos que 50% não utilizam nenhum programa, já 42,3% correspondem aos estudantes que recebem Bolsa Permanência e 26,9% recebem a Bolsa Alimentação, 7,7% recebem auxílio moradia e 1,6% auxílio inclusão digital¹⁵. É preciso ressaltar que a UFOP vem sofrendo com os cortes ao longo dos anos. Em 2016 a universidade teve que se ajustar com 41% do que recebia, diante disso já se previa o que aconteceria, como por exemplo, a redução do quadro de funcionários terceirizados, e alteração no preço das refeições dos restaurantes, o que também atingiu a Assistência Estudantil, que teve que reajustar o pré-requisito para concessão das bolsas – inicialmente a renda *per capita* exigida era de um salário mínimo e meio por família, e atualmente só podem pleitear as bolsas os estudantes que tem a renda *per capita* familiar de um salário mínimo.

O gráfico abaixo indica que 69,2% dos estudantes afirmaram que a assistência estudantil é insuficiente para garantir a permanência na universidade.

Gráfico 4: Assistência Estudantil da UFOP.

Na sua opinião, a assistência estudantil é suficiente para assegurar financeiramente a permanência na Universidade?

52 respostas



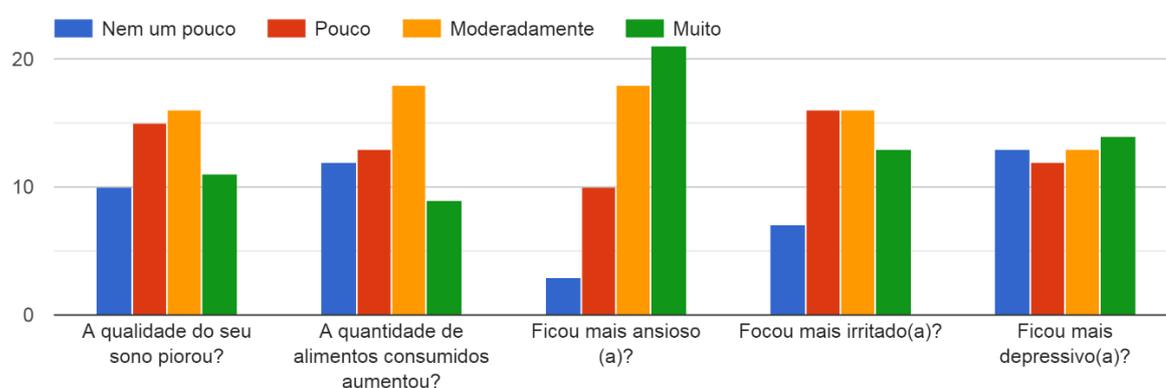
Fonte: Elaboração própria.

¹⁵ Auxílio Inclusão Digital: Foi criado para possibilitar a aquisição de material tecnológico por meio do Programa de Assistência Estudantil.

No primeiro semestre de 2021 a UFOP teve que suspender a Bolsa Alimentação, intitulada ‘auxílio alimentação emergencial’ durante o período de pandemia, isso ocorreu pois o orçamento anual não foi aprovado, inviabilizando os pagamentos para os auxílios e bolsas a longo prazo, “[...]conforme prevê o Art. 11 da Resolução CUNI 2373, o valor do auxílio alimentação emergencial será determinado conforme disponibilidade orçamentária e financeira da UFOP e da Lei Orçamentária Anual.” (PRACE, 2021, s/p). Através desses dados podemos perceber a maçante precarização da educação, que traz fortes impactos sobre as políticas que atendem os estudantes em situação de vulnerabilidade.

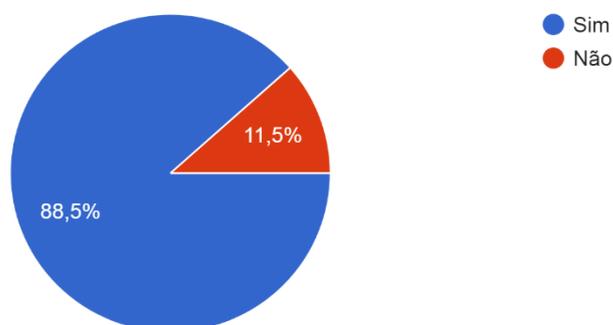
Dentre às mudanças características da fase acadêmica, podemos destacar alguns impactos negativos. O gráfico 5 mostra algumas mudanças na saúde dos estudantes após o ingresso na UFOP, como o aumento da ansiedade, depressão e outros.

Gráfico 5: Mudanças na saúde após o ingresso na UFOP.



Fonte: Elaboração própria

Esses dados permitem compreender que embora a universidade seja um espaço de produção de conhecimento, também pode ser um espaço de adoecimento. Esse fato é totalmente expressivo no gráfico 6, que indica que 88,5% dos estudantes consideram que a Universidade pode contribuir para o adoecimento mental.

Gráfico 6: A Universidade pode contribuir com o adoecimento mental dos estudantes?

Fonte: Elaboração própria.

Das 52 respostas obtidas, 40 estudantes deixaram suas considerações sobre esse fato, como a extrema exigência por parte dos professores com a sobrecarga de tarefas, a falta de infraestrutura da universidade em dar uma melhor assistência à saúde mental, a competição entre os próprios estudantes, e até mesmo relações abusivas dentro das salas de aulas, onde 50% dos participantes da pesquisa responderam que já presenciaram ou foram vítimas. Abaixo destacamos algumas respostas que expressam como o ambiente universitário pode contribuir para o adoecimento dos estudantes:

Sim. Acúmulo de atividades de muitas matérias, os professores poderiam combinar entre si para que isso não fosse prejudicial aos alunos. Não somos máquinas. Muitas vezes deixamos de dormir, de comer, de fazer uma atividade física, para entregar uma atividade dentro do prazo (Estudante 5).

Sim. Porque falta compreensão, por parte dos docentes, de que muitos estudantes trabalham e têm outras demandas além da faculdade (Estudante 6).

Sim. Porque ela cobra uma carga gigante todo semestre, deixando alunos inseguros de sua capacidade, ansiosos, estressados, deprimidos, e não tá nem aí pra saúde mental dos alunos. Todo ano alunos se tornam dependentes de remédio e drogas para suportar o período e o que a Universidade faz é dar palestra pra fingir que se importa, contrata psicólogo sendo que o que está adoecendo os alunos é a própria Universidade. Se ela se importasse de verdade, pararia de cobrar tanto o ano inteiro (Estudante 13).

Sim. Porque a universidade demanda muito esforço e dedicação dos estudantes fazendo com que a vida acadêmica e pessoal se misturem o que acaba levando o aluno a viver para fazer provas, trabalhos e passar nas disciplinas. E além disso, o aluno entra na Universidade muita das

vezes com o objetivo de conseguir um emprego com salário melhor e quando começa a estudar no curso de graduação que escolheu, descobre que só o curso não é o suficiente para conseguir o que queria e descobre ainda, serem necessárias muitas outras qualificações cujo curso não irá lhe proporcionar, então o estudante acaba se pressionando ou sendo pressionado (Estudante 18).

Sim, porque a cobrança; a pressão e as questões acadêmicas são grandes e muitas, e atrelada a tudo isso está a nossa vida pessoal, alinhar tudo com disciplina; bons resultados e equilíbrio é muito difícil, pois todo excesso gera uma carência (Estudante 21).

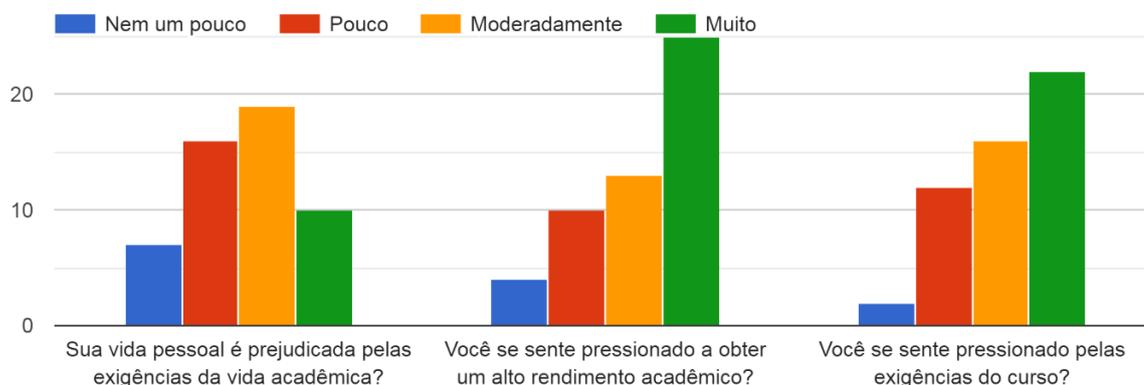
Sim. Falta ferramentas que possibilitem uma dedicação ampla aos estudantes, o que faz com que muitos precisem ter uma jornada dupla. E para os mais preocupados com um bom desempenho há uma pressão em conseguir dar conta de tudo, e uma frustração por perceber que não é possível (Estudante 22).

Sim. Pode ajudar, mas também pode piorar. Pelo ambiente ser nutrido de competições, que nem sempre é da forma saudável. Às vezes, sentimento de inferioridade ou também superioridade, pois estamos em uma condição ambivalente. É preciso muita sabedoria no ambiente escolar, pois se constrói redes ou não as constrói. São desafios da vida como um todo, a academia é o exercício para a vida no mundo. No entanto na UFOP, esses sentimentos ainda não manifestaram tanto (Estudante 41).

Sim. Principalmente pela exigência do cumprimento da carga horária, atividades acadêmicas e demais exigências acerca daquilo que precisamos para alcançar a nossa formação. São muitos os percursos necessários para chegarmos à formação. Se pararmos para pensar, desde o acesso até à formação, nossa, são muitas etapas, algumas, se não todas, muito densas e burocráticas (Estudante 49).

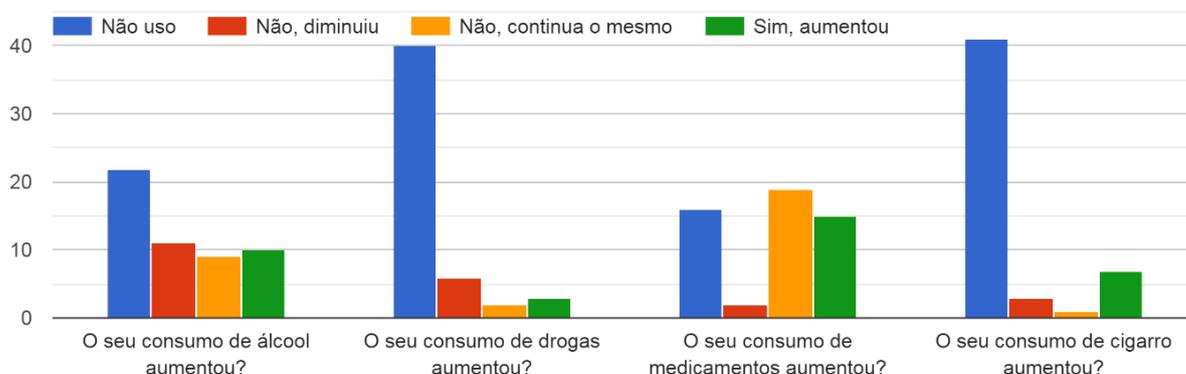
Sim. Devido a constante pressão de ter que ser 100% aluno; sem coeficiente não ganha bolsa. Não consegue participar de projeto, não faz IC, e muitas vezes ter que cursar um período integral diurno com 8/9 disciplinas, isso não te auxilia em nada para conseguir se organizar e te causa uma frustração por não conseguir acompanhar seus colegas (Estudante 50).

Podemos perceber através do gráfico 7, que os estudantes sofrem interferência na vida pessoal devido as atividades acadêmicas, e também se sentem muito pressionados pelas exigências do curso. Sendo esse um dos motivos pelo qual 46,9% disseram que a Universidade não compreende as exigências postas sobre o estudante. Além disso, 44,2% consideram que os professores não levam em consideração as particularidades dos universitários.

Gráfico 7: Interferência na vida pessoal devido as atividades acadêmicas.

Fonte: Elaboração própria

Devido às mudanças ocorridas durante a pandemia, os estudantes estão tendo que se adaptar ao ensino remoto, além de enfrentarem outras dificuldades, 76,9% corresponderam que estão tendo a aprendizagem dificultada devido as aulas online; 71,2% tendo dificuldades quanto a exposição excessiva ao computador; além de desentendimentos com familiares, dificuldade financeira e nos cuidados com irmãos menores, filhos ou familiares idosos e dificuldade em retornar para casa. Todos esses fatores podem contribuir muito para o adoecimento mental dos estudantes. O gráfico 8, indica que a maioria dos estudantes não consomem álcool, drogas e cigarro, considerando a faixa dos que utilizam, podemos perceber que houve uma baixa no consumo de álcool e drogas e durante a pandemia.

Gráfico 8: Consumo de álcool e drogas durante a pandemia.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao uso de medicamentos, os dados são preocupantes, já que a maioria respondeu que utilizam medicamentos. É importante lembrar que não podemos afirmar se o uso desses medicamentos foi feito sob orientação médica ou automedicação. O ministério da saúde criou o “Guia Estratégico de Pessoas com Necessidades Relacionadas ao Consumo de Álcool e Outras Drogas – GUIA AD. Este guia foi produzido de acordo com as diretrizes do SUS e diretrizes internacionais para os profissionais da saúde, para “promoção, prevenção e reabilitação social” dos usuários (GUIA AD, 2015, p. 09).

Uma atuação preventiva em que se elege o uso de drogas como alvo em si, sem considerar o contexto e outros comportamentos associados, tende a fracassar se não forem também ofertadas condições ao desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliem os sujeitos na percepção e na superação dos desafios de sua própria vida e da vida em comunidade.[...]As ações de prevenção consideradas mais eficazes são aquelas que atuam na interação, objetivando minimizar os fatores de risco e maximizar os fatores de proteção que ampliam a coesão social (GUIA AD, 2015, p.49).

O uso abusivo de álcool e outras drogas devem ser compreendidos como um fenômeno “construído e determinado por múltiplos fatores” que devem priorizados (GUIA AD, 2015, p. 50).

As interações entre os fatores de risco e de proteção permitem compreender que a prevenção centrada nos sujeitos e suas mudanças de comportamento pode conseguir alguns avanços, mas que dificilmente se sustentam no tempo quando se encontram com as normas sociais e culturais que o influenciam. É difícil mudar comportamentos de risco sem mudar as normas e as condutas que os influenciam. O estudo dessa cadeia de mediações entre fatores de risco e proteção permite também identificar onde e como devem ser feitas as intervenções, ou seja, os pontos mais sensíveis onde tais intervenções podem provocar maior impacto, incluindo, por exemplo, impactos diferentes sobre gêneros (GUIA AD, 2015, p. 50).

Muitos estudos tem mostrado que na pandemia do COVID-19, o consumo de bebidas alcoólicas aumentaram. E isso preocupa pois;

[...]“além dos temores relacionados ao contágio e da preocupação com familiares e amigos, tem a ansiedade sobre a vacinação, dilemas financeiros e incertezas quanto ao futuro”, enumera o psiquiatra Arthur Guerra, presidente do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), em São Paulo. Muitos enchem o copo para esquecer tudo isso. Alessandra Diehl, psiquiatra e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Outras Drogas (Abead), comenta que o movimento é global. “Houve maior

consumo em países como Portugal, Alemanha, Irlanda e França”, exemplifica. Por aqui, o panorama foi escancarado pela ConVid Pesquisa de Comportamentos, feita pela Fundação Oswaldo Cruz - Fio Cruz, e a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (GRINBERGAS;GROHMAM, 2020).

Segundo a pesquisadora e coordenadora Célia Landmann Szwarcwald da Fiocruz:

Questionários online respondidos por 44 062 pessoas dos quatro cantos do Brasil, entre abril e maio de 2020, revelaram que 18% dos participantes passaram a beber mais com a chegada da pandemia. “Sentimentos como tristeza estão associados a esse resultado” (GRINBERGAS;GROHMAM, 2020).

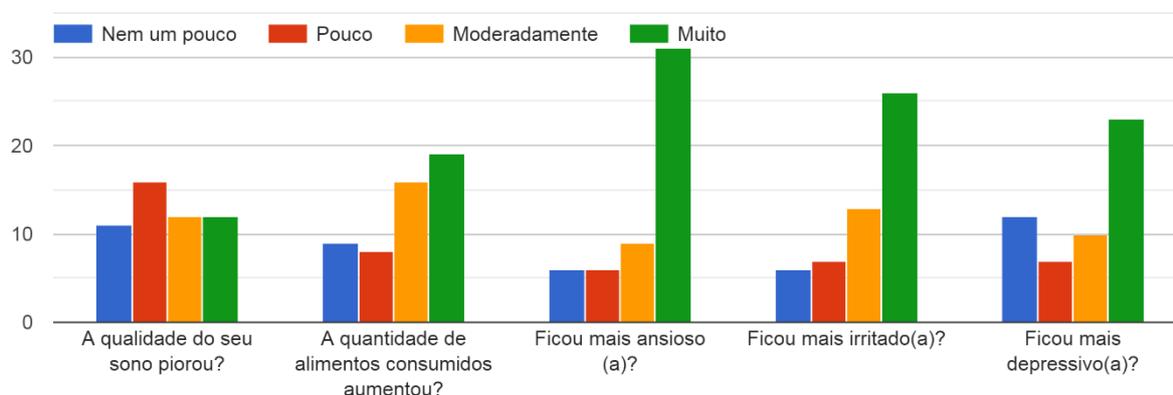
Dados recentes apontam que o Brasil lidera o consumo de medicamentos na América Latina.

O mercado de medicamentos brasileiro movimentou em 2020 US\$ 19,5 bilhões, um incremento em torno de US\$ 2 bilhões em relação ao ano anterior, quando os valores chegaram a US\$ 17,5 bilhões. Com números expressivos, o Brasil lidera o mercado de medicamentos na América Latina. Os brasileiros concentram 42% do setor no continente, cerca de 20% a mais que o segundo colocado na lista, o México que concentra apenas 20,7%. Esperava-se algum impacto negativo nos números devido à pandemia de Covid-19, no entanto apenas alguns tipos de medicamentos sofreram. O crescimento foi impulsionado especialmente pelos suplementos vitamínicos, com alta de 40%, além dos medicamentos para diabetes, cardiometabolismo e sistema nervoso central, com crescimento entre 20% e 30% (ESPAÇO FARMACEUTICO, 2021).

Isso demonstra que houve um crescimento exacerbante no consumo de medicamentos no Brasil. O uso inadequado de medicamentos pode ser muito perigoso, pode causar danos à saúde, produzir efeitos colaterais e, nos casos mais graves, especialmente em idosos, pode levar à morte. Portanto, saber usá-los corretamente é essencial.

Além do aumento de álcool, drogas e medicamentos, a pandemia traz outros agravantes que devem ser mencionados. Os dados do gráfico 9 refletem um contexto de variadas mudanças que acaba provocando muita insegurança e estresse, além da alteração no sono, aumento no consumo de alimentos e aumento da ansiedade, irritabilidade e depressão.

Gráfico 9: Mudanças na saúde após o início da pandemia.



Fonte: Elaboração própria.

Conforme os dados apresentados, percebemos como a pandemia da Covid-19 tem impactado na saúde mental dos estudantes da UFOP, há, portanto, uma necessidade de manejo dessa problemática, pensando também nos impactos pós pandemia, ou seja, elucidar estratégias de prevenção e reabilitação no âmbito da saúde mental, ressignificando todo esse contexto que mais tem atingido negativamente a vida dos discentes.

O desemprego ou a diminuição da renda são fatores ligados ao surgimento de sintomas depressivos e ansiosos, devido à incerteza e o medo de não conseguir arcar com as responsabilidades mensais e necessidade dos familiares. Além disso, foi necessário promover o isolamento social para diminuir a propagação do vírus e o número de casos.[...]para algumas pessoas essa medida significou um grande sofrimento, visto que muitas moram sozinhas, ficando sem nenhuma companhia durante a quarentena, ou se preocupam com entes queridos mais sensíveis que estão longe, como os idosos e pessoas com deficiência ou distúrbios psíquicos. Há, também, o medo de ser contaminado pelo vírus e sofrer as consequências da doença. (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2020).

Os números relativos à mortalidade pelo covid-19 no mundo são assustadores. Os dados atuais mostram que só no Brasil foram 20.583.994 casos e 574.848 óbitos confirmados (CORONAVÍRUS BRASIL, 2021).

A OMS (Organização Mundial da Saúde) já aponta aumento dos índices de suicídio, depressão, preocupação, medo, ansiedade, da violência doméstica, fragilidade das redes de proteção e uso abusivo de álcool e outras drogas. “É a constatação de que há uma dor presente em todas essas situações que

vêm sendo presenciadas, até mesmo a ausência de sociabilidade” (GAMEIRO, 2020).

De acordo com Custódio (2021):

O alerta amarelo surge em pesquisas realizadas por universidades e associações, durante a pandemia, e também nos dados mais atuais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Em 2020, o órgão confirmou recorde de 576,6 mil concessões de auxílio-doença e aposentadorias por invalidez devido a transtornos mentais e comportamentais. Os números são 26% a mais do que os registrados em 2019. Nos dois benefícios, os registros do primeiro ano da pandemia são os maiores da série histórica, iniciada em 2006. No auxílio-doença, os afastamentos por transtornos mentais, como depressão e ansiedade, tiveram aumento de 33,7%, passando de 213,2 mil, em 2019, para 285,2 mil, em 2020. A alta dos pedidos de auxílio-doença por transtornos mentais superou aquela que costumava ser a campeã da lista: lesões causadas por fatores externos, como acidentes. Já o número de aposentadorias por invalidez concedidas em decorrência de problemas mentais subiu de 241,9 mil para 291,3 mil de 2019 para 2020, um aumento de 20,4% (CUSTÓDIO, 2021).

Percebemos aqui o quanto o adoecimento mental tende a aumentar o número de afastamentos do mercado de trabalho.

A Organização Mundial da Saúde projeta que a depressão e a ansiedade serão as primeiras causas de perda de capacidade de trabalho nos próximos 10 anos em todo o mundo. No ano passado, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) já havia identificado a questão da saúde mental nas Américas como uma epidemia silenciosa. Países como Brasil, México e Estados Unidos seriam os mais impactados (CUSTÓDIO, 2021).

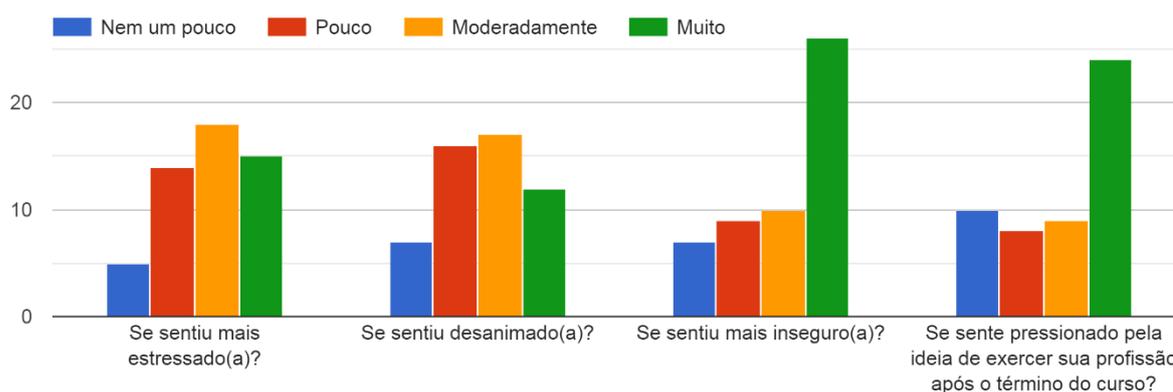
A depressão é uma das maiores preocupações atualmente e nos próximos anos. E é notório que a população pobre é e será a mais atingida, pois têm menos recursos financeiros para tratar dessa e de outras doenças. Por isso, é necessária uma atuação preventiva nas universidades que consiga abarcar todos os estudantes nesse contexto que só tende a adoecer ainda mais.

É importante que os estudantes consigam ter experiências positivas em meio a esse caos, mesmo com as incertezas que o momento traz. Então, buscamos identificar quais experiências positivas os estudantes estão tendo durante a pandemia, e 42,3% dos estudantes responderam que estão conversando mais com os familiares de forma presencial ou online; 36,5% estão tendo mais contato físico com seus

familiares e 30% fazendo refeições em família com mais frequência, além de estarem fazendo coisas que não tinham tempo, como aprender novas habilidades (costurar, cozinhar, pintar, etc), ler um livro ou praticar algum exercício físico. Verifica-se que o isolamento está fazendo com que as famílias se aproximem mais, visto que na correria do dia a dia em tempos “normais”, se torna quase impossível.

O gráfico abaixo indica que os estudantes ficaram mais estressados desanimados e inseguros, além de sentirem pressionados pela ideia de exercerem profissão após o término do curso.

Gráfico 10: Mudanças na saúde e expectativas em relação a UFOP.



Fonte: Elaboração própria.

Em relação a participação nas atividades acadêmicas da UFOP, 34,6% responderam que participam de Projeto de Extensão, 17,3% estão fazendo Estágio Obrigatório, 11,5% em estão incluídos em Pesquisas e 32,7% declararam não participar de nenhuma atividade acadêmica. Com relação a carga horária dedicada aos estudos, 26,9% dos estudantes dedicam 21 a 30 horas e 25% entre 16 e acima de 31 horas semanais.

[...]podemos associar essas atividades à interferência da vida acadêmica na vida pessoal dos discentes" considerando que "grande parte dos participantes desenvolvem atividades de trabalho somadas ao tempo dedicado a universidade (VENTURA, 2018, p. 45-46).

Trata-se certamente, de uma realidade preocupante na UFOP, como já mencionado, os estudantes tem menos tempo pra se dedicarem ao cuidado com a saúde e bem-estar, sendo um dos motivos que mais desencadeiam doenças psicológicas - 50% dos estudantes classificaram sua saúde mental como regular e 23,1% classificaram como ruim; e 48,1% não praticam nenhuma atividade física; 50% dos estudantes apresentaram adoecimento mental após o ingresso na UFOP. É um dado preocupante, considerando que grande parte destes estudantes estão em jornada dupla, tendo que conciliar estudo e trabalho, o que torna o adoecimento ainda mais expressivo.

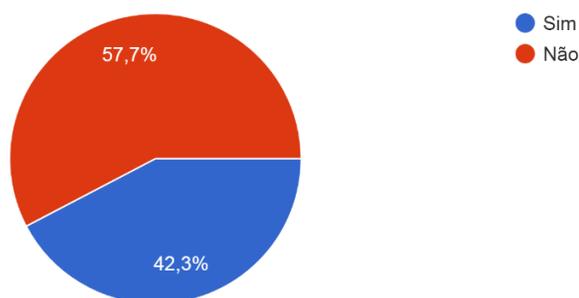
Diante desses dados, devemos considerar que muitos estudantes já trazem uma carga emocional, ou mesmo doenças psicológicas de suas vivências anteriores a da vida acadêmica, que somadas ao meio universitário, tendem a agravar ainda mais essas doenças. Em seus estudos sobre o adoecimento dos estudantes de graduação do curso de Serviço Social da UFOP em 2018, Ventura verificou que:

81,4% dos estudantes que contribuíram em sua pesquisa, 58% deles não apresentavam nenhum quadro de adoecimento antes. Ou seja, esse processo foi acarretado durante a vida acadêmica. [...]entre os que já haviam procurado atendimento psicológico - 55,8% dos participantes responderam que sim e 44,2% que não (VENTURA, 2018, p. 43).

Esses dados entram em conformidade com o que discutimos anteriormente, onde além de um espaço de produção de conhecimento, a universidade pode ser também um espaço de adoecimento. Identificamos que 28,8% dos estudantes já tiveram que trancar alguma disciplina ou o semestre ao longo da graduação por complicações na saúde física e/ou mental. Dos 57,7% de estudantes que fizeram tratamento psicológico, 86,8% responderam que fazem o uso de medicamento controlado.

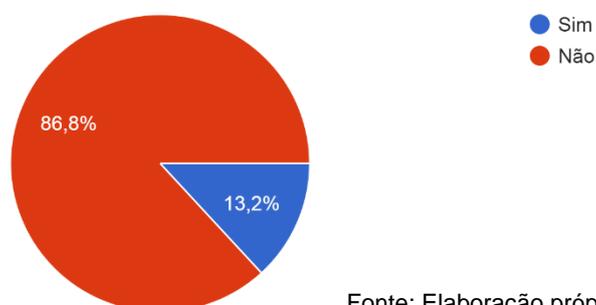
Conforme os gráficos 11 e 12, identificamos que 57,7% dos estudantes nunca fizeram acompanhamento psicológico e dos 42,3% que fizeram, apenas 13,2% foi através da UFOP.

Gráfico 11: Estudantes que já fizeram ou fazem acompanhamento psicológico.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 12: Estudantes que fizeram acompanhamento psicológico pela UFOP.



Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar as questões apresentadas pelos discentes e também os problemas institucionais que enfrentam.

Tentei atendimento com psicólogo, mas não consegui pois faltam vagas. (ESTUDANTE 17).

Não gostei e por isso não procurei novamente vou aguardar voltar os atendimentos pelo CAPS para voltar meu acompanhamento (ESTUDANTE 50).

As consultas no início foram boas, mas com o tempo passaram a ser repetitivas, sem novidade alguma (ESTUDANTE19).

Não consegui vaga. Nem responderam os e-mails que eu enviei (ESTUDANTE 38).

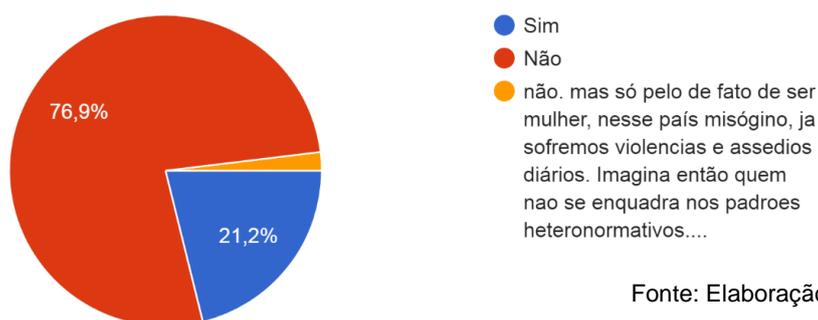
Sobre outra perspectiva, entre os estudantes que não receberam tratamento psicológico, um deles foi atendido por outra área da assistência estudantil.

Nunca recebi atendimento psicológico nem psiquiátrico na UFOP. Apenas atendimentos clínicos gerais para outras questões de saúde no Centro de Saúde (ortopedia). (ESTUDANTE 22).

Por meio desses dados, é possível perceber que embora a UFOP ainda enfrente alguns problemas no acesso a alguns serviços, possui várias áreas de atendimento que visam o cuidado com a saúde dos estudantes.

Outra questão importante e tema em muitos estudos, é a desigualdade de gênero vivenciada sobremaneira dentro no âmbito familiar, no trabalho e também nas universidades. O gráfico abaixo mostra que 76,9% dos estudantes nunca sofreram represália pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, enquanto 21,2% responderam que sim.

Gráfico 13: Represália por parte de familiares, amigos ou desconhecidos por identidade de gênero ou orientação sexual.



Faz-se necessário considerar que embora a maioria dos participantes da pesquisa não tenham sofrido nenhum tipo de represália dentro desses ambientes, a menor parcela que já sofreu se junta ao grande número de pessoas que sofrem com o preconceito, homofobia e violência todos os dias. Dos 11 estudantes que já sofreram algum tipo de represália, 8 são mulheres e entre elas, 4 se autodeclaram pretas. Nas palavras da estudante representada acima: “[...]só pelo fato de ser mulher, nesse país misógino, já sofremos violências e assédios diários. Imagina então quem não se enquadra nos padrões heteronormativos.” (ESTUDANTE 44).

É nítido que as mulheres ainda sofrem discriminação e muitas vezes são vítimas de violência doméstica. Além do salário desigual, também têm que enfrentar o acesso desproporcional a ocupações de nível superior. Abarcando também todo o

preconceito, discriminação e violência contra a comunidade LGBTQIA+¹⁶, que só cresce a cada dia. Sabemos que, embora existam ações e projetos que tratem dessas problemáticas, a sociedade ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar a justiça e a igualdade.

Ao compararmos o adoecimento mental dos estudantes que estão inseridos nos programas de Assistência Estudantil da UFOP e dos não bolsistas, constatamos que os bolsistas representam a maioria entre os que fazem uso de medicamento controlado, e também maioria entre os que fizeram ou fazem algum tipo de acompanhamento psicológico, representam também a maioria entre os que fizeram atendimento psicológico pela UFOP. Na classificação da saúde mental, a dos bolsistas é dividida entre regular e ruim, enquanto a dos não bolsistas está entre boa e regular.

Estão muito próximos em relação à represália de familiares, amigos ou desconhecidos devido à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Também descobrimos que o maior problema enfrentado pelos bolsistas e não bolsistas são as dificuldades de aprendizagem devido às aulas online, desentendimentos com familiares e o excessivo contato com a internet devido ao ensino remoto, além dos problemas financeiros.

Durante a pandemia, o consumo de álcool e drogas por não bolsistas aumentou ainda mais, com aumentos semelhantes no uso de cigarros e drogas. Quanto às mudanças no sono, o aumento na quantidade de alimentos consumidos, aumento da ansiedade, irritabilidade e depressão, são semelhantes. Podemos observar também que o tempo de estudo dos bolsistas ultrapassa 31h semanais, enquanto o tempo de estudo dos não bolsistas é de 21 a 30 horas semanais. Após ingressarem na UFOP, os bolsistas apresentaram níveis mais elevados de distúrbios do sono, consumo de alimentos, ansiedade, irritabilidade e depressão, também se sentiram mais estressados, desanimados e inseguros. Os bolsistas também representam a maioria entre os que responderam ter a vida pessoal comprometida pelas necessidades da

¹⁶ LGBTQIA+: Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti e Transgênero, *Queer*, Intersexual e Agênero, e o '+' corresponde a outras orientações sexuais, identidades ou expressões de gênero.

vida acadêmica, e também se sentem mais pressionados pelas exigências do curso. Porém, ambos se sentem pressionados pela ideia de exercer sua profissão após o término do curso.

Em termos de doenças físicas ou mentais após o ingresso na UFOP, os bolsistas são a maioria entre os que apresentaram adoecimento mental, enquanto os não bolsistas apresentaram mais adoecimento físico. Em relação ao trancamento de disciplinas ou do semestre, ambos estão muito próximos, mas é preciso ressaltar que, o maior motivo entre os trancamentos está relacionado à saúde mental, em segundo lugar os trancamentos foram pelo trabalho.

[...]tranquei disciplinas e período por estar em um stafe físico e mental e por ter que também trabalhar, pois a situação financeira está crítica (ESTUDANTE 50).

Tranquei pelo trabalho (ESTUDANTE 2).

É necessário destacar também as estudantes que se tornaram mães durante a graduação e acabaram recorrendo ao trancamento.

Já tranquei 2 períodos no ano em que minha filha nasceu. Já as disciplinas já cheguei a trancar tanto antes como depois do nascimento da minha filha (ESTUDANTE 49).

Diante de todas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, constatamos também que podem ocorrer trancamentos por dificuldade de aprendizado ou mesmo a dificuldade em acompanhar a grade curricular da instituição.

Tranquei por dificuldades de aprendizado (ESTUDANTE 10).

Já tranquei por não conseguir conciliar com outras disciplinas no semestre (ESTUDANTE 12).

Verificamos que esse contexto de pandemia também pode levar os estudantes ao trancamento de disciplinas ou do semestre.

Sim, já tranquei, pois, devido a pandemia, o calendário acadêmico é menor, e não consegui conciliar estágio e TCC (ESTUDANTE 47).

Percebemos que ambos já foram vítimas ou presenciaram relações abusivas entre docentes e discentes, o que pode impulsionar o adoecimento mental. Estima-se que: constrangimento, irritabilidade, sentimento de culpa, cansaço, exclusão, ansiedade e depressão são decorrentes dessas situações.

Diante disso, torna-se necessário conhecer as necessidades trazidas pelos estudantes, pois permite um estudo mais detalhado sobre o tema abordado nessa pesquisa. Os dados apresentados não só ajudarão com o nosso estudo, mas também contribuirão para a Universidade na prevenção e promoção da saúde de seus discentes. Para tanto, formulamos a seguinte pergunta: "Na sua opinião, de que forma a UFOP pode contribuir com a promoção da saúde mental de seus estudantes?".

Com atendimento psicológico, psiquiátrico/neurológico, com atividades esportivas e de relaxamento e com campanhas publicitárias (ESTUDANTE 3).

Mais apoio psicológico (ESTUDANTE 32).

Reforçando os programas de acompanhamento psicológico e fazendo mais campanhas e divulgações a fim de auxiliar na prevenção do adoecimento do estudante (ESTUDANTE 7).

Acompanhamento psicológico (ESTUDANTE 4).

Mais assistência psicológica (ESTUDANTE 11).

Fazendo um programa/campanha realmente eficiente com profissionais da saúde mental. Além de oferecer mais serviços nessa área, uma vez que a demanda por buscas de psicólogos é grande (ESTUDANTE 14).

Facilitando o acesso ao psicólogo, facilitando a maneira de denunciar abusos de professores com alunos e sendo empática de fato, não através de formulários e/ou palestras (ESTUDANTE 15).

Primeiramente, preparar os professores para lidar com isso e criar algum meio de fiscalizar suas condutas para com os alunos. E para além disso, reformular a estrutura do atendimento psicológico, se possível tentar obter um convênio com psiquiatra também (ESTUDANTE 19).

Incentivando atividades físicas e o diálogo sobre saúde mental além de propor mais atividades práticas fora do ambiente acadêmico/sala de aula (ESTUDANTE 16).

Ofertar mais vagas para consulta com psicólogos (ESTUDANTE 17).

Primeiramente, preparar os professores para lidar com isso e criar algum meio de fiscalizar suas condutas para com os alunos. E para além disso, reformular a estrutura do atendimento psicológico, se possível tentar obter um convênio com psiquiatra também (ESTUDANTE 19).

Com acompanhamento psicológico gratuito e melhor gestão do ensino à distância (ESTUDANTE 39).

Com atendimento psicológico, psiquiátrico/neurológico, com atividades esportivas e de relaxamento e com campanhas publicitárias (ESTUDANTE 3).

Mais possibilidades de financiamento para que os alunos consigo se dedicar com saúde (ESTUDANTE 22).

Com incentivo e mais palestras sobre a saúde mental no ambiente universitário, inserção dos mesmos em atividades que contribua para uma saúde mental melhor (ESTUDANTE 23).

Tratamento psicológico contínuo (ESTUDANTE 27).

Maior integração entre discentes, docentes e administração, para melhorar a comunicação. Mais profissionais como psicólogos e pedagogos (ESTUDANTE 30).

Criar mais projetos de auxílio psicológico, colocar o assunto mais em pauta (ESTUDANTE 31).

Acho que os atendimentos psicológicos deveriam ser ampliados bem como as antigas atividades que existiam somente em Ouro Preto e que promoviam o bem-estar dos alunos (massagem, etc) (ESTUDANTE 36).

Talvez propondo um treinamento aos professores sobre como lidar com a saúde mental dos estudantes (ESTUDANTE 45).

Atendimento psicológico contínuo, até mesmo psiquiátrico; e não só o acolhimento. Criação de grupos de apoio. Orientação quanto à matrícula e

carga horária semestral. Penso que os alunos poderiam ser orientados a respeito das disciplinas que devem se matricular etc. (ESTUDANTE 49).

[...]O desempenho acadêmico é um dos fatores que pode desencadear em problemas na saúde mental, então a própria universidade ou os professores poderiam tomar iniciativas e começar a conversar com os estudantes e ver o que está acontecendo. É uma forma (ESTUDANTE 40).

Professores mais compreensíveis com aluno, que não tem uma boa formação no ensino básico. Dentre outras mais, apoio psicológico para os discentes (ESTUDANTE 24).

É possível constatar que a grande procura dos estudantes é de um acompanhamento contínuo com Psicólogos e Psiquiatras. Entretanto, diante da falta de profissionais que consigam atender essa demanda, a Universidade ainda só pode contar com o acolhimento e os encaminhamentos para essas áreas. Como já mencionado no capítulo III, a UFOP conta os Projetos: 'Abraço em Casa', e 'Pandemia e saúde mental: um debate necessário para apoiar a prevenção de seus estudantes'.

Poderia ter mais ações como o ABRACE, eu enquanto aluna se não fosse o ABRACE já teria feito algo que talvez, nem estaria aqui respondendo este questionário (ESTUDANTE 49).

É importante lembrar que os atendimentos do ABRACE ocorrem de forma coletiva e muitos estudantes procuram por atendimento individual por não se sentirem à vontade em compartilhar suas emoções. Ainda assim, o projeto tem beneficiado e contribuído muito para a saúde mental dos que optam pelo atendimento coletivo.

Outra observação a ser mencionada é a procura pela revisão dos conteúdos das grades curriculares a fim de adaptá-las ao momento atual, como a diminuição de disciplinas eletivas e atividades extracurriculares (ATV).

Não sei dizer ainda, nunca havia pensado sobre. Mas inspirar união entre todos seria um bom começo, altruísmo, coletividade, virtudes necessárias para viver em todos os tempos, inclusive este que passamos. E é um ótimo assunto pra se discutir entre os colegas em sala, mas com a grade apertada está faltando tempo para coisas além do que é cobrado (ESTUDANTE 41).

Ter mais flexibilidade quanto aos trabalhos e avaliações (ESTUDANTE 48).

Diminuindo a carga horaria por semestre, diminuindo a carga de horas de atividades extracurriculares (ESTUDANTE 13).

Colocar limites de atividades por semana, ou prazos maiores em relação as atividades que os professores passam aos alunos (ESTUDANTE 5).

Acredito que com mais espaços abertos para conversas com os alunos e mais diálogos com os professores que também enfrentam dificuldades nessa nova realidade (ESTUDANTE 8).

Com projetos que não cobram mais dos estudantes e auxiliem no desenvolvimento de novas atividades de lazer ou de conhecimento (ESTUDANTE 10).

Através de projetos que estimulem tarefas fora da universidade (ESTUDANTE 9).

Sendo mais atenta às questões que envolvem o aprendizado individual e os excessos cometidos por seus servidores. Talvez buscando maior efetividade na gestão pedagógica de seus cursos, ou quem sabe até a criação de um grupo de apoio ao estudante, onde se integrasse a Medicina, a Pedagogia, a Psicologia e a Assistência Social (ESTUDANTE 3).

Ser mais rigorosos com as denúncias e os processos administrativos disciplinares. Levar mais a sério as queixas reiteradas todo semestre por pessoas diferentes se tratando dos mesmos algozes (ESTUDANTE 44).

Sendo mais acessível e compreensível com as necessidades dos alunos (ESTUDANTE 51).

Avaliando realmente como ao aluno pode dar conta daquela disciplina, considerando toda a demanda de um semestre (ESTUDANTE 37).

Conhecer seu aluno individualmente e não só no coletivo, pois a universidade hoje não é feita apenas de jovens que saíram do ensino médio. A universidade é composta de mães solteiras; donas de casa; pais de família; pessoas que precisam trabalhar para se sustentar e sustentar a outros e querem e se desdobram para ingressar na universidade; para estudar e formar (ESTUDANTE 21).

Podemos perceber que é de extrema importância que a universidade busque atender as demandas partindo das particularidades de cada estudante, já que existe uma diversidade de situações e cada um vivencia de diferentes formas. Por isso, é necessário conhecermos essas demandas, pois possibilita que a Universidade construa estratégias a partir dessa interação, principalmente nos dias atuais, em que vivenciamos um cenário de intensa sociabilidade digital. Portanto, o desenvolvimento de estudos sobre a saúde mental e a correlação com o uso de internet e estratégias de enfrentamento das adversidades atuais tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de ações e também do fortalecimento das ações preventivas já existentes em saúde mental.

3.2.1. Os determinantes do adoecimento mental na perspectiva dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Assistência Estudantil da UFOP

Através da contribuição dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Assistência Estudantil da Pró – Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE na cidade de Ouro Preto/MG e do Núcleo de Assuntos Comunitários Estudantis - NACE das cidades de Mariana e João Monlevade/MG, pudemos entender a partir de suas perspectivas, quais as demandas mais urgentes dos estudantes ao buscarem atendimento e para quais serviços os profissionais fazem encaminhamentos.

Identificamos que os Assistentes Sociais atendem de 40 a 60 estudantes por mês, enquanto os Psicólogos, atendem de 16 a 64 estudantes mensalmente (levando em conta que o mesmo estudante é atendido mais de uma vez). Esses números de atendimentos se relacionam com os dados, em que 86,8% dos estudantes não fizeram acompanhamento psicológico pela UFOP. Fica evidente que há uma alta demanda na procura desses profissionais. Os dados se relacionam também com um apontamento feito anteriormente, em que estudantes não conseguiram acesso aos atendimentos por falta de vagas.

De acordo com a Assistente Social 1, as demandas mais urgentes apresentadas pelos estudantes ao buscarem atendimento são a ausência de renda e conflitos familiares.

Como já discutido anteriormente, a gravidade da pobreza e miséria no Brasil é um problema permanente que nos obriga a refletir sobre seus impactos na sociedade, principalmente na área de Assistência Estudantil, onde as políticas públicas ainda carecem de ações mais expressivas. Marcadas pelas desigualdades sociais, famílias pobres vivenciam a privação e a instabilidade, tornando-as incapazes de atender às necessidades básicas de seus dependentes, o que favorece uma procura maior pelas bolsas de Assistência Estudantil nas universidades. Além disso, vivenciam outras questões que acabam desgastando os laços afetivos, gerando os conflitos familiares.

Somado a esses fatores:

Ansiedade, depressão, dificuldades acadêmicas (organização de estudos/conflito ou dificuldade de comunicação com professores, conflitos familiares) (PSICÓLOGA 5).

Segundo Costa;Polak (2009), o estresse e a ansiedade fica evidente no meio acadêmico, pois é onde o estudante se depara com as mudanças e situações desafiadoras que podem impactar no processo de aprendizado e também na saúde. A depressão também acaba se tornando um dos problemas mais comuns entre os estudantes, já que muitos vivem em constante pressão, ansiedade, e incertezas vindas desse universo.

Na Orientação Estudantil, cujo trabalho têm um foco mais pedagógico, as principais demandas estão relacionadas às dificuldades acadêmicas (coeficiente, gestão do tempo, relação com professores e colegas de turma, dúvidas em relação à escolha do curso, retenção no curso por problemas de ordem pessoal/emocional/financeira que levaram à reprovação em disciplinas). Já na área de moradia estudantil, as principais demandas estão relacionadas à convivência entre os estudantes (PSICÓLOGO 3).

Como minha atuação é na Área de Orientação Estudantil e Moradia (e não no Atendimento clínico), as principais demandas dizem respeito à adaptação à rotina de estudos e organização do tempo (PSICÓLOGO 2).

Quando trabalhava presencialmente, os estudantes buscavam nosso serviço para tirar dúvidas sobre a apresentação de documentação para avaliação socioeconômica. Também atendi diversos estudantes que requisitavam encaminhamento para o serviço de psicologia da UFOP (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Podemos perceber que a Orientação Estudantil da UFOP tem um foco mais pedagógico, que visa auxiliar o estudante na rotina de estudos e na convivência com outros estudantes. E para atendimentos que necessitem de acompanhamento psicológico, são encaminhados para outras áreas.

Procuramos entender para quais serviços públicos ou privados esses profissionais fazem encaminhamentos e obtivemos as seguintes respostas:

Para os próprios serviços da UFOP, nas áreas de orientação estudantil, saúde mental, saúde (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Os encaminhamentos de saúde mental geralmente são feitos para a equipe do Centro de Saúde, que é referência no acompanhamento/acolhimento clínico dos estudantes. Entretanto, é comum nos atendimentos de Orientação Estudantil que sejam mencionadas outras possibilidades de atendimento, como a rede municipal de Saúde, o serviço de acompanhamento oferecido pela Fundação Gorceix aos estudantes vinculados à Escola de Minas, ou outros programas e serviços oferecidos dentro da instituição, como no caso dos projetos vinculados ao Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC/PRACE) que também atendem demandas em saúde mental (PSICÓLOGO 3).

Normalmente os encaminhamentos são realizados para o serviço público. Já realizei encaminhamento para o CRAS, pois o estudante não tinha condições de arcar com as despesas da 2ª via de documento de identificação. A maioria dos encaminhamentos são para o serviço de psicologia da UFOP (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Caso a demanda tenha relação com vivências para além do âmbito acadêmico, os discentes são encaminhados para a equipe da UFOP responsável. Caso seja uma demanda que exige um acompanhamento, são encaminhados para o CAPS (PSICÓLOGO 2).

Realizo encaminhamentos somente para serviços públicos. Encaminho estudantes dentro da equipe (área de avaliação socioeconômica, atendimento social, acompanhamento de moradias universitárias, Núcleo de Educação Inclusiva), CAPS e RAPS. Os serviços de atenção psicossocial do município (CAPS, RAPS) possuem organização própria, os estudantes encaminhados são orientados sobre a forma de

funcionamentos desses serviços e quando possível alguns casos são discutidos com os profissionais. Realizo o acolhimento psicológico e trabalho também na área de orientação estudantil (PSICÓLOGA 5).

Quanto ao serviço de psicologia, penso que seria necessário a contratação de mais profissionais para atender a demanda e para realizar um trabalho preventivo com os discentes (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Como visto nas falas, a maioria dos encaminhamentos são majoritariamente para os serviços da psicologia, como o CAPS - Centros de Atenção Psicossocial e RAPS – Rede de Atenção Psicossocial¹⁷. Contudo, vê-se a necessidade de contratação de mais profissionais para que a UFOP consiga atender de forma direta as demandas que exigem um acompanhamento psicológico/psiquiátrico contínuo.

De forma geral quando se trata de saúde mental, os estudantes têm preferência pelos atendimentos clínicos individuais e experiências anteriores, como a psicoterapia de grupo ofertada pela equipe de saúde (antigo Espaço Bem Viver localizado nas dependências do Cine Vila Rica), que não tiveram muita adesão. Neste sentido, há sempre uma dificuldade em atender à demanda, em especial por conta do número reduzido de profissionais disponíveis para tais acompanhamentos individualizados que, também por sua natureza, demandariam mais sessões com cada estudante (PSICOLOGO 3).

Como em outras universidades, o serviço da UFOP não supre a demanda, pois esta, se apresenta de forma diversificada. Assim, casos que exigem um acompanhamento mais próximo, acabam não sendo atendidos da forma mais indicada (PSICÓLOGO 2).

Acredito que o serviço atende o seu objetivo (acolhimento psicológico e orientação estudantil), entretanto existe uma demanda por psicoterapia individual de longa duração que a UFOP não supre (PSICÓLOGA 5).

A UFOP possui uma grande demanda por atendimentos individuais. Mas, apesar de ter credenciamento com alguns psicólogos, não consegue suprir essa demanda, pois só consegue pagar oito sessões nas consultas, e a partir da nona o próprio estudante é quem deve assumir os pagamentos, sendo em torno de R\$60,00 reais por consulta e esse valor pode ser negociado com os psicólogos credenciados (PSICÓLOGA UFOP, 2018 apud VENTURA, p. 51). Nota-se aí a dificuldade de

¹⁷ A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas. A Rede integra o Sistema Único de Saúde (SUS).

acesso nos casos que necessitam de acompanhamento psicológico mais prolongado. Isso faz com que muitos estudantes acabem abandonando o tratamento por não terem condições de continuarem pagando pelas sessões. É importante lembrar que há uma demanda muito grande por atendimento psicológico pelo SUS e nem mesmo nesse espaço, há profissionais suficientes, principalmente nos dias atuais.

[...]A saúde mental caminha para crise após pandemia[...]Uma epidemia que já existia antes da covid-19 agora caminha lado a lado com a pandemia de coronavírus e preocupa autoridades e especialistas na área de saúde mental: os transtornos mentais, como depressão e ansiedade, estão impactando a população e poderão colapsar o sistema de saúde, atingindo, inclusive, a economia brasileira nos próximos anos (CUSTÓDIO, 2021).

Em termos globais, estima-se que poderão faltar psicólogos e psiquiatras em todo o mundo, incluindo países desenvolvidos. Isso preocupa, pois sem pandemia, muitas pesquisas já mostravam a grande dificuldade no acesso aos atendimentos, e com a pandemia, só agrava.

No que tange ao programa de bolsas da assistência estudantil, acredito que conseguimos atender os estudantes que possuem o perfil socioeconômico para aquisição de bolsas. Porém nem todos os estudantes que são perfil requisitam nosso serviço (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Através dos dados percebemos que a maioria dos estudantes não bolsistas sobrevivem com menos de 1 salário mínimo, a segunda maior renda está entre 1 a 2 salários mínimos. Cabe aqui um questionamento, pois não fica evidente o porquê, apesar de possuírem perfil socioeconômico para aquisição das bolsas, não solicitam. Como a pesquisa foi realizada com apenas 26 estudantes não bolsistas, estima-se que os números podem ser ainda maiores.

[...]Há também temas que merecem avançar, como pautas de diversidade, minorias¹⁸ e etc. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

¹⁸ A palavra minoria refere-se a um grupo de pessoas que, nas relações sociais se encontra numa situação de desvantagem em relação a um outro grupo. As minorias podem ser discriminadas por diversos motivos. E os grupos mais atingidos são: a população negra, os grupos LGBTQIA+, mulheres, indígenas e deficientes.

Por isso, é necessário mais espaço de fala dentro das universidades para atender os interesses e necessidades das minorias. Contribuindo assim, para a diminuição da discriminação contra esses grupos minoritários, garantindo que toda essa população tenha acesso a todos os direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira.

Sob a perspectiva dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Assistência Estudantil, buscamos compreender quais são os determinantes do adoecimento mental dos estudantes da UFOP e como a Universidade pode contribuir para a promoção da saúde mental dos estudantes. Obtemos as seguintes respostas:

Primeiramente acho importante mencionar que os estudantes universitários são seres sociais, e embora as questões de saúde mental por vezes se materializem em dificuldades acadêmicas, nem sempre estão relacionadas apenas ou diretamente ao ambiente universitário. Os estudantes precisam demonstrar através das avaliações e das entregas de atividades acadêmicas que estão correspondendo àquilo que a universidade espera deles, mas concomitantemente, lidam com questões familiares, financeiras, sociais, culturais, dentre outras...A maior parte dos estudantes são jovens, e a vida universitária pressupõe escolhas importantes para sua vida adulta/laboral/profissional sendo que esse processo costuma ocorrer junto à mudanças de ordem pessoal, já que coincide também com um momento de autoconhecimento, identificação e reflexão, que talvez ainda não tenha ocorrido em outros espaços, e acaba sendo promovido por um primeiro contato com as trocas e discussões que a universidade lhe oferece. Cabe ressaltar ainda que, alguns transtornos mentais, advêm de uma predisposição genética e, por vezes, o stress causado pela pressão de atender às diversas expectativas que lhe são impostas, pode ser o gatilho para que estes transtornos se manifestem durante o período de graduação (PSICÓLOGO 3).

Como mencionado acima, é importante lembrar que muitos estudantes já trazem um histórico de adoecimento das vivências anteriores ao ingresso na universidade, e somado as mudanças específicas do meio acadêmico, podem encontrar dificuldades em lidar com tudo que envolve a saúde mental.

Existem determinantes amplos, presentes independentemente de estar na Universidade (desigualdades sociais e econômicas, desemprego, racismo, LGBTfobia, capacitismo, conflitos familiares, ausência de habilidades de resolução de problemas) que somam-se a determinantes do contexto universitário (nova organização do tempo e do espaço, dificuldade de adaptação, sentimento de não pertencimento, sobrecarga de trabalho, dificuldades acadêmicas, conflitos nas moradias universitárias). (PSICÓLOGA 5).

A falas acima demonstram que os determinantes para o adoecimento mental são diversos. Além do crescente número de desempregos e a desigualdade de renda, a luta pela igualdade de gênero, étnico-racial e respeito à diversidade têm sido constantes. Entretanto, a posição dominante de atitudes discriminatórias na sociedade ainda é uma realidade persistente porque foi naturalizada.

Então, não basta a lei sem a mudança dessas práticas. Daí a importância de mais ações que promovam a discussão sobre esses temas, que estimulem a reflexão individual e coletiva. São medidas essenciais no combate ao preconceito e discriminação. O capacitismo¹⁹ é também uma forma de discriminação totalmente presente no cotidiano, por isso, ainda precisamos de avanços em termos de conscientização. Numa sociedade capacitista, as pessoas com deficiência (PDC), não são consideradas pessoas normais, e principalmente não são vistas como pessoas que merecem ser tratadas da mesma forma, sendo vistas como seres inferiores, isso precisa mudar.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 (revistos em 2018), 6,7% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, esses dados correspondem cerca de 14 milhões de brasileiros, sendo um número bem expressivo. Não é difícil encontrar comentários e atitudes que reforçam a rejeição das pessoas com deficiência. Muitas pessoas ainda acham difícil enxergar, sexismo, machismo, racismo, capacitismo e LGBTfobia no dia a dia. E embora, esses assuntos estejam mais presentes nas discussões, necessitam de avanços do que diz respeito a conscientização, principalmente na área de educação.

Estar longe de casa, adaptação ao ambiente acadêmico, insegurança quanto ao futuro (quando a diplomação de aproxima), dificuldades financeiras, problemas familiares, não adaptação ao curso, acesso a moradia (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Através dos dados anteriores identificamos que a pressão por exercer a profissão ao terminar o curso está muito presente entre os estudantes. Essa pressão pode vir de familiares, parentes próximos, ou mesmo do próprio estudante,

¹⁹ O capacitismo significa a discriminação de pessoas com deficiência. Este termo se baseia na construção social de um corpo padrão perfeito, denominado "normal", que subestima as habilidades e talentos das pessoas devido às suas deficiências.

levando em conta que vivemos numa sociedade que induz à extrema competição, fazendo com que muitos estudantes se cobrem excessivamente para estar à frente dar conta de tudo.

[...] Outro ponto relevante é o uso indevido da tecnologia, os estudantes não conseguem dividir o tempo para atividades relevantes do dia a dia. Se dedicam excessivamente as redes sociais. Não fazem atividades físicas. Percebo que eles não refletem sobre seus verdadeiros desejos, suas virtudes e missões. Estão ansiosos pensando no futuro, mas não sabem o que fazer no presente (ASSISTENTE SOCIAL 4)

Em 2020, foi realizado um estudo com 275 estudantes do Centro Universitário de Juiz de Fora – MG, com o objetivo de estimar a prevalência de Transtornos Mentais Comuns²⁰ em estudantes universitários, em correlação ao uso da internet e com a utilização de estratégias de enfrentamento frente ao isolamento social na pandemia de COVID-19. Através dos dados, identificaram que:

[...] universitários com possível presença de TMC relataram um uso mais intensivo de internet. Deste modo, na comparação entre os dois grupos, os universitários com maior sofrimento psíquico afirmaram vivenciar maior declínio educacional, laboral, diminuição do sono e da qualidade das relações interpessoais, associados a forma com que usam a internet (MOTA; SILVA; COSTA; AGUIAR; MARQUES; MONAQUEZI, 2020, p. 2162 - 2163).

Isso indica que houve um aumento de doenças psicológicas devido ao uso excessivo de internet durante a pandemia. Esses dados se associam ao que a Assistente Social 4 comentou acima. Então, o mal uso da internet pode impactar nos estudos, no trabalho, nas relações sociais e também na qualidade de vida.

[...] a promoção de saúde mental precisa ser pensada como melhora na qualidade de vida, e isso pressupõe proporcionar condições de bem-estar para os estudantes e garantir suas condições de permanência na instituição. É preciso fomentar espaços que promovam saúde de forma ampla e incentivar relações baseadas em vínculos positivos. Isto significa que a saúde mental não pode ser considerada apenas uma questão clínica, mas deve considerar também a qualidade das relações que os estudantes estabelecem entre si, com professores e demais servidores, e com a própria instituição (PSICÓLOGO 3).

²⁰ **Transtorno Mental Comum (TMC)** é caracterizado por sintomas depressivos, estados de ansiedade, irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade de memória e concentração e queixas somáticas. Manifesta-se como uma mistura de sintomas somáticos, ansiosos e depressivos (PARREIRA; GOULART; HAAS; SILVA; MONTEIRO; SPONHOLZ, 2017, p. 2).

Desenvolvendo trabalhos coletivos e preventivo sobre saúde mental. (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Grupos temáticos, campanhas, cursos de empatia (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Incentivando a discussão do tema; criando espaços de acolhimento nas unidades, com capacitação de servidores e estudantes); promovendo a empatia nas reuniões, discussões de caso e no cotidiano de aulas; promovendo a diversidade e convivência (projetos PIDIC); criando espaços para lazer e atividade física nos três campi (PSICÓLOGA 5).

Manter canais de diálogos abertos com a comunidade acadêmica, de forma a contribuir para troca de experiências relacionadas a este novo momento (PSICÓLOGO 2).

Conforme as falas acima, é possível perceber a urgência de discussões a respeito de uma Universidade pensada nas particularidades de cada estudante, sem exigências surreais e que trabalhe no fortalecimento da saúde mental, permitindo que seus estudantes se desenvolvam, se sintam representados nos espaços e consigam acompanhar a vida acadêmica com saúde. Então, a criação de espaços que promovam vínculos positivos com professores e demais servidores incentiva a discussão do tema e estimula melhores formas de acolhimento.

Abaixo, procuramos identificar quais são as dificuldades e desafios dos Assistentes Sociais e Psicólogos nos dias atuais frente as demandas apresentadas pelos estudantes. Isso nos ajuda a identificar tópicos que merecem ser avançados.

A pandemia trouxe uma série de dificuldades para a execução do trabalho cuja execução precisou ser repensada em vários aspectos. Especificamente com relação aos atendimentos, acredito que o acolhimento e orientação aos estudantes se constrói por meio do vínculo que é estabelecido nos contatos, e, no período remoto, este tem sido um grande desafio, não apenas por conta da questão do acesso aos recursos (internet, equipamentos adequados) mencionados por alguns estudantes, mas também pela dificuldade de criar esta conexão. Um exemplo são os atendimentos em que o estudante (que nunca foi atendido presencialmente) não abre a câmera durante a nossa conversa e não consigo ter o contato visual e perceber pelos gestos e expressões faciais um feedback da nossa interação, e se estamos ou não avançando na construção deste vínculo (PSICÓLOGO 3).

Acolhimento dos estudantes (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Dificuldade de organizar o trabalho em casa (ambiente para realizar atendimentos), aumento da demanda por psicoterapia continuada concomitante à sobrecarga dos serviços de saúde do SUS na pandemia (PSICÓLOGA 5).

Podemos perceber que mesmo com a disponibilidade de recursos para adaptação ao ensino remoto (internet, equipamentos adequados), a UFOP ainda enfrenta problemas que interferem no trabalho dos Assistentes Sociais e Psicólogos, dificultando a criação de vínculos que era possível de forma presencial, o que impacta no acolhimento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a construção de capítulos importantes para conduzir o debate sobre o tema proposto. Procuramos explicar a consolidação do modo de produção capitalista por meio do método crítico materialista histórico dialético de Karl Marx, que é de fundamental importância para a compreensão das atuais relações sociais mediadas pelas forças produtivas.

Ao analisar as transformações no mundo do trabalho a partir da década de 70, a mercantilização e precarização da educação, foi possível confirmar a hipótese inicial de que essas transformações trouxeram novas formas de exploração do trabalhador, contribuindo para o aumento do desemprego, da instabilidade e insegurança no trabalho, além de implicar sobre a saúde mental dos trabalhadores. Toda essa dinâmica levou também a uma intensa segregação da política de educação, com a redução de investimentos nas universidades e nos recursos destinados a Assistência Estudantil, impactando sobremaneira no adoecimento mental dos estudantes, em especial, os da UFOP.

Os dados coletados indicaram que o adoecimento mental entre os estudantes está presente e em escala alarmante. Os problemas da vida pessoal e da vida acadêmica se misturam e fazem com que adoecem.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de mais projetos que visem a promoção da saúde dos estudantes, principalmente no contexto de pandemia, com a realização de estudos sobre a saúde mental, uso da internet e enfrentamento durante o isolamento social, além de ações que visem à capacitação dos professores e profissionais da Universidade para competências e habilidades que atendam as diferentes necessidades dos estudantes e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada a respeito das questões que envolvem a saúde mental.

Outros pontos devem ser aprofundados em outros trabalhos, como o não acesso às Políticas de Assistência Estudantil de estudantes com perfil socioeconômico favorável para solicitação das bolsas, havendo hipóteses que merecem serem exploradas. Cabe também um estudo e reflexão acerca de como a Universidade recebe e garante a permanência dos estudantes trabalhadores, além da necessidade da ampliação dos serviços ofertados para atender a demanda por atendimento psicológico e psiquiátrico de forma continuada.

O espaço universitário traz consigo o desenvolvimento intelectual e ao mesmo tempo pode trazer inseguranças, conflitos internos e adoecimento. No entanto, o adoecimento mental não deve andar junto com a realização profissional. Por isso, é importante que o debate prevaleça e que a Universidade continue promovendo o cuidado com a saúde mental de seus estudantes, mediando sobre suas dificuldades em benefício da construção de um ensino/aprendizagem significativo e saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFANO, Bruno; TATSCH, Constança; CAPETTI, Pedro. **Negros são maioria pela primeira vez nas universidades públicas, aponta IBGE**. Publicado em: 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/negros-sao-maioria-pela-primeira-vez-nas-universidades-publicas-aponta-ibge-24077731>>. Acesso: 19 ago. 2021.

ANDIFES, Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior; FONOPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação**

Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/Perfil%20do%20Aluno%-20UFOP%-202010.pdf>>. Acesso: 28 jul. de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2008. p.136.

_____. Ricardo; DIESSE. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serv. Soc., São Paulo, nº 123, p.407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>. Acesso: 21 jul. 2021.

_____. Ricardo. PRAUN, Luci. **A Sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serv. Soc. São Paulo, n. 123, p. 407-427. Jul./Set. 2015.

_____. Ricardo. DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. Publicado em: O Social em Questão – Ano XVII – Nº 34 – 2015.

ALVES, Giovanni. **Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil.** Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves>>. Acesso: 24 jul. 2021.

_____. **Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 57- 62, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_>. Acesso em: 24 jul. 2021.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

BENATTI, Lucimara; MUSTAFA, Patrícia. **Privatização da Política de Educação Superior no Brasil – Impactos para a Formação Profissional em Serviço Social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 16, jul/dez, 2016.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde Mental: uma análise institucional da prática.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p.184.

BORGES, Maria Célia. AQUINO, Orlando Fernandez. **Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas, o REUNI: avanços e controvérsias.** Educação: Teoria e Prática. Vol.22, n.39, 2012.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.686, DE 22 DE ABRIL DE 2021.** Publicado em 23 abril 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.686-de-22-de-abril-de-2021-315705878>>. Acesso em 11/08/2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia estratégico para o cuidado de pessoas**

com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas. Guia AD / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília, Ministério da Saúde, 2015. 100 p. : il. Disponível em: <
<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/dezembro/15/Guia-Estrat--gico-para-o-Cuidado-de-Pessoas-com-Necessidades-Relacionadas-ao-Consumo-de--lcool-e-Outras-Drogas--Guia-AD-.pdf>>. Acesso: 19 ago. 2021.

BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Maiara Reis. Trabalho, **Alienação e Adoecimento Mental: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores.** Revista de Políticas Públicas. V.21, n.2, 2016.

CARNEIRO, Maira Poletto. BEHR, Ricardo Roberto. **Jornada dupla, estudar e trabalhar na universidade: Política Exploratória ou Política de Iniciação ao Mundo do Trabalho?** ENEO2014. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Gramado/RS: 25 a 27 de maio, 2014.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas.** Universidade de Brasília. Revista Brasileira de Educação. V.18, n.54, jul.-set.2013.

CFESS/CRESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social.** v.2. 2014. Disponível em:<
http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>
 Acesso em: 18 mai. de 2021.

CEFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Nota pública do CFESS sobre o anúncio do 'Auxílio Brasil', programa de transferência de renda do governo federal.** Sem diálogo com a sociedade civil e Congresso Nacional, Medida Provisória acaba com o Bolsa Família. Publicado em: 11 ago. 2021. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1833>. Acesso: 20 ago. 2021.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz. **O Plano Nacional de Assistência estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência/The Planation Student Assistance: increase vanice x guarantee Permanency.** SER Social, Brasília, v. 14, n.31, p.489-512, jul/dez.2012.

CORONAVÍRUS. Brasil. **Covid-19 - Painei Coronavírus.** Disponível em:
 <covid.saude.gov.br> Acesso: 24 ago. 2021.

COSTA, A. L. S.; POLAK, C. **Construção e validação de instrumento para Avaliação de Estresse em Estudantes de Enfermagem (AEEE).** Rev. esc. enferm. USP. São Paulo, v. 43, n. spe, dez, 2009. Disponível em: Acesso em: 25 mar. 2015.

CUSTÓDIO, Aline. **Poderão faltar psicólogos e psiquiatras: saúde mental caminha para crise após pandemia de coronavírus.** Publicado em 05 mar. 2021 em site GZH SAÚDE. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/03/poderao-faltar-psicologos-e-psiquiatras-saude-mental-caminha-para-crise-apos-pandemia-de-coronavirus-cklwmmqx5006c016ut8ph9emq.html>>. Acesso: 23 ago. 2021.

CUT. Central Única de Trabalhadores. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha:** dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: 2014. Disponível em: <<https://cut.org.br/acao/dossie-terceirizacao-e-desenvolvimento-uma-conta-que-nao-fecha-7974/>> Acesso em 03 agosto de 2021.

_____. **A cada 45 minutos, uma pessoa morre de suicídio no Brasil.** Site Estadão, 11 de set. de 2018. Disponível em: ><https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-45-minutos-uma-pessoa-comete-suicidio-no-brasil,70002496904>> Acesso em: 27 de abril, 2021.

DINIZ, J.J.B. **O fenômeno da terceirização.** São Paulo: LTr, 1996.

DORNELLES, D.F. **Direitos Humanos e pobreza na Sociedade Contemporânea: não há equação possível.** Serviço Social e Realidade. Franca, v.16. n. 2, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.francaunesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/110/137>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DRUCK, Graça. **A epidemia da terceirização.** In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

ESPAÇO FARMACEUTICO. **Brasil lidera o consumo de medicamentos na América Latina.** Publicado em: 03 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.espacofarmaceutico.com.br/blog/2021/05/03/brasil-lidera-o-consumo-de-medicamentos-na-america-latina#:~:text=O%20mercado%20de%20medicamentos%20brasileiro,de%20medicamentos%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina>>. Acesso: 19 ago. 2021.

FERRAREZ, Cynthia Santos. **Mercantilização da Educação Superior Brasileira e a Formação Profissional do Serviço Social.** *Higher education of merchantability brazilian and vocational training of social service.* Temporalis, Brasília (DP), Ano 16, n.31, jan/jun. 2016.

FORTI, V.; BRITES, C.M. **Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 3. Ed. Rio de Janeiro: "Lumem Juris, 2013.

FRANCO, T; DRUCK, G; SELIGMANN-SILVA, E. **As novas relações de Trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v.35,n.122, p.229-248, 2010.

FREIRE, Lúcia M. de B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas direções e processos do trabalho profissional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez 2010.

GALEANO, Eduardo. **O império do consumo**. Carta Capital, Publicado em 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-imperio-do-consumo>>. Acesso: 10 agosto. 2021.

GAMEIRO, Nathália. **Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia**. Publicado em: 13 ago. 2020. Fiocruz: Brasília. Disponível em <<https://www.fiocruzbrasil.com.br/depressao-ansiedade-e-estresse-aumentam-durante-a-pandemia/>>. Acesso: 19 ago. 2021.

GRINBERGAS, Daniella. GROHMANN, Gustavo. **Abuso de álcool cresce na pandemia de coronavírus**. VEJA SAÚDE. Publicado em 13 out. 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/abuso-de-alcool-cresce-na-pandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em 19 ago. 2021.

GOMES, J.B.B. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. Revista Direitos Difusos, v. 9, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. Ed Ed Loyola: São Paulo, 2002.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Ansiedade e depressão na pandemia: entenda o crescimento nos casos e como pedir ajuda**. Publicado em: 20 jul. 2020. Disponível em: <<https://hospitalsantamonica.com.br/ansiedade-e-depressao-na-pandemia/>>. Acesso: 19 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In ABEPSS. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, nº 3, (jan./Jun.2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IDOETA, Paula Adamo. **Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego.** Publicado em: BBC NEWS BRASIL - São Paulo, 10 set. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664>>. Acesso: 19 ago. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil.** Comunicação do IPEA., n.58, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2021.

LÊNIN. **El imperialismo. Fase superior del capitalismo.** In: Obras escolhidas em doce tomos, Moscú: Progresso, 1976, t. V, p. 143, p. 431.

LIMA, Kátia. **Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente: o Programa REUNI.** R. Pol. Públ. São Luís – MA, 2012.

MALVEZZI, Rosane Aparecida Belieiro. **Acumulação Capitalista e desigualdade social.** Rosane Aparecida Belieiro Mlvezzi – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência 1973.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso: 22 jul. 2021.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria da dependência: 20 anos depois de Ruy Mauro Marini.** Blog da Boitempo. Publicação: 13/07/2017. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini.>> Acesso: 24 Julho. 2021.

MARTINS, Maria Lucimar Pereira. **O processo de implantação de CRAS na região da AMEPAR: refletindo sobre os caminhos da mudança.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Londrina: UEL, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro Tomo 2. Trad. Regis Barbosa & Flávio R. Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____. **O Capital: O processo de produção do capital.** Vol.1, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Copyright, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital – crítica da economia política - O processo de produção do capital.** Tradução de R. Sant'ana, vol. 1, 29. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a COVID-19?** Publicado em 08 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso: 11 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa família e cadastro único em seu município.** Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em 16 ago. 2021.

_____. **O que é Auxílio Emergencial?** Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 16 ago. 2021

MORAIS, Maria da Piedade. CRUZ, Bruno de Oliveira. **Escolha das condições de ocupação da moradia e política habitacional no Brasil.** IPEA. boletim regional, urbano e ambiental | 06 | dez. 2011.

MOTA, DB; SILVA, YV; COSTA, TAF; AGUIAR, MHC; MARQUES, MEM; MONAQUEZI, RM. **Saúde mental e uso de internet por estudantes universitários: estratégias de enfrentamento no contexto da covid-19.** *Mental health and internet use by university students: coping strategies in the context of COVID-19.* DOI: 10.1590/1413-81232021266.44142020, 2020.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** (Biblioteca básica de serviço social; v.1) - São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: _____. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã, 2002.

NOVACULTURA. **Reflexos da pandemia da Covid-19 na precarização da Educação no Brasil.** Publicado em 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.novacultura.info/post/2021/04/26/reflexos-da-pandemia-da-covid-19-na-precarizacao-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em 02 ago. 2021.

GLOBO, O. Economia. **Um quinto das famílias brasileiras já usa lenha ou carvão para cozinhar.** Publicado em: 22 mai. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/um-quinto-das-familias-brasileiras-ja-usa-lenha-ou-carvao-para-cozinhar-1-23682555>>. Acesso: 27 ago. 2021.

OPAS/OMS, Brasil. **Dia mundial da saúde: uma oportunidade para dar o pontapé inicial em uma grande escala de investimentos.** Brasil, 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6263:dia-

mundial-da-saude-mental-uma-oportunidade-para-dar-o-pontape-inicial-em-uma-grande-escala-de-investimentos&Itemid=839>. Acesso em: 27 abril, 2021.

_____. Organização Mundial da Saúde. **Materiais de comunicação sobre COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/materiais-comunicacao-sobre-covid-19#mental>>. Acesso: 19 ago. 2021.

PACHECO, João Alves. **Impactos do REUNI nas Instituições Federais de Ensino Superior: Expansão ou Subordinação. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – GIGU**. Florianópolis 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131879/2014-230.pdf?sequence=1>>. Acessado em 20 de junho de 2021.

PADOVANI, Ricardo da Costa; NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; BARBOSA, Leopoldo; SOUZA, Wanderson; CAVALCANTI, Helton; LAMEU, Joelma. **Vulnerabilidade e bem-estar psicológico do estudante universitário**. Rev. Bras.ter.cogn, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872014000100002>. Acesso em 30 de junho de 2021.

PARREIRA, BDM; Goulart BF; Haas VJ; Silva SR; Monteiro JCS; Gomes-Sponholz FA. **Transtorno mental comum e fatores associados: estudo com mulheres de uma área rural**. Publicado em: Revista da escola de Enfermagem da USP. *Journal of school of nursing – university of São Paulo*: Ano 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/j/reeusp/a/DZ4LVBDqHLDJP43hPQqznhv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Transtorno%20Mental%20Comum%20\(TMC\)%20%C3%A9,ansiosos%20e%20depressivos\(2\)](https://www.scielo.br/j/reeusp/a/DZ4LVBDqHLDJP43hPQqznhv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Transtorno%20Mental%20Comum%20(TMC)%20%C3%A9,ansiosos%20e%20depressivos(2))>. Acesso: 24 ago. 2021.

PEREIRA. **Eleonardo. Em discussão: A realidade da UFOP diante dos cortes no orçamento**. Publicado em: 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/em-discussao/realidade-da-ufop-diante-dos-cortes-no-orcamento>>. Acesso: 28 ago. 2021.

PINTO, Marina Barbosa; CERQUEIRA, Augusto Santiago. **Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo**. Libertas: 2020. v.20, n.1, ISSN. 1980-8580.

PNS. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: indicadores de saúde e mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97329.pdf>> Acesso em: 20 de mai. de 2021.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PNAS/2004 e Nora Operacional Básica. Brasília: NOB/SUAS. 2005.

PRACE. **Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantil**. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

_____. **Informações sobre o Auxílio Alimentação Emergencial 2021.** Publicado em: 07 jan. 2021. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/assistencia-estudantil/informacoes-sobre-o-auxilio-alimentacao-emergencial-2021>> Acesso em; 16 ago. 2021.

_____. **ABRACE. Grupo de acolhimento e cuidado ao estudante da UFOP.** Disponível em: <<https://prace.ufop.br/abrace-grupo-de-acolhimento-e-cuidado-ao-estudante-da-ufop>>. Acesso: 18 jul. 2021.

RIBEIRO, Sâmaris Catheringer. **Uma análise sobre o adoecimento dos graduandos em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

SANTOS, S. M. de M dos. **O CEFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo n. 104, out/dez 2010.

SARAIVA, Alexsandro Macêdo; QUIXADÁ, Luciana Martins. **Realização, Sofrimento, Saúde e Adoecimento: Algumas Reflexões sobre o Estudante e sua Trajetória Universitária.** 2010. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/988-07082010-135554.pdf>>. Acessado em 30 de julho de 2021.

SILVA, Maria Vitória Oliveira. SILVA, Profª Drª Leni Maria Pereira. **Quando o sonho vira pesadelo: uma análise do sofrimento e adoecimento dos discentes na graduação.** Cuando el sueño se vuelve pesadilla: un análisis de la enfermedad y del sufrimiento de los alumnos en la graduación. Universidade Estadual de Montes Claros. VI Congresso em desenvolvimento Social: Desafios a Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns. 14,15,16 jun. de 2021.

SOBRINHO, José. **Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade?** Revista brasileira de educação, no.28, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext> Acessado em 29 de julho de 2021.

UFOP, **Universidade Federal de Ouro Preto.** Disponível em < <http://www.ufop.br/> >. Acesso em 20 de jun. de 2021.

_____. **UFOP em Números.** Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ufop.br/ufop-em-numeros>>. Acesso em 25 mai. 2021.

VENTURA, Camila Maria. **O adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto.** [manuscrito]/Camila Maria Ventura – Monografia (Graduação) - 2018.

VIPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti. **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença.** *Mental illness on contemporary society: conceptual notes on the theory of social determination*

of the health-disease process. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 42, N. ESPECIAL 4, P. 175-186, DEZ 2018.

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDANTES)

Prezada/o discente, você está sendo convidada/o a participar como voluntária/o da pesquisa “Um estudo sobre os determinantes do adoecimento mental dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto”. Esta pesquisa vem sendo realizada pela equipe composta pela Professora Alessandra Ribeiro de Souza e pela discente Simone Aparecida dos Santos.

DO QUE SE TRATA ESTE PROJETO?

Nesta pesquisa temos como objetivo principal conhecer e problematizar os determinantes do adoecimento mental dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Ouro Preto.

QUAIS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA SUA PARTICIPAÇÃO NESTE PROJETO?

Como toda pesquisa que envolve seres humanos, há riscos e você poderá se sentir constrangida/o em se manifestar com relação a alguma(s) pergunta(s). Sendo, obviamente, permitido não responder à(s) pergunta(s) que julgar pertinente(s).

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Além disso, você tem a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você será atendida/o pela equipe da pesquisa.

QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS ENQUANTO PARTICIPANTE DESTA PESQUISA?

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificada/o em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação ficarão sob sigilo e somente os membros da equipe da pesquisa terão acesso aos mesmos. Essa mesma equipe de pesquisa tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Desta forma eu:

Declaro que li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.

ANEXO II – QUESTIONÁRIO (ESTUDANTES)

I) PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

(Neste módulo serão abordadas questões referentes ao perfil do participante da pesquisa).

1- Qual sua faixa etária?

- 17 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 25 a 36 anos
- 37 a 59 anos
- Acima de 60 anos

2 - Identidade de gênero:

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não informar

3- Identidade de gênero:

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta
- Sem declaração

4 - Em qual cidade/estado você está residindo atualmente?

- Ouro Preto – MG
- Mariana - MG
- João Monlevade – MG
- Outros

5 - Em qual tipo de moradia você reside atualmente?

- Apartamento/casa
- Moradia familiar
- Moradia pertencente à Universidade
- Pensão
- República particular

6 - Com quem você reside atualmente? (Você pode marcar mais de uma opção).

- Com familiares (pai/mãe irmãos)
- Com o(a) companheiro (a) ou cônjuge
- Com o(s) filho(s)
- Com parentes
- Sozinho(a)

7 - Sua moradia é:

- Alugada
- Financiada
- Própria e Quitada
- Outros

8 - Você trabalha? Exerce alguma atividade remunerada para gerar renda complementar?

- Sim, tenho um trabalho fixo remunerado
- Sim, desenvolvo atividades para gerar renda complementar
- Sim, tenho um trabalho fixo remunerado e também desenvolvo outras atividades para gerar renda complementar
- Não trabalho

9 - Como se sente referente ao valor do seu salário?

- Considero muito ruim e insuficiente para arcar com todas as minhas despesas e dos meus dependentes
- Considero suficiente apenas para arcar com minhas despesas e dos meus dependentes
- Considero boa minha remuneração
- Outros

10 - A renda per capita da sua família, incluindo você, está entre:

- Menos de 1 salário mínimo per capita
- Entre 1 a 2 salários mínimos per capita
- Entre 2 a 3 salários mínimos per capita
- Entre 3 e 4 salários mínimos per capita
- Acima de 4 salários mínimos
- Outros

11 - Você ou algum membro de sua família participa de algum programa de assistência social, como Bolsa Família, Cadastro Único, Auxílio Emergencial ou outro programa de inclusão?

- Não
- Bolsa Família
- Cadastro Único
- Auxílio Emergencial
- BPC
- Outros

II) SAÚDE E DIA A DIA

(Neste módulo serão abordadas questões referentes à sua saúde e seus hábitos no dia a dia)

12 - Pratica alguma atividade física?

- Não pratico nenhuma atividade física
- Sim, 1 a 2 vezes na semana
- Sim, 3 a 4 vezes na semana
- Acima de 4 vezes na semana

13 - Você faz uso de algum medicamento controlado?

- Sim
- Não

14 - Já fez ou faz algum tipo de acompanhamento psicológico?

- Sim

Não

15 - Se sim, o acompanhamento foi ou está sendo feito pela UFOP?

Sim

Não

16 - Se puder, conte-nos como foi a sua experiência no atendimento pela UFOP.

17 - Como você classificaria seu estado de saúde mental atualmente?

Bom

Ruim

Regular

Outros

18 - Você já sofreu alguma represália por parte da família, amigos ou desconhecidos pela sua identidade de gênero e/ou sua orientação sexual?

Sim

Não

Outros

III) NO CONTEXTO DA PANDEMIA

(Neste módulo serão abordadas questões referentes à sua saúde e seus hábitos durante a pandemia do COVID-19).

19 - Qual experiência positiva você está tendo? (Você pode marcar mais de uma opção).

Tendo mais contato físico com familiares

Conversando mais com os familiares de forma presencial ou online

Fazendo refeições em família com mais frequência

Aprendi novas habilidades (costurar, cozinhar, pintar, etc.)

Comecei a praticar exercícios físicos

Comecei a praticar meditação

Comecei a ler um livro

Fazendo coisas que não tinha tempo de fazer

Não tenho tido experiências positivas

20 - Quais dificuldades tem enfrentado em sua rotina atualmente? (Você pode marcar mais de uma opção).

Aprendizagem dificultada devido as aulas online

Cuidar de irmãos menores, filhos ou familiares idosos

Desentendimentos com familiares

Exposição excessiva ao computador/celular devido as aulas online

- Financeira
- Nenhuma dificuldade
- Retorno para a casa da família
- Outros

21 - Durante a pandemia:

Linhas

1. O seu consumo de álcool aumentou?
2. O seu consumo de drogas aumentou?
3. O seu consumo de medicamentos aumentou?
4. O seu consumo de cigarro aumentou?

Colunas

Não uso
 Não, diminuiu
 Não, continua o mesmo
 Sim, aumentou

22 - Durante a pandemia:

Linhas

1. A qualidade do seu sono piorou?
2. A quantidade de alimentos consumidos aumentou?
3. Ficou mais ansioso (a)?
4. Ficou mais irritado(a)?
5. Ficou mais depressivo (a)?

Colunas

Nem um pouco
 Pouco
 Moderadamente
 Muito

IV) VIDA ACADÊMICA

(Neste módulo serão abordadas questões referentes à vida acadêmica)

23 - Qual é o seu curso?

- Administração
- Arquitetura e Urbanismo
- Artes Cênicas
- Ciência da Computação
- Ciência e Tecnologia de Alimentos
- Ciências Biológica
- Ciências Econômicas
- Direito
- Educação Física
- Engenharia Ambiental
- Engenharia Civil
- Engenharia de Computação
- Engenharia de Controle e Automação
- Engenharia de Minas
- Engenharia de Produção (JM)
- Engenharia de Produção (OP)
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Geológica

- Engenharia Mecânica
- Engenharia Metalúrgica
- Engenharia Urbana
- Estatística
- Farmácia
- Filosofia
- Física
- História
- Jornalismo
- Letras
- Matemática
- Medicina
- Museologia
- Música
- Nutrição
- Química
- Química Industrial
- Pedagogia
- Serviço Social
- Sistemas de Informação
- Turismo

24 - Você está em qual período do curso?

- 1º período
- 2º período
- 3º período
- 4º período
- 5º período
- 6º período
- 7º período
- 8º período
- 9º período
- 10º período
- 11º período
- 12º período

25 - Qual carga horária semanal você dedica as atividades gerais propostas pela Universidade? Incluindo aulas, projetos, pesquisa, etc.

- Até 15 horas
- Entre 16 a 20 horas
- Entre 21 a 30 horas
- Acima de 31 horas

26 - Por que você decidiu cursar o ensino superior? (Você pode marcar mais de uma opção).

- À procura de estabilidade financeira
- Buscando crescimento pessoal
- Porque é exigido pelo mercado de trabalho
- Era esperado que seguisse para o ensino superior ao concluir o ensino médio
- Outros

27 - Você está incluído em algum Programa de Assistência Estudantil? (Você pode marcar mais de uma opção).

- Auxílio Moradia
- Bolsa Alimentação
- Bolsa Permanência
- Bolsa Transporte
- Não utilizo os Programas de Assistência Estudantil
- Outros

28 - Em relação as atividades acadêmicas, você participa de alguma das listadas abaixo?

- Estágio Obrigatório
- Empresa júnior
- Pesquisa
- PET (Programa de Educação Tutorial)
- Projeto de extensão
- Monitoria
- Não participo de nenhuma atividade

29 – Ao ingressar na UFOP:

Linhas

1. O seu consumo de álcool aumentou?
2. O seu consumo de drogas aumentou?
3. O seu consumo de medicamentos aumentou?
4. O seu consumo de cigarro aumentou?

Colunas

- Não uso
- Não, diminuiu
- Não, continua o mesmo
- Sim, aumentou

30 – Ao ingressar na UFOP:

Linhas

1. A qualidade do seu sono piorou?
2. A quantidade de alimentos consumidos aumentou?
3. Ficou mais ansioso (a)?
4. Ficou mais irritado(a)?

Colunas

- Nem um pouco
- Pouco
- Moderadamente
- Muito

5. Ficou mais depressivo (a)?

31 - Ao ingressar na UFOP:

Linhas

1. Se sentiu mais estressado(a)?
2. Se sentiu desanimado(a)?
3. Se sentiu mais inseguro(a)?
4. Se sente pressionado pela ideia de exercer sua profissão após o término do curso?

Colunas

- Nem um pouco
- Pouco
- Moderadamente
- Muito

32 - Ao ingressar na UFOP:

Linhas

1. Sua vida pessoal é prejudicada pelas exigências da vida acadêmica?
2. Você se sente pressionado a obter um alto rendimento acadêmico?
3. Você se sente pressionado pelas exigências do curso?

Colunas

- Nem um pouco
- Pouco
- Moderadamente
- Muito

33 - Você apresentou algum quadro de adoecimento físico ou mental após o ingresso na UFOP? (Você pode marcar mais de uma opção).

- Não apresentei nenhum tipo de adoecimento
- Apresentei quadro de adoecimento no campo da saúde mental
- Apresentei quadro de adoecimento físico
- Outros

34 - Ocorreu algum trancamento de disciplina ou do semestre ao longo da graduação?

- Não
- Sim, já tranquei disciplinas ou o semestre por complicações na saúde física e/ou mental
- Sim, já tranquei pelo trabalho
- Sim, já tranquei disciplinas ou o semestre para estudar e/ou trabalhar fora do país
- Sim, pois tive dúvidas quanto à escolha do curso
- Outros

35 - Na sua opinião a Universidade, compreende as demandas postas pelos estudantes?

- Sim
- Não

36 - Na sua opinião os professores levam em consideração as particularidades dos estudantes?

- Sim
- Não

37 - Alguma vez você já foi vítima ou presenciou relações abusivas entre docente e discentes?

- Sim, já presenciei
- Sim, já fui vítima
- Sim, presenciei e fui vítima
- Não, nunca presenciei ou fui vítima

38 - Na sua opinião, a assistência estudantil é suficiente para assegurar financeiramente a permanência na Universidade?

- Sim
- Não

39 - Para você, a Universidade é um espaço que pode contribuir com o adoecimento mental dos estudantes?

- Sim
- Não

40 - Se sim, por que?

41 - Na sua opinião, de que forma a UFOP pode contribuir com a promoção da saúde mental de seus estudantes?

ANEXO III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS)

Prezada/o, você está sendo convidada/o a participar como voluntária/o da pesquisa “Um estudo sobre os determinantes do adoecimento mental dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto”. Esta pesquisa vem sendo realizada pela equipe composta pela Professora Alessandra Ribeiro de Souza e pela discente Simone Aparecida dos Santos.

DO QUE SE TRATA ESTE PROJETO?

Nesta pesquisa temos como objetivo principal conhecer e problematizar os determinantes do adoecimento mental dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Ouro Preto.

QUAIS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA SUA PARTICIPAÇÃO NESTE PROJETO?

Como toda pesquisa que envolve seres humanos, há riscos e você poderá se sentir constrangida/o em se manifestar com relação a alguma(s) pergunta(s). Sendo, obviamente, permitido não responder à(s) pergunta(s) que julgar pertinente(s).

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Além disso, você tem a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você será atendida/o pela equipe da pesquisa.

QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS ENQUANTO PARTICIPANTE DESTA PESQUISA?

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificada/o em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação ficarão sob sigilo e somente os membros da equipe da pesquisa terão acesso aos mesmos. Essa mesma equipe de pesquisa tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Desta forma eu:

Declaro que li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.

ANEXO IV – QUESTIONÁRIO (ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS)

- 1- Sua formação:
- 2 - Tempo que exerce sua profissão na UFOP:
- 3 - Como se dá seu vínculo empregatício na UFOP?
- 4 - Quantos estudantes atende por mês?
- 5 - Quais são as demandas mais recorrentes apresentadas pelos estudantes que buscam atendimento?
- 6 - Você faz encaminhamentos para quais serviços? São públicos ou privados? Se puder, conte-nos um pouco da sua experiência em seu trabalho na UFOP.
- 7 - Na sua opinião, o serviço ofertado pela UFOP supre as demandas recebidas? Se puder, fale um pouco mais sobre isso.
- 8 - Na sua opinião, quais são os determinantes do adoecimento mental dos estudantes da UFOP? Se puder, fale um pouco mais sobre isso.
- 9 - Quais são as dificuldades e desafios em relação ao seu trabalho em tempos de pandemia do COVID-19?
- 10 - Na sua opinião, de que forma a UFOP pode contribuir com a promoção da saúde mental dos seus estudantes?